

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Jenifer Cappellari

DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA CARTOGRAFIA DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA (CIOSP) DE SANTA MARIA/RS

Santa Maria, RS
2023

Jenifer Cappellari

**DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA CARTOGRAFIA DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA (CIOSP) DE SANTA MARIA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora Prof^a Dr^a Laura Storch

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Cappellari, Jenifer

DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA: uma cartografia do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) de Santa Maria/RS / Jenifer Cappellari.- 2023.

124 p.; 30 cm

Orientadora: Laura Storch

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2023

1. Dispositivo Sociotécnico 2. Segurança Pública 3. Centro Integrado de Operações de Segurança Pública 4. Cartografia 5. Aspectos Discursivos I. Storch, Laura II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, JENIFER CAPPELLARI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Jenifer Cappellari

**DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA CARTOGRAFIA DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA (CIOSP) DE SANTA MARIA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovado em 14 de novembro de 2023.

Laura Strelow Storch, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)
(por videoconferência)

Carlos Frederico de Brito d'Andrea, Dr. (UFMG)
(por videoconferência)

Rodrigo José Firmino, Dr. (PUCPR)
(por videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

Às mulheres que me acompanharam no caminho do mestrado. Àquelas que deram junto comigo os primeiros passos, às que mudaram de rumos, às que venceram o caminho antes e às que virão em seguida.

À mulher que mesmo nunca tendo recebido um mapa desse caminho, incentivou-me a desbravar a estrada do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos encontros e acasos, às conexões, às pessoas e situações que me tocaram e me ensinaram a ver a vida com mais gentileza. Esta pesquisa é resultado de encontros e associações com tudo que me afeta enquanto pessoa e pesquisadora. Ela é produto de um trabalho feito por muitas mãos, mentes e afetos.

Agradeço às amigas, essa rede tecida no compartilhamento de sonhos, temores e desejos. E agradeço à família, que confia, apoia e suporta.

Agradeço às professoras do POSCOM e a todos os professores, pesquisadores e colegas que são referência e inspiração para a minha formação acadêmica. Agradeço especialmente à Laura, que me orientou, questionou e fez questionar, me inspirou e mostrou caminhos, me desafiou e me conduziu. Laura é referência que instiga.

Agradeço aos professores da banca de avaliação, que são referência e inspiração.

Agradeço aos companheiros de percurso.

Agradeço ao CIOSP/SM e às pessoas que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Agradeço à UFSM, que foi casa por tantos anos.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou este trabalho (Código de Financiamento 001).

“Se a política não tem como reduzir a violência que o modelo econômico produz, ela precisa mais do que um discurso, ela precisa de um espetáculo.”
(BATISTA, 2011, p. 100).

RESUMO

DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA: uma cartografia do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) de Santa Maria/RS

AUTORA: Jenifer Cappellari

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Laura Storch

Esta pesquisa investiga modos de expressão de um dispositivo sociotécnico de segurança pública por meio do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública de Santa Maria, RS (CIOSP/SM). O trabalho questiona como o modelo de segurança pública brasileiro, sustentado pelo acionamento sociotécnico, expressa institucional, operacional e materialmente a agência de um dispositivo de segurança pública. Para responder ao problema apresentado, propõe-se realizar uma cartografia do CIOSP/SM, explorando suas dimensões institucional, operacional e material a partir da formação discursiva. Os procedimentos metodológicos são desenhados principalmente a partir de Prado Filho e Teti (2013) e Foucault (2000, 2017b). Esse percurso origina etapas que compreendem os objetivos específicos a) identificar aspectos da estruturação institucional, operacional e material do objeto por meio da investigação cartográfica; b) mapear discursos de atores relacionados ao objeto nas diferentes dimensões, a fim de compreender as significações e aspectos discursivos a ele atribuídos; e c) apontar aspectos do objeto que evidenciem a agência de um dispositivo de segurança pública. Para tecer a reflexão proposta, acionamos suporte teórico de perspectivas da Filosofia da Tecnologia (FEENBERG, 2010, 2013, 2015), das Tecnociências (ECHEVERRÍA, 2003, MARTINS, 2006) e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (LATOUR, 1994b, 2000, 2012, LEMOS, 2020). Além disso, consideramos experiências do cenário urbano contemporâneo sustentadas por estratégias que visam inteligência e eficiência nas ações de segurança (BRANCO, 2019), apontando aspectos tecno-solucionistas e neoliberais (FIRMINO, 2017). Na instauração desse tipo de estratégia sociotécnica na segurança pública, identificamos semelhanças com o conceito de dispositivo de segurança em Foucault (2008). Isso desperta reflexões sobre o caráter subjetivo e formativo das experiências coletivas urbanas na contemporaneidade, atravessadas por um modelo de segurança pública que é orientado por expectativas solucionistas e neoliberais. Os procedimentos metodológicos seguem a orientação cartográfica que busca desvelar a pesquisa pela aproximação com o objeto. Nesse movimento, acionamos a exploração documental e entrevistas como técnicas de coleta de informações e a análise discursiva com inspiração foucaultiana para análise dos conjuntos discursivos. O escopo inclui o Termo de Referência que descreve as condições de instauração do CIOSP/SM e entrevistas com agentes relacionados ao objeto. Cada entrevista corresponde a uma das dimensões, de modo a apontar características institucionais, operacionais e materiais do CIOSP/SM. Em cada discurso apontamos aspectos que contribuem para a formação discursiva do objeto. Em seguida agrupamos os aspectos identificados e retomamos o conceito de dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008), de modo a associar as características do objeto com as de um dispositivo. Concluímos que o CIOSP/SM representa a expressão de um dispositivo sociotécnico de segurança pública através de sua função estratégica, da materialização de agenciamentos e controle sobre os acontecimentos, da centralidade sociotécnica do projeto e da confiança na eficiência sociotécnica, além do caráter neoliberal do modelo de segurança aplicado.

Palavras-chave: Dispositivo Sociotécnico. Segurança Pública. Centro Integrado de Operações de Segurança Pública. Cartografia. Aspectos Discursivos.

ABSTRACT

SOCIO-TECHNICAL DISPOSITIF OF PUBLIC SECURITY: A cartography of the Integrated Center for Public Security Operations (CIOSP) in Santa Maria, RS

AUTHOR: Jenifer Cappellari
ADVISOR: Prof^a Dr^a Laura Storch

This research investigates modes of expression of a socio-technical dispositif of public security through the Integrated Center for Public Security Operations in Santa Maria, RS (CIOSP/SM). The study questions how the Brazilian public safety model, which is supported by socio-technical mechanisms, expresses the agency of a dispositif of public security through institutional, operational, and material dimensions. To achieve the problem, it is proposed to conduct a cartography of the CIOSP/SM, exploring the institutional, operational, and material dimensions by a discursive formation. The methodological procedures are primarily designed based on Prado Filho and Teti (2013) and Foucault (2000, 2017b). This path consists of stages that encompass the specific objectives: a) identifying aspects of the institutional, operational, and material structures of the object through cartographic research; b) mapping the discourses of actors related to the object in different dimensions to understand the meanings and discursive aspects attributed to it; and c) highlighting aspects of the object that reveal the agency of a dispositif of public security. To weave the proposed reflection, we draw on theoretical support from perspectives in the Philosophy of Technology (FEENBERG, 2010, 2013, 2015), Technosciences (ECHEVERRÍA, 2003, MARTINS, 2006), and Science and Technology Studies (LATOURE, 1994b, 2000, 2012, LEMOS, 2020). Furthermore, we examine experiences in the contemporary urban landscape supported by strategies aimed at intelligence and efficiency in security actions (BRANCO, 2019), pointing out techno-solutionist and neoliberal aspects (FIRMINO, 2017). In the enactment of this socio-technical strategy in public safety, are identified similarities with Foucault's concept of a security dispositif (2008). This arouses reflections on the subjective and formative nature of collective urban experiences in contemporary life, influenced by a public security model oriented by solutionist and neoliberal expectations. The methodological procedures follow a cartographic approach aimed at unveiling the research through proximity to the object. In this process, we utilize documentary exploration and interviews as data collection techniques and Foucauldian-inspired discursive analysis for the examination of discursive sets. The scope includes the official document "Termo de Referência" that describes the conditions for the enactment of CIOSP/SM and interviews with individuals related to the object. Each interview corresponds to one of the dimensions, aiming to highlight the institutional, operational, and material characteristics of CIOSP/SM. In each discourse, we identify aspects contributing to the discursive formation of the object. We then group the identified aspects and revisit the concept of a security dispositif (FOUCAULT, 2008) to associate the object's characteristics with those of an dispositif. In conclusion, we find that CIOSP/SM represents the expression of a socio-technical dispositif of public security through its strategic purpose, materialization of agency and control over events, sociotechnical centrality of the project, trust in socio-technical efficiency, in addition to the neoliberal aspect of the identified security model.

Palavras-chave: Socio-technical Dispositif. Public Security. Integrated Center for Public Security Operations. Cartography. Discursive Aspects.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MODOS DE RELAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS.....	18
2.1 A TÉCNICA E A TECNOLOGIA MODERNA.....	19
2.2 INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	23
2.3 CARÁTER SOCIOTÉCNICO.....	26
3 TECNOLOGIA PARA SEGURANÇA PÚBLICA.....	33
3.1 MATERIALIDADE TECNOLÓGICA E A EXPERIÊNCIA URBANA.....	33
3.2 DISPOSITIVO DE SEGURANÇA: ASPECTOS SOCIOTÉCNICOS E NEOLIBERAIS.....	40
4 CARTOGRAFIA DE UM CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	50
4.1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: CARTOGRAFIA PELA MATRIZ DO DISCURSO.....	51
4.1.1 Aproximação pela cartografia: três dimensões do objeto.....	57
4.1.2 Coleta de informações: exploração documental.....	59
4.1.3 Coleta de informações: entrevistas.....	62
4.1.4 Análise dos discursos formativos do objeto.....	65
5 CIOSP/SM: OBJETO-DISPOSITIVO.....	67
5.1 DISCURSOS INSTITUCIONALIZADOS: CIOSP COMO MODELO DE GESTÃO EM SEGURANÇA.....	68
5.1.1 CIOSP Santa Maria.....	72
5.2. CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OBJETO.....	76
5.2.1 Expectativas institucionalizadas: CIOSP/SM pelo Termo De Referência....	77
5.2.2 Percepções materializadas: CIOSP/SM pelos sujeitos.....	86
5.2.2.1 Entrevista 01: dimensão institucional.....	86
5.2.2.2 Entrevista 02: dimensão operacional.....	91
5.2.2.3 Entrevista 03: dimensão material.....	94
5.3 CIOSP/SM: A EXPRESSÃO DE UM DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICES.....	122
ANEXOS.....	123

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2023, moradores da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, acompanharam um fato que despertou questionamentos. Naquele mês, os títulos de matérias que circulavam nos jornais da cidade e nas redes sociais noticiavam “*Mistério: três monumentos históricos desaparecem da Praça Saldanha Marinho*”¹, “*Busto do escritor Felipe d’Oliveira é furtado da praça Saldanha Marinho*”², “*Apenas cinco de 14 bustos resistiram à criminalidade na região central de Santa Maria*”³ e “*Superintendente do Ciosp vai à Câmara explicar furto dos bustos em Santa Maria*”⁴. No mês anterior, pelo menos três peças de arte representando bustos de personalidades reconhecidas pelo poder público e homenageadas nas praças da cidade foram furtados, assim como algumas placas de bronze que ofereciam informações sobre as peças, somando-se a outras obras do mesmo tipo já furtadas anteriormente. Seria apenas um episódio de dano ao patrimônio público sem grandes proporções, não fosse a controvérsia político-sociotécnica que o caso escancara.

Santa Maria é uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul e, mesmo estando entre as maiores do Estado em número de habitantes, segundo os dados do Censo realizado em 2022, mal alcançava a marca dos 272 mil habitantes.⁵ Apesar disso, a cidade conta com cerca de 700 câmeras oficiais de monitoramento em espaços públicos de circulação de pedestres e avenidas, somadas a mais de 100 unidades de câmeras privadas que são interligadas ao sistema público de vigilância.⁶ Em declarações extraoficiais, autoridades citam números que ultrapassam os mil equipamentos em funcionamento.⁷

¹ Disponível em:

https://diariosm.com.br/noticias/geral/misterio_tres_monumentos_historicos_desaparecem_da_praça_saldanha_marinho.503502

² Disponível em:

<https://santamaria24horas.com.br/Not%C3%ADcias/busto-do-escritor-felippe-d-oliveira-e-furtado-da-praca-saldanha-marinho/>

³ Disponível em:

https://diariosm.com.br/noticias/geral/apenas_cinco_de_14_bustos_resistiram_a_criminalidade_na_regiao_central_de_santa_maria.504468

⁴ Disponível em:

https://diariosm.com.br/noticias/policia-seguranca/superintendente_do_ciosp_vai_a_camara_explicar_furto_dos_bustos_em_santa_maria.516462

⁵ Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Populacao_e_domicilios_Primeiros_resultados/POP2022_Municipios_Primeiros_Resultados.pdf ou <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

⁶ Para fins de levantamento utilizamos os números disponíveis em documentos oficiais de 2019 e relatos de agentes de segurança do município.

⁷ Em matéria publicada em 2022, a informação é de que “são 1.117 [câmeras] espalhadas por Santa Maria, incluindo as atuais 970 câmeras previstas em contrato, as 125 colaborativas/compartilhadas e as 22 câmeras de órgãos do Estado.” Disponível em:

<http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/25502-ciosp-completa-dois-anos-com-mais-cameras-e-anuncio-de-app-para-protecao-mulheres>

IMAGEM 01: Câmeras de vigilância no centro de Santa Maria/RS



Fonte: a autora

Utilizando esses números estimados, é possível fazer um levantamento informal que indica uma relação aproximada de mais de três câmeras para cada mil habitantes em Santa Maria/RS⁸. Para se ter uma ideia comparativa, isso está próximo dos números de cidades como Toronto, no Canadá (3.13 câmeras/1000 hab), Roma, na Itália (3.59 câmeras/1000 hab), e Mumbai, na Índia (3.65 câmeras/1000 hab). É quase ou mais do que o triplo da relação de câmeras por habitantes de cidades como São Paulo, (0,83 câmera/1000 hab), Tel Aviv, em Israel (01 câmera/1000 hab), e Tóquio, no Japão (01 câmera/1000 hab) (COMPARITECH, 2023).⁹

A faceta mais curiosa do caso ocorrido em Santa Maria/RS talvez se desenhe pela informação de que os furtos identificados ocorreram ainda em abril de 2023, numa sequência de incursões em diferentes pontos do centro histórico da cidade que podem ter começado meses antes, segundo matéria do jornal Diário de Santa Maria, publicada em 13 de maio de 2023.¹⁰ O poder público e as forças policiais, no entanto - mesmo com as mais de mil câmeras

⁸ A título de esclarecimento, os cálculos feitos para esta estimativa não são oficiais. São utilizados números aproximados, considerando 270 mil habitantes no município e 1000 câmeras em funcionamento. Estatísticas oficiais poderiam indicar números ainda mais altos.

⁹ Dados retirados do ranking produzido pelo Comparitech, site de pesquisas e levantamentos sobre tecnologia. O levantamento foi realizado em 2021 e atualizado em maio de 2023, comparando as 150 cidades mais populosas do mundo. Disponível em: <https://www.comparitech.com/vpn-privacy/the-worlds-most-surveilled-cities/>

¹⁰ Disponível em:

https://diariosm.com.br/noticias/geral/apenas_cinco_de_14_bustos_resistiram_a_criminalidade_na_regiao_central_de_santa_maria.504468

instaladas na cidade, sendo quase 20 delas no perímetro onde os furtos ocorreram,¹¹ - só tomaram conhecimento do caso no mês seguinte. A situação instigou questionamentos da população, levantando dúvidas sobre a efetividade do sistema de segurança centrado no videomonitoramento eletrônico, que custa à Prefeitura quase 6 milhões de reais por ano.¹²

Em outros cenários, controvérsias semelhantes se evidenciam. Em 2023, o portal Intercep Brasil estampou títulos de uma série de reportagens como “*Delegado Waldir torrou R\$ 30 milhões em reconhecimento facial para cidades que sequer têm saneamento em Goiás*”¹³ e “*Dinheiro gasto por ano com reconhecimento facial na Bahia custearia um hospital por 32 anos e 1,5 mil ambulâncias*”¹⁴. Os textos sugerem distanciamentos entre o discurso solucionista de um projeto de segurança pública tecnológico e eficiente e a efetividade de sua aplicação. O que se coloca em xeque nos casos citados não é a eficiência dos sistemas em uso ou a capacidade das tecnologias aplicadas, mas sim a efetividade de um modelo de segurança pública sustentado por um ideal tecno-solucionista e atravessado por aspectos econômicos e neoliberais. Com esse modelo, que desenha um tipo de segurança sociotécnica, com altos investimentos em tecnologia, evidenciam-se lacunas que a tecnologia, por si só, não resolve. No que se refere a questões políticas, econômicas e geográficas, por exemplo, há muitos elementos em disputa na aplicação da segurança pública, que sistemas digitais e de videomonitoramento não dão conta de solucionar.

Os casos de Bahia e Goiás, citados na série do portal Intercept, apontam que os altos investimentos em sistemas e artefatos sociotécnicos, com ênfase em tecnologias de videomonitoramento e reconhecimento facial, superam as prioridades de investimentos em saúde e infraestrutura urbana, como asfalto e saneamento. A análise das reportagens, em termos gerais, não encontra evidências que justifiquem os altos investimentos em cidades com baixíssimos índices de criminalidade e baixos níveis populacionais, como o caso de Seabra, na Bahia, e Bonópolis, em Goiás. Evidenciando as contradições desse modelo de segurança,

¹¹ Segundo o Termo de Referência que orientou o projeto de videomonitoramento na cidade, há pelo menos 16 câmeras fixas e uma de tipo *speed dome* na região onde a maioria dos furtos ocorreu. Matéria do jornal Diário de Santa Maria, em 19 de maio de 2023, menciona a existência de 40 câmeras na mesma área. Disponível em: <https://diariosm.com.br/noticias/geral/temos-a-certeza-da-eficacia-do-ciosp-e-da-guarda-municipal-se-houve-erros-vamos-punir-os-culpados-afirma-representante-da-prefeitura-sobre-furtos-dos-bustos-historicos-505286>

¹² Segundo contrato de prestação de serviço de sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria (Contrato nº 141/2019), conforme a licitação 111/2018, celebrada por pregão eletrônico.

¹³ Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2023/04/05/delegado-waldir-torrou-r-30-milhoes-em-reconhecimento-facial-para-cidades-que-sequer-tem-saneamento-em-goias/>

¹⁴ Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2023/07/31/reconhecimento-facial-na-bahia-custearia-um-hospital-e-mil-ambulancias-com-uti/>

as mesmas reportagens expõem os altos índices de criminalidade que se mantém e até crescem nesses dois Estados. Na Bahia, por exemplo,

Foram quase 7 mil assassinatos no estado em 2022, segundo o último anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Do ranking das 50 cidades com maior número de assassinatos, 12 estão na Bahia. No topo da lista estão Jequié, Santo Antônio de Jesus e Simões Filho, todas com mais de 80 mortes a cada 100 mil habitantes. Todas são equipadas com as câmeras do governo estadual, que garante que o investimento deu resultado. (INTERCEPT, 2023).

Em Santa Maria/RS, a nível municipal, também é possível perceber contradições entre as declarações de agentes das forças policiais e os números de criminalidade. Em entrevistas coletadas para esta pesquisa, agentes das forças policiais municipais afirmam que os índices de criminalidade do município diminuíram após a ampliação dos sistemas de videomonitoramento eletrônico na cidade, realizada em 2019. Analisando os dados de criminalidade por município mantidos pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, no entanto, é possível perceber que, entre 2018 e 2022, houve aumento de 30% nos índices de criminalidade. Para 2023, a tendência parece manter a curva crescente, conforme é possível identificar na tabela abaixo:¹⁵

QUADRO 1: Indicadores Criminais 2018-2023, fato consumado. Santa Maria/RS.

2018	2019	2020	2021	2022	2023 (1º sem)
6855	7198	7257	8740	8946	4509

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados dos índices de criminalidade anuais divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Com cifras que, como padrão, alcançam a casa dos milhões de reais, os projetos de cidades seguras que se multiplicam pelo Brasil tentam espalhar consigo um entendimento de que câmeras, sensores, monitores e softwares são capazes de garantir uma experiência urbana segura e harmoniosa. Essa crença aparece, frequentemente, atrelada a um discurso de insegurança e medo, que reforça um apelo pela tecnologia. É como se somente a inclusão de mais artefatos e mais elementos sociotécnicos nas rotinas das forças policiais fosse capaz de garantir a segurança da população no contexto urbano contemporâneo.

Não seria exagero apontar a semelhança com a sátira do filme *Tiong Bahru Social Club* (2020), do diretor Tan Bee Thiam, em que um condomínio é projetado para se tornar um

¹⁵ Nos números totais, são consideradas as seguintes categorias criminais: Homicídio Doloso, Latrocínio, Furto, Abigeato, Furto de Veículo, Roubo, Roubo de Veículo, Estelionato, Delitos Relacionados à Armas e Munições, Entorpecentes - Posse e Tráfico, Vítimas de Latrocínio e Vítimas de Lesão Corporal Seguida de Morte. Dados disponíveis em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais> Acesso em 10 de agosto de 2023.

lugar plenamente feliz, com o uso de tecnologias de inteligência artificial. Ali a rotina dos moradores é orientada por modelos preditivos que prometem oferecer um modo de vida eficiente, otimizado e feliz, sem espaço para angústias e sofrimentos. No filme, os algoritmos são capazes de definir o modelo ideal para a felicidade. Na experiência real urbana, a segurança pública estabelecida essencialmente pelo uso de elementos sociotécnicos e sistemas digitais de comunicação e informação parece confiar à tecnologia a garantia de um modelo ideal de segurança. Nos exemplos contemporâneos, a tecnologia aparece como protagonista no que se executa e no que se conhece por segurança pública.

A materialidade dos exemplos citados acima, no entanto, é evidência de que investimentos em tecnologia nem sempre significam diretamente mais segurança. Muitos aspectos atravessam o caminho entre a materialidade dos artefatos e sua agência sobre a realidade social. Nesse cenário, identificamos a emergência de um fenômeno transversal, complexo e estrutural, incorporado nas instituições, nos discursos e na realidade material. Um fenômeno que, ao mesmo tempo que cria, supre ele mesmo a demanda por segurança, porque é também através dele que se definem os modos de entendimento e de produção dos discursos sobre segurança na sociedade contemporânea.

Institucionalmente, leis e decretos a nível federal e estadual materializam orientações sobre práticas e procedimentos para segurança pública, a partir de metas e objetivos, o que tomamos como um tipo de modelo que sugere integração e modernização das forças policiais. Esse modelo se materializa com a criação de centros de operações de segurança altamente tecnológicos e modernos, que prometem garantia de segurança através de videomonitoramento e outros sistemas sociotécnicos. O Centro Integrado de Operações de Segurança Pública em Santa Maria/RS é uma das iniciativas que correspondem ao que percebemos como um modelo de segurança pública. Ele é tomado como objeto de investigação, um objeto desenhado sobre pilares de eficiência, modernização e integração sociotécnica. O CIOSP/SM incorpora em uma instalação única o controle de sistemas de videomonitoramento, alarmes de prédios públicos, sistema de rastreamento veicular das viaturas e sistema de reconhecimento de placas de veículos e controle de semáforos. Também reúne mais de dez órgãos de segurança que atuam de maneira integrada por meio do compartilhamento de sistemas e dados, de espaço físico ou da tomada conjunta de decisões. O Centro é rodeado de disputas, acordos, conflitos e normas, que nos propomos a desvelar na investigação dos discursos sobre o CIOSP.

Assim se desenha o cenário empírico sobre o qual esta investigação se pauta. Na operacionalização da pesquisa, a pergunta que norteia seu desenvolvimento e a que propõe-se

responder é **“como o modelo de segurança pública brasileiro, sustentado pelo acionamento sociotécnico, expressa institucional, operacional e materialmente a agência de um dispositivo de segurança pública?”** A fim de responder ao questionamento apresentado, objetivamos realizar uma cartografia do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública em Santa Maria/RS, explorando suas dimensões institucional, operacional e material. Esse percurso deriva-se em algumas etapas, que compreendem os objetivos específicos a serem alcançados com o andamento da pesquisa, a saber: a) identificar aspectos da estruturação institucional, operacional e material do objeto por meio da investigação cartográfica; b) mapear discursos de atores relacionados ao objeto nas diferentes dimensões, a fim de compreender as significações e aspectos discursivos a ele atribuídos; c) apontar aspectos do objeto que evidenciem a agência de um dispositivo de segurança pública.

A operacionalização metodológica da pesquisa se dá por inspiração no modelo cartográfico, seguindo, dentre outros, autores como Foucault (2017b) e Prado Filho e Teti (2013). Sob essa orientação, a aproximação da pesquisadora com o objeto é parte determinante da estruturação e do desenvolvimento da metodologia, ao passo que caracteriza também a própria execução da investigação. O discurso é central para o desenho cartográfico que adotamos, e conceituamos essa abordagem, principalmente, a partir de Foucault (2000, 2017b).

No desenvolvimento da pesquisa, percebemos que a temática da segurança pública relacionada com as discussões sociotécnicas pouco aparece na literatura acadêmica da sociologia e da comunicação. Se bem alguns trabalhos discutem a questão da segurança pública, enquanto outros se debruçam sobre a sociotécnica, pouco se diz sobre o atravessamento dos dois temas. Autores como Miranda (2012) e da Silva Lima et al. (2018) chegam a relacionar ambas as temáticas, mas falam a partir da atuação das forças de segurança, numa perspectiva que entende a tecnologia como uma ferramenta que otimiza suas práticas, desconsiderando seu caráter formativo na compreensão das cidades. Nessa leitura, altos níveis de informatização, digitalização e tecnologização das cidades são adotados como caminhos para modelos de cidades mais seguras, eficientes, ágeis e que demandam menos trabalho humano.

O cenário apresentado indica a necessidade e pertinência desta investigação para as discussões sobre segurança, tecnologia e sociedade. Construir essa abordagem a partir da comunicação possibilita observar uma camada formativa de subjetividades e da experiência coletiva urbana. Além disso, a crescente discussão sobre tecnologia e materialidade e sobre os aspectos político-econômicos das tecnologias despertam particular interesse crítico nesta

pesquisa. A integração entre os três pilares desta discussão permite o desenho de uma análise que é bastante singular, localizada temporal e geograficamente e diretamente atravessada pela experiência da autora em sua aproximação com o objeto. Esse caráter subjetivo é também parte da riqueza da investigação, que se constrói na relação entre pesquisadora e objeto e no percurso formativo da pesquisadora e da pesquisa.

As referências e pontos de vista que partem da Comunicação permitem, ainda, estruturar as discussões, argumentos e análises a partir de um lugar que considera as subjetividades e complexidades das interações entre agentes envolvidos nas associações sociotécnicas. O cenário demanda análises que abordem mais do que um ou outro aspecto - técnico ou subjetivo, por exemplo. Para alcançar diferentes aspectos que o problema de pesquisa e o objeto demandam, entendemos necessária uma abordagem interdisciplinar, proposta nesta investigação como uma tentativa de contribuir para a construção do conhecimento sobre os temas abordados *com e a partir* da Comunicação. Desse modo, pretende-se que a investigação aqui apresentada contribua para a construção de uma leitura sobre um modelo de segurança pública que considere as camadas de complexidade do objeto pelas dimensões institucional, operacional e material.

Para embasar essa leitura, o capítulo II apresenta um apanhado teórico sobre diferentes modos de relação e de interpretação sobre a tecnologia. A tríade tecnologia, indivíduos e sociedade historicamente desperta interesse e discussões conceituais, que tentam estabelecer um entendimento sobre o que é a tecnologia e que modos de relação são possíveis entre esses elementos. Discorreremos sobre como as percepções da tecnologia se dão em campos do pensamento como a Sociologia e a Filosofia, relacionadas com as práticas e ações cotidianas. São resgatadas algumas perspectivas que abordam aspectos do objeto também observados empiricamente, de modo a alinhar a argumentação teórica com a afetação material. Acionamos, dentre outras, as perspectivas de Feenberg (2015, 2013, 2010) para discorrer sobre expectativas e usos contemporâneos da tecnologia; de Echeverría (2003) para tratar especificamente de mudanças no fazer científico e tecnológico orientadas por movimentos econômicos; e de Latour (2012, 2000, 1994b, 2015), para acionar o emaranhado de associações que atravessa a produção de conhecimento e tecnologia.

As condições nas quais a tecnologia é desenvolvida costumam desenhar modos de uso de ferramentas, utensílios e dispositivos através dos quais interagimos e experienciamos os espaços e as relações. Na segurança urbana, por exemplo, sistemas de videomonitoramento, GPS, sensores, radares, alarmes, aplicativos mobile e softwares, etc., expressam expectativas de cidadãos e governos, orientando modos de perceber e de executar ações de segurança. No

que tange a concretizar certa sensação de segurança dos indivíduos em uma coletividade, artefatos sociotécnicos são elementos importantes no contexto contemporâneo.

No capítulo III damos ênfase à materialidade dos sistemas sociotécnicos aplicados no espaço urbano, principalmente em estratégias de segurança pública no Brasil. Isso nos leva ao modelo de segurança integrada e sociotécnica expressa pela instauração de centros de comando e controle integrados, que crescem exponencialmente no Brasil por ocasião dos grandes eventos esportivos de 2014 e 2016. Nesse cenário, identificamos uma orientação institucional para a materialização desse modelo, que aciona elementos sociotécnicos para desenhar condições de sociabilidade e de experimentação dos espaços urbanos. Acionamos autores como Lemos (2020), Latour (1994b), Branco (2019) e principalmente Foucault (2008, 2017a), para discorrer sobre um tipo de poder que orienta a percepção, a interação e a construção dos acontecimentos em espaços coletivos e sociais urbanos.

Na análise empírica do objeto CIOSP/SM consideramos a materialidade discursiva sobre sua formação, instauração e agência. A partir das dimensões definidas para a exploração do objeto - institucional, operacional e material - propomos a análise de discursos de documentos oficiais e entrevistas realizadas com atores relacionados ao CIOSP/SM em alguma dessas dimensões. Com inspiração em Foucault (2000, 2017b), analisamos os conjuntos discursivos e identificamos aspectos que caracterizam o objeto como expressão de um dispositivo sociotécnico de segurança pública.

2 MODOS DE RELAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Pensar a técnica, a tecnologia e a sociotécnica é o ponto de partida que conduz à abordagem crítica que esta pesquisa propõe. Mais do que refletir sobre o que os artefatos técnicos são, essas leituras também estabelecem modos de compreender a própria relação humanidade-tecnologia e ecoam sobre a elaboração da subjetividade humana e dos elementos tecnológicos a partir dessas relações. Na primeira parte do capítulo, são apresentadas abordagens teóricas sobre a técnica e tecnologia nas sociedades moderna e contemporânea, acionando autores de vertentes como a Filosofia da Tecnologia (FEENBERG, 2015, 2013, 2010) e a Sociologia da Tecnologia (MARTINS, 2006), as quais, a partir da Comunicação, tomamos como inspiração e referência. Observando historicamente a relação humana com a tecnologia, pretende-se assinalar imaginários já propostos por autores em outros contextos e disciplinas.

A partir do escopo teórico acionado, desenha-se um cenário de múltiplas abordagens possíveis, composto por correntes de pensamentos e visões sobre a tecnologia bastante distintas, quando não completamente opostas. A partir de Feenberg (2015, 2013, 2010) e outros autores, buscamos evidenciar aspectos atribuídos à técnica e à tecnologia modernas, como a visão instrumental baseada em uma crença na neutralidade das tecnologias que, desprovidas de valores, estariam disponíveis para o controle humano, possibilitando um modo de domínio sobre a natureza que busca otimização e eficiência.

Avançamos na segunda parte do capítulo a partir de uma perspectiva que contrapõe o ideal moderno instrumental, dando ênfase para os aspectos sociais e condições científicas formativas imbricadas no acionamento da tecnologia contemporânea. O conceito de tecnociências (ECHEVERRÍA, 2003) contextualiza as condições históricas, políticas e culturais que estabelecem o modo de produção do conhecimento científico e das tecnologias. É possível apontar atravessamentos múltiplos que operam sobre os modos de produzir conhecimento e intervir sobre a realidade, como investimentos e interesses de corporações privadas na produção científica. A característica tecnocientífica insere um modo de relação com as tecnologias que é orientado por interesses estabelecidos além do campo científico e a percepção desse fenômeno abre espaço para contrapor a leitura instrumental e neutra da tecnologia.

Por fim, acionamos a perspectiva dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), que complementa a discussão iniciada aqui com as tecnociências. A perspectiva dos ESCT (LATOURE, 2000, 2012, BIJKER, HUGHES E PINCH, 2012) destaca as condições de

instauração do conhecimento científico e das tecnologias, considerando atravessamentos de aspectos e naturezas distintas, negando a separação entre técnico e social. A principal contribuição dessa perspectiva para esta pesquisa é considerar os aspectos culturais, políticos e materiais, por exemplo, imbricados na compreensão, elaboração e uso das tecnologias. Considerar tais aspectos é crucial para a observação de tecnologias urbanas de segurança pública, como propomos nos capítulos seguintes.

2.1 A TÉCNICA E A TECNOLOGIA MODERNA

Compreender perspectivas e modos da relação humana com a tecnologia é essencial para a leitura sobre segurança pública urbana proposta por esta pesquisa. A primeira parte deste capítulo apresenta, portanto, um panorama sobre o modo como socialmente nos relacionamos com as tecnologias que atravessam espaços e experiências coletivas. Para tanto, faz-se essencial apresentar nestas primeiras páginas um apanhado teórico de como essa relação é compreendida por estudiosos e pensadores de vertentes e perspectivas importantes para a visão aqui elaborada. É importante assinalar, também, que a discussão que se apresenta não esgota todos os acionamentos possíveis, apenas expressa o cruzamento de estudos e referências acionadas durante a trajetória desta pesquisa.

Apresentamos, inicialmente, alguns caminhos conceituais sobre técnica e sociedade, conduzindo um fio histórico que leva a discussão até a tecnologia moderna. Para isso, referências da Sociologia e da Filosofia da Tecnologia são tomadas como inspiração, representando um esforço de aproximação dessas disciplinas com a área da Comunicação, a partir de onde falamos. Na experiência humana, a construção de subjetividades e individualidades passa pela relação com a técnica e com a tecnologia, como se pode observar historicamente. Não é sem motivo a afirmação de que a história da técnica é tão antiga quanto a história da humanidade (VARGAS, 2003) ou ainda, que humanidade e técnica compartilham uma única história (GALLEGO, 2019, OLIVEIRA, 2008). Vieira Pinto (2005), por exemplo, defende que o domínio da técnica é justamente o que confere característica humana ao *homo sapiens*, diferenciando-o das demais espécies.

O termo “técnica” aparece frequentemente relacionado com sua raiz grega *techné*, e é associado também, direta ou indiretamente, com a compreensão de tecnologia que se consolida na modernidade. Não pretende-se esgotar a discussão dos termos, já que a adoção de um conceito não encerraria a complexidade de um fenômeno que é empírico, além de epistemológico. Para fins de padronização e posicionamento conceitual, acionamos, em linhas

gerais, tecnologia como a versão moderna da técnica - posição ancorada na perspectiva de autores como Oliveira (2008), que é acionada no decorrer deste capítulo. A autora propõe compreender os três termos - técnica, *techné* e tecnologia - como três momentos históricos de um mesmo fenômeno. Para Oliveira (2008), a técnica primitiva estaria relacionada às práticas de um “saber-fazer” inerente à cultura humana. A *techné* diz respeito a um entendimento originado na cultura grega, relacionada ao conhecimento empírico com aplicação prática, para além da contemplação. A tecnologia, por fim, é a técnica da sociedade moderna capitalista, relacionada a um tipo específico de conhecimento: o científico.

Na perspectiva aqui proposta, a tecnologia moderna apresenta aspectos da técnica como prática humana e como modos de fazer, sustentados pela aplicação de conhecimento científico aliado a interesses econômicos, políticos e reconfigurações no contexto social. Como avançaremos adiante, a aplicação do conhecimento científico como tecnologia expressa ideais modernos e expectativas associadas à eficiência e a otimização de práticas, buscando a aplicação dos melhores métodos para fins determinados. Essa visão nem sempre considera os processos pelos quais as tecnologias são socialmente instauradas - resultado de ações contingentes perpassadas por elementos de naturezas distintas, conflitos e múltiplos interesses (LATOUR, 2000). Isso acrescenta mais uma camada à sistematização de Oliveira (2008), o que tratamos como caráter sociotécnico dos artefatos tecnológicos em uso, conceito chave para a segunda parte deste capítulo.

Na Filosofia e na Sociologia da Tecnologia muito se discute sobre os modos de conceber e se relacionar com o fenômeno. Tomamos algumas abordagens como inspiração a fim de contextualizar a centralidade da tecnologia nas sociedades observada por autores de diferentes épocas e disciplinas. Hermínio Martins (1997) propõe uma leitura da tecnologia que percebe e posiciona duas grandes tradições de pensamento: a prometeica e a fáustica. Para o autor, há grandes contrastes nessas duas tradições no que diz respeito ao controle ou domínio da natureza. A tradição prometeica apresenta um certo otimismo frente à possibilidade de desenvolvimento e progresso tecnológico, enquanto a fáustica propõe olhares mais cautelosos e evidencia a percepção de um certo risco de sujeição da humanidade em relação à tecnologia.¹⁶ A visão apresentada por Martins desenha claramente duas posições sobre a tecnologia: uma de neutralidade, onde o fenômeno é percebido como ferramenta para o progresso, e outra onde a tecnologia é vista como força agenciadora sobre a humanidade.

¹⁶ O temor de uma sujeição ou um aprisionamento da humanidade em relação à tecnologia também aparece na perspectiva apresentada em Heidegger, na Filosofia da Tecnologia.

Essa dicotomia não se esgota, tampouco propõe-se seu esgotamento, seguindo em voga nas discussões e imaginários contemporâneos.

Na Filosofia, Andrew Feenberg (2015) apresenta uma sistematização das teorias modernas da tecnologia, onde relaciona concepções do termo a partir do cruzamento de dois eixos: a neutralidade *ou* valoração da tecnologia; e autonomia da tecnologia *ou* controle humano sobre ela.

QUADRO 2 - matriz de perspectivas sobre a tecnologia

	Autônoma	Controlada
Neutra	Determinismo	Instrumentalismo
Valorativa	Substantivismo	Teoria Crítica

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Feenberg (2015, p. 125).

O cruzamento dessas concepções resulta nas principais teorias acerca da filosofia moderna, na leitura do autor: 1) uma perspectiva determinista, quando a tecnologia é considerada neutra e autônoma; 2) uma perspectiva instrumental, quando a tecnologia é percebida como neutra e humanamente controlada; 3) uma perspectiva substantivista, quando entendida como carregada de valores próprios e autônoma; e 4) uma teoria crítica, quando os valores culturais são considerados na instauração das tecnologias, mas não suprimem o controle humano sobre elas. Todas essas possíveis leituras orbitam em torno das relações com a tecnologia, por ora destacando-se, ocultando-se ou mesclando-se. O autor se posiciona a partir da Teoria Crítica e é também a partir dela que tecemos a abordagem desta pesquisa.

Segundo Feenberg (2015, 2010), a visão moderna da tecnologia é instrumentalista - vê a tecnologia como neutra e humanamente controlada - porque a percebe como ferramenta para a ação humana e para o progresso liberal, neutra e isenta de qualquer valoração social. Nessa leitura, não são percebidos agenciamentos nos elementos ou sistemas acionados, bem como são desconsideradas quaisquer interferências culturais, materiais ou políticas no desenvolvimento das tecnologias em uso. A visão instrumental entende a tecnologia à disposição da humanidade, direcionando aos agentes humanos o controle sobre sua aplicação - para ampliar a eficiência do trabalho e otimizar as condições da vida humana, por exemplo. A tecnologia, então, seria neutra e a valoração estaria unicamente nos usos atribuídos à ela. Esse imaginário se consolida e reproduz na produção de novas tecnologias, na aplicação de

políticas e nos discursos sobre elas, o que também diz respeito à orientação de práticas culturais e processos formais nos mais diversos âmbitos.

Na Sociologia, a técnica é percebida como um modo de domínio sobre a natureza, reproduzindo a mesma percepção de neutralidade dos artefatos, o que viabilizaria eficiência e progresso. Essa leitura é estruturante para o desenvolvimento da sociedade moderna, em um contexto em que o predomínio da racionalidade técnica sobre o conjunto da vida social e a tecnificação dos processos estabelece o que Max Weber entende por racionalização. Mais do que possibilitar agir sobre a realidade, para Weber a técnica define processos e sistematiza modos de relação com a natureza orientados para a eficiência¹⁷ (SELL, 2012). Assim, a técnica está nas bases de uma racionalidade que define a sociedade moderna ocidental, pautada sobre a ideia de eficiência, objetividade e progresso. O autor, junto com outros sociólogos no começo do séc XX, via emergir uma nova forma de organização da sociedade, que orientava ações e práticas a partir de definições técnicas, em detrimento de “crenças sobrenaturais”. Ações que antes eram creditadas a forças místicas e transcendentais passam a ser explicadas pela ciência. O domínio da técnica significava previsibilidade das ações e controle das práticas coletivas, porque estabelecia modos tecnicamente calculados e validados para agir sobre a realidade.

Assim, nas raízes da racionalidade moderna, a técnica é a definição do meio ou processo mais eficiente para atingir fins determinados, de tal modo que estaria desprovida de qualquer valoração em si mesma. O processo que Weber observa é o da centralidade dos meios e da secundarização dos fins (SELL, 2012). Em outros termos, na racionalidade moderna que busca eficiência, a técnica - o modo de fazer - é mais importante do que sua finalidade - o resultado da ação. A possibilidade de agir sobre a realidade através de processos técnicos (meios), conferiria a eficiência da ação, enquanto seus efeitos (fins), seriam postos em segundo plano ou até mesmo desconsiderados.

Essa perspectiva ou modo de compreender a técnica pela técnica, como um fim em si mesma e orientada à eficiência, acaba por conduzir o próprio desenvolvimento dos processos técnicos e da sociedade moderna. No uso da técnica por si mesma, ela se torna um modo de operar e moldar a realidade com a qual interage. Feenberg (2013), sem fazer distinção direta sobre técnica e tecnologia, aponta que, no contexto moderno, a tecnologia “trata a natureza como matéria-prima, não como um mundo que emerge de si mesmo, (...) como materiais que esperam a transformação no que quer que desejemos (...)” (FEENBERG, 2013, p. 56) através

¹⁷ Mesmo que os estudos de Max Weber não compreendam diretamente a tecnologia moderna, a técnica como processo e como meio para determinado fim atravessa suas obras e reflexões em múltiplos sentidos.

do processo técnico considerado eficiente. Como avançaremos no capítulo 3, a defesa pela eficiência das técnicas e tecnologias aplicadas para segurança pública urbana - incluindo artefatos, sistemas e o próprio modelo estabelecido - é consolidada em práticas, discursos e instituições. No cenário que analisamos, a tecnologia confere eficiência pela própria tecnologia.

2.2 INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A visão que entende a técnica como prática, como manipulação de ferramentas e como domínio das matérias naturais para otimizar ou possibilitar a ação humana, aparece também no trabalho de outros autores (MUMFORD, 1966, LENZI, 2015). Mário Bunge (2012) “entende por técnica o controle ou a transformação da natureza pelo homem, o qual faz uso de conhecimentos pré-científicos” (apud CUPANI, 2004, p. 495), enquanto a tecnologia requer o acionamento da ciência. Para Bunge (2012), a técnica e a tecnologia são modos de conhecimento sobre a realidade, mas somente a tecnologia é provida de lastro e rigor científico.

A leitura de Cupani sobre a perspectiva de Bunge é interessante porque assinala e reúne pontos relevantes para a discussão que propomos:

Quer se trate de técnica quer de tecnologia, o que está em jogo é uma atividade consistente na produção de algo artificial, de um "artefato". O artefato não precisa ser todavia uma coisa (por exemplo, uma bicicleta, ou um remédio), podendo tratar-se também da modificação do estado de um sistema natural (por exemplo, desviar ou represar o curso de um rio), ou bem da transformação de um sistema (por exemplo, ensinar alguém a ler). Em todos os casos, a ação técnica - uma forma de trabalho, para Bunge - opera utilizando recursos naturais (como empregar o cérebro próprio para resolver um problema de maneira metódica, usar troncos de árvore para construir uma cabana etc.), transformando-os (produzir tecidos com base no linho, domesticar animais etc.), ou bem reunindo elementos naturais para dar origem a algo inédito (sintetizar moléculas, organizar pessoas numa firma comercial, etc.).” (CUPANI, 2004, p. 495).

É importante ressaltar que a técnica em Bunge (2012) está amplamente relacionada com a ação prática sobre a realidade e o ambiente. A técnica é a execução - o que aciona o diálogo com a *techné* (OLIVEIRA, 2008). A tecnologia, em outro nível, tem a ver com a capacidade de produzir artefatos pela prática a partir da aplicação do conhecimento científico. Em Bunge (2012), assim como em Mumford (1996), a tecnologia não se encerra em conhecer, mas leva a agir e a manipular a realidade - a partir do conhecimento científico, no primeiro, ou a partir da racionalização da técnica, no segundo.

Em Feenberg (2010, p.1) também é possível identificar a ênfase na associação da tecnologia com a utilidade e aplicação dos conhecimentos e saberes sobre a verdade científica.

A ciência e a tecnologia partem do mesmo tipo de pensamento racional baseado na observação empírica e conhecimento de causalidade natural, mas a tecnologia não está relacionada com a verdade e, sim, com a utilidade. Onde a ciência busca o saber, a tecnologia busca o controle. (FEENBERG, 2010, p. 1).

Para Bunge (2012) ainda há uma relação estreita entre a tecnologia e a ciência moderna das universidades. O conhecimento científico é legitimador da tecnologia, tendo papel fundamental na construção e abordagem de questões sociais e políticas. A tecnologia está entrelaçada com a matriz científica, com seus processos e métodos e com os interesses que conduzem as pesquisas desenvolvidas nas universidades. As perguntas feitas no processo de produção científica desenham as discussões estabelecidas sobre tecnologia, assim como sobre outros temas, além de orientarem a agenda pública ao definirem quais questões de investigação merecem visibilidade. Aí está inscrito um aspecto social da tecnologia moderna, que é atravessado pela ciência, pela política e pelo mercado.

As tecnociências (ECHEVERRÍA, 2003, HOTTOIS, 2018, MARTINS, 1997) representam um fenômeno que Echeverría (2003) definiu como múltiplo, plural. Caracteriza uma adaptação na lógica de produção da ciência que se estende por diversas disciplinas. Para o autor, as tecnociências se caracterizam pela instrumentalização do conhecimento científico-tecnológico. “O avanço tecnológico do conhecimento deixa de ser um fim em si mesmo e converte-se em um meio para outros fins”¹⁸ (ECHEVERRÍA, 2003, p. 15). Mencionando Max Weber, Echeverría aponta que os propósitos da ciência e da tecnologia - a produção de conhecimento - deixam de ser valores últimos e se tornam valores instrumentais.

Ao final do século XX, Echeverría percebe um cenário de reconfiguração na economia e na política global, com uma realocação de centros de poder que refletem na lógica de produção do conhecimento e da tecnologia. Segundo o autor, se as bases da ciência moderna eram eurocêtricas, o modelo tecnocientífico que ganha força e crescimento no período pós-guerras têm raízes e influência norte-americanas. Mercados e forças militares se posicionam como atores de interesse sobre a produção científica, ocasionando uma reconfiguração da ciência que não tem raízes epistemológicas ou metodológicas, mas que se

¹⁸ Tradução própria. No original: “El avance en el conocimiento deja de ser un fin en sí mismo para convertirse en un medio para otros fines.” (ECHEVERRÍA, 2003, p. 15).

origina “por uma mudança profunda na estrutura da prática científica.”¹⁹ (ECHEVERRÍA, 2003, p. 27).

Em resumo, a tecnociência é uma condição que possibilita o poder econômico e militar, razão pela qual os países mais poderosos são os que possuem um alto nível de desenvolvimento tecnocientífico e informacional. A curiosidade e a busca pelo conhecimento podem ter sido a base para o surgimento da ciência moderna. Em contrapartida, a busca pelo poder é o motor da tecnociência contemporânea.²⁰ (ECHEVERRÍA, 2003, p. 5).

Sobre esse mesmo ponto, Oliveira (2008) apresenta uma contextualização que contribui para o desenho do cenário.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as tecnologias alcançam novos avanços a que a humanidade jamais teria acreditado que chegaria um dia. Há um certo deslocamento nesse desenvolvimento, pois o eixo sai do setor de produção e vai para o setor de comunicação e informação. Daí a perspectiva de se estar vivendo um novo grande período da história da humanidade – A Era da Sociedade Informacional que propicia um novo avanço das fronteiras do desenvolvimento do capital, por muitos denominado de Globalismo. O capitalismo adquiriu novas configurações, ou seja, o que desencadeia o lucro não é mais o mercado comercial e nem o industrial, mas o mercado financeiro, que depende incondicionalmente dos meios de comunicação e informação para expandir e ampliar os seus lucros. (OLIVEIRA, 2008, p. 8).

As tecnociências representam, então, um processo social cujas bases estão na produção do conhecimento e da tecnologia orientados ao mercado, mas que não se restringe a estes temas e opera sobre a sociedade contemporânea em termos gerais. Premebida, Neves e Almeida (2011, p. 39), ao discutirem sobre a contribuição da abordagem dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT) nas pesquisas contemporâneas, reforçam que “a dinâmica tecnocientífica materializa novas configurações de mundo”. Percebe-se a emergência de novas relações de poder, acordos sociais e reconfigurações decorrentes de uma nova lógica que é, sobretudo, economicamente atravessada.

As tecnociências não modificam apenas a ciência, mas transformam também as práticas industriais, militares, tecnológicas e econômicas. Estabelecem-se novos modelos de sistemas de ciência e tecnologia que ultrapassam limites, interesses e manuais das comunidades científicas, instaurando “empresas tecnocientíficas, sobrepostas às comunidades científicas preexistentes”²¹ (ECHEVERRÍA, 2003, p. 15). Esses sistemas alcançam hoje

¹⁹ Tradução própria. No original: (...) “por un cambio profundo en la estructura de la práctica científica.” (ECHEVERRÍA, 2003, p. 27).

²⁰ Tradução própria. No original: “En resumen, la tecnociencia es una condición de posibilidad del poder económico y militar, razón por la cual los países más poderosos son los que tienen un alto nivel de desarrollo tecnocientífico e informacional. La curiosidad y la búsqueda de conocimiento pudieron estar a la base de la emergencia de la ciencia moderna. En cambio, la lucha por el poder es el motor de la tecnociencia contemporánea.” (ECHEVERRÍA, 2003, p. 5).

²¹ Tradução própria. No original: “empresas tecnocientíficas, superpuestas a las comunidades científicas preexistentes.” (ECHEVERRÍA, 2003, p. 15).

níveis globais e transnacionais, atravessando práticas, procedimentos e métodos científicos, como nas pesquisas avançadas em saúde, frequentemente fomentadas e desenvolvidas por grandes laboratórios privados, ou nas pesquisas em tecnologia de guerra e segurança, desenvolvidas por empresas multinacionais de tecnologia. Esse fenômeno se estabelece como lógica predominante na produção tecnológica contemporânea, orientando modos de conhecer e de interagir com a realidade. Essa dinâmica se expressa e provoca recorrências sociais relevantes, com destaque para os cenários sociais urbanos, como nos interessa discutir no capítulo 3.

2.3 CARÁTER SOCIOTÉCNICO

Retomando os processos técnicos da produção do conhecimento científico, agora somados à dimensão tecnocientífica, é ainda mais oportuno o questionamento sobre a neutralidade dos elementos, sistemas, conhecimento e das tecnologias produzidas. O trabalho de Dusek et al. (2006), contribui para o debate que propomos ao inserir uma sistematização de perspectivas a partir da Filosofia da Tecnologia, apresentando uma leitura da tecnologia enquanto um sistema, sempre em interação com outros diferentes elementos. Segundo apontam os autores, a tecnologia ou os artefatos tecnológicos necessitam ser projetados, construídos, mantidos e utilizados em contextos culturais.

Sob essa perspectiva, um artefato só pode servir como tecnologia se aplicado à realização de uma tarefa ou demanda - que é sempre do agente que a executa e não da ferramenta em si. Embora o elemento tecnológico seja associado à neutralidade, sugerindo que a agência é unicamente do elemento humano, ele está colocado em associação com elementos de naturezas distintas, com os quais interage. Em outros termos, o artefato em si mesmo não carrega valores - assim como a perspectiva instrumental da tecnologia sugere -, mas os autores reconhecem a agência de outros elementos pela interação no “sistema” tecnológico em que artefato e sociedade estão inseridos. Dusek et al. (2006) colocam a tecnologia em relação com outros elementos, acrescentando uma abertura para considerar o contexto social e cultural na produção e aplicação das tecnologias. Nessa leitura, então,

para que um artefato ou parte de um equipamento seja tecnologia, ele precisa estar configurado em um contexto de pessoas que o utilizem, o mantenham e o reparem. Isso fomenta a noção de um sistema tecnológico que inclui equipamentos bem como

capacidades humanas e organização que são necessárias para operar e manter a tecnologia.²² (DUSEK et al., 2006, p. 33).

A percepção da tecnologia como um sistema, em relação com as práticas humanas e os processos econômicos, políticos e culturais, possibilita aproximar a leitura de Dusek et al. (2006) com as proposições dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT) e da Construção Social da Tecnologia (CST), que acionamos para esta reflexão²³. A tecnologia não é tecnologia em essência, mas o é porque está em relação com distintos elementos, processos e atores. Nos ESCT propõe-se superar a oposição entre o que é técnico e o que é social, falando de um fenômeno que compreende ambos os aspectos. Não existe social separado do técnico, assim como não existe técnico independente do social (AIBAR, 1996). Os elementos em discussão nos ESCT não estão no escopo da técnica ou da tecnologia, mas sim da sociotécnica.

Nas abordagens que acionam a perspectiva sociotécnica, não há neutralidade ou pura instrumentalização dos elementos sociotécnicos, mas sim construção. Os elementos são demandados, projetados, instaurados e operacionalizados sempre em contextos determinados, em condições específicas e dentro de modelos sociais, culturais e políticos definidos. Nessa perspectiva, a concepção de uma tecnologia incorpora necessariamente as particularidades do contexto no qual ela está inserida. Um artefato como uma câmera de vigilância ou um software de processamento de imagens, por exemplo, não é essencialmente técnico e nem essencialmente social. Uma caracterização assim planejada não é capaz de dar conta da complexidade de tais elementos.

Na obra *Jamais Fomos Modernos* (1994a), Bruno Latour critica a separação em categorias, disciplinas e as dicotomias do fazer científico moderno.

As páginas de Economia, Política, Ciências, Livros, Cultura, Religião e Generalidades dividem o layout como se nada acontecesse. O menor vírus da AIDS nos faz passar do sexo ao inconsciente, à África, às culturas de células, ao DNA, a São Francisco; mas os analistas, os pensadores, os jornalistas e todos os que tomam decisões irão cortar a fina rede desenhada pelo vírus em pequenos compartimentos específicos, onde encontraremos apenas ciência, apenas economia, apenas representações sociais, apenas generalidades, apenas piedade, apenas sexo. Aperte o mais inocente dos aerossóis e você será levado à Antártida, e de lá à universidade da Califórnia em Irvine, as linhas de montagem de Lyon, a química dos gases nobres, e daí talvez até à ONU, mas este fio frágil será cortado em tantos segmentos quantas

²² Tradução própria. No original: “for an artifact or piece of hardware to be technology, it needs to be set in the context of people who use it, maintain it, and repair it. This gives rise to the notion of a technological system that includes hardware as well as the human skills and organization that are needed to operate and maintain it.” (DUSEK et al., 2006, p. 33)

²³ Os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia compõem um escopo de publicações e observações que inclui em grande parte as proposições da Construção Social da Tecnologia, portanto muitas percepções são compartilhadas entre as duas correntes de estudo.

forem as disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder. Não misturemos o céu e a terra, o global e o local, o humano e o inumano (LATOURE, 1994a, p.8).

No trecho o autor critica justamente a separação entre categorias ou dimensões da experiência - natureza, sociedade, economia, técnica e humanidade. Para Latour as dimensões/elementos da tecnologia não estão isoladas, mas em associação. Conhecer um fenômeno segmentado, sem entender que tipos de associações ele estabelece e como essas associações incidem sobre o próprio fenômeno e sobre o contexto coletivo é característica do conhecimento moderno que a obra do autor tenta reformular.

Essa discussão sobre tecnologia, tecida na Sociologia a partir dos anos 1950, é interessante porque inaugura uma nova abordagem que permite perceber elementos materiais, políticos, culturais e econômicos na instauração dos elementos sociotécnicos. Esses estudos se consolidam a partir de meados do século XX, no curso do que alguns autores apontam como uma “virada material” ou empírica (LEMOS, BITENCOURT, 2021, AIBAR, 1996) nos estudos das humanidades. No final do século XX o avanço tecnológico alcança velocidade e volume jamais observados antes. Sociedade da informação, sociedade cibernética (MATTELART, 2006) e sociedade em rede (CASTELLS, 2005), são termos que tentam definir ou nomear esse período caracterizado por significativo aumento em número e eficiência dos artefatos tecnológicos disponíveis, das tecnologias de informação e comunicação e, por consequência, de reorganizações nas práticas humanas, principalmente no contexto da virada tecnocientífica (ECHEVERRÍA, 2003).

A sociologia da ciência, uma das perspectivas dos ESCT, se dedica a pensar esses novos modelos de produção científica a partir de dentro, observando e descrevendo processos e explorando os elementos participantes na produção científica e tecnológica. A instauração de novas tecnologias e a concepção de elementos sociotécnicos passa pelo processo científico, atravessado também pelas condições sociotécnicas de produção da ciência. Na leitura feita por essa perspectiva, elementos sociotécnicos - como utensílios de laboratório, legislações e documentos, por exemplo, além de cientistas e pesquisadores -, são agentes na produção da ciência e da tecnologia e incidem sobre o modo de conhecer a realidade. A ciência e a instauração de conhecimento estão sujeitas às condições estabelecidas para sua produção.

Bruno Latour (LATOURE, 2000, 1994b, WOOLGAR, LATOUR, 1997) é certamente um dos expoentes mais relevantes dessa perspectiva e seu trabalho oferece uma visão importante que coloca em xeque a posição da ciência e da tecnologia modernas como conhecimento absoluto ou quase inquestionável, sustentada por métodos e procedimentos

rigidamente determinados. Além disso, essa posição propõe aos pesquisadores reavaliar métodos científicos e evitar conceitos tomados *a priori* na investigação dos objetos, principalmente dos objetos sociais (LATOURET, 2012, LATOURET, 2015 LAW, 2004). Para Latour os elementos, as tecnologias, o conhecimento científico, são sempre instaurados e não criados ou descobertos. Isso destaca, nas condições de produção da tecnologia, as subjetividades culturais, políticas e materiais que a ciência clássica moderna tenta eliminar.

Esse modo de abordagem é essencial para a análise proposta neste texto, porque instiga o olhar dos pesquisadores da Sociologia para o contexto da produção científica e tecnológica atravessado por agentes humanos e não-humanos em associação. Para Premebida, Neves e Almeida (2011), a agenda proposta pelos estudos sociais de ciência e tecnologia evidencia que a construção do conhecimento científico “é muito mais o resultado de negociações, acordos, interpretações e concessões sobre resultados e objetivos da pesquisa [...] do que a perfeita representação de um fato natural.” (PREMEBIDA, NEVES, ALMEIDA, 2011, p. 29-30).

Na perspectiva construtivista da sociologia da tecnologia²⁴, os elementos sociotécnicos são resultado da combinação de decisões, interesses, disputas, contextos e possibilidades, nem sempre definidos intencionalmente. Wiebe Bijker é um dos autores precursores ao pontuar tais processos na construção da tecnologia (BIJKER, HUGHES E PINCH 2012, BIJKER, 2010, BIJKER, LAW, 1994). Aibar (1996, p.147) destaca que muitos estudos empíricos produzidos pela sociologia da tecnologia se dirigem a demonstrar que “não há nada ‘natural’ no desenvolvimento das tecnologias”. O desenvolvimento tecnológico é fundamentalmente contingente e qualquer trajetória “natural” diz respeito, na verdade, a uma conquista, um efeito, uma consequência de estratégias e de ações dos atores envolvidos na sua construção; estratégias que envolvem complexidade e necessidade de recursos (AIBAR, 1996). Para Bijker, os estudos da construção social da tecnologia se distanciam da ontologia da tecnologia, muito presente nos estudos de raiz filosófica. Nesse sentido, a pergunta a ser respondida pelas investigações da teoria construtivista, muito além de “o que a tecnologia é?”, deve ser “como a tecnologia é feita e como ela é utilizada?”, entendendo sua construção como um processo social (BIJKER, 2010).

Na sociologia contemporânea, André Lemos (LEMONS 2020, LEMOS, BITENCOURT, 2021) defende uma abordagem neomaterialista que, indo além da essência

²⁴ A Construção Social da Tecnologia, assim como a Sociologia da Ciência, são abordagens que se inserem no escopo das pesquisas desenvolvidas nos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia. Apesar de serem apresentadas em correntes distintas, ambas perspectivas correspondem aos ESCT e compartilham percepções e diálogos.

dos fenômenos sociotécnicos, deve observar “o fenômeno por uma espécie de engenharia reversa imanente, que tenta compreendê-lo a partir do que ele faz, de como faz e de quais condições de associação importam para que ele se instaure (...)” (LEMOS, BITENCOURT, 2021, p.4). Quando falamos de objetos, de sistemas ou de modelos sociotécnicos, eles devem ser observados pela sua agência, pelo que “fazem fazer”.

Os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia oferecem uma contribuição sobre o modo de perceber a tecnologia, a ciência e a sociedade que é estruturante para observarmos os elementos sociotécnicos em uso nos espaços urbanos contemporâneos. Na investigação empírica desta pesquisa essa abordagem é central e orienta a leitura feita sobre o objeto, além de inspirar o modo como percebemos o cenário da pesquisa e como são tecidas as discussões e análises descritas no capítulo 4. Retomando Oliveira (2008), é possível destacar que o

desenvolvimento histórico da tecnologia precisa ser entendido em sua relação íntima com as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais, já que todas estas atividades humanas estão intimamente interligadas com o desenvolvimento daquela. (OLIVEIRA, 2008, p. 2).

É oportuno mencionar que as obras acionadas como referência sobre a tecnologia na modernidade são, em sua maioria, trabalhos de escolas e vertentes de pensamento que se originam nos países do norte global ocidental. Assim como a materialização das tecnologias, os debates e reflexões sobre essa temática se consolidam nesse contexto determinado, de uma sociedade em desenvolvimento e expansão, em meio a conflitos políticos e econômicos e crescimento tecnológico particulares. Eles servem de orientação para o pensamento acadêmico do sul global e de outras regiões periferizadas que emerge apenas décadas mais tarde. É relevante considerar que essas reflexões, estabelecidas por uma classe intelectual europeia ou norte americana, não encerram em si a experiência tecnológica contemporânea, que é múltipla, local e subjetiva,²⁵ mas oferecem direcionamentos importantes. De disciplinas como a Filosofia e a Sociologia da Tecnologia acionamos traços epistemológicos e metodológicos que orientam a estruturação desta investigação, instaurada em um cenário particular que é cultural, política e geograficamente localizado.

²⁵ É válido mencionar ainda perspectivas como a de Yuk Hui (2016), na filosofia, que pensa sobre uma “cosmotécnica”, e de Donna Haraway (2000), na sociologia, que pensa sobre um pós-humanismo ciborgue. Reconhecemos a relevância dessas e ainda de outras perspectivas que oferecem olhares culturalmente distintos das obras acionadas neste texto, reconhecendo as particularidades de cada proposta. Para a contextualização do objeto aqui estudado, consideramos essencial acionar perspectivas mais tradicionais da tecnologia, pois identificamos nelas “ideais” evidentes no objeto empírico. Compreendemos, portanto, que essas perspectivas clássicas colaboram de forma relevante para a investigação que propomos, visto que nosso objeto se inscreve no horizonte das tecnociências e emerge a partir de traços deste debate global sobre ciência e tecnologia. Novos desdobramentos da pesquisa, no futuro, poderão ser propostos a partir de tensionamentos críticos com a literatura pós-humanista.

Por fim, retomamos a posição de Feenberg (2015, 2013, 2010), em defesa de sua teoria crítica da Filosofia da Tecnologia, que menciona que sua preocupação está na atuação democrática em “sociedades tecnocráticas” e na atuação dos cidadãos como agentes na esfera técnica (FEENBERG, 2013, p. 198). Propomos essa leitura como um diálogo possível com a proposta dos ESCT, que pensam sobre como os objetos sociotécnicos possibilitam a agência sobre a realidade. Acionando uma exemplificação já conhecida nas discussões sobre a valorização ou naturalidade da tecnologia, Feenberg defende que, na Teoria Crítica,

as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como estruturas para estilos de vida. As escolhas estão abertas para nós e situadas num nível mais alto do que o instrumental. Nós não podemos concordar com o instrumentalista quando afirma que as "Armas não matam as pessoas, senão, as pessoas matam as pessoas." Abastecer pessoas com armas cria um mundo social bastante diferente do mundo no qual as pessoas não têm armas. (FEENBERG, 2010, p. 10).

Ao propor essa análise, Feenberg retoma um argumento presente na obra de Bijker, Hughes e Pinch (2012) que discute a construção social dos sistemas tecnológicos e inaugura os principais pilares dos ESCT. Para Feenberg, mudanças na dimensão tecnológica implicam também mudanças em outras dimensões, como a econômica, a social, a política, já que esses aspectos estão em associação. É preciso compreender que as políticas técnicas, como fenômenos que perpassam seus limites epistemológicos, são força constituinte da sociedade contemporânea e seus conflitos e agenciamentos são concomitantes, não excludentes de outras lutas e afetações.

A partir dessa visão de Feenberg, propomos uma questão de investigação que não se direciona a atribuir à técnica a solução de problemas sociais e melhoria das condições de vida, como os prometeicos; ou, ao contrário, condenar o desenvolvimento tecnológico pela sujeição do homem, como os fáusticos. A questão levantada diz respeito a entender o fenômeno sociotécnico nos seus entrelaçamentos, na associação dos elementos e na sua agência sobre as subjetividades e sobre a experiência contemporânea urbana. Conforme Aibar (1966, p.161), “repensar a tecnologia nos conduz, indefectivelmente, a repensar a sociedade.”

Assim, nos afastamos da percepção neutra e instrumental da tecnologia e acionamos a perspectiva sociológica que considera a contingência da produção tecnológica e os fatores sociais, políticos, culturais, dentre tantos outros, que estão imbricados no modo de produção das tecnologias e dos elementos sociotécnicos que orientam nosso modo de interação com a realidade material. Tomando essa abordagem como pilar, avançamos na contextualização da construção de subjetividades nos espaços urbanos contemporâneos, que são mediados por

artefatos e sistemas sociotécnicos instaurados como políticas públicas e como estratégias de otimização dos espaços coletivos.

3 TECNOLOGIA PARA SEGURANÇA PÚBLICA

Neste capítulo apresentamos um apanhado contextual que é mais empírico do que a discussão que vem da Filosofia e Sociologia apresentada no capítulo anterior. Optamos por partir da discussão teórica sobre a tecnologia porque ela serve de pilar para construir os demais argumentos sobre os quais esta pesquisa se sustenta. A partir disso, inserimos mais materialidade e empiria, com exemplos e casos que ilustram o acionamento de tecnologias e elementos sociotécnicos para os espaços urbanos e para a segurança pública.

Este capítulo propõe aproximar a discussão sobre tecnologias, considerando o caráter tecnocientífico e sociotécnico evidenciado anteriormente, com a materialidade da tecnologia para segurança urbana contemporânea. A partir de Branco (2019) e Firmino (2017), percebemos a urbanidade fortemente mediada por sistemas sociotécnicos que propõem acrescentar uma camada de inteligência aos espaços. Esse ideal se insere, para além da segurança, em modelos de sustentabilidade, eficiência e qualidade de vida, sustentando-se em pilares modernos orientados a responder a um modelo econômico e a um modo determinado de relação com a realidade.

Em seguida, na segunda parte do capítulo, nos movimentamos a fim de aproximar a leitura desses ideais na aplicação tecnológica em projetos de segurança, especificamente, caminhando para o desenho de um dispositivo de segurança, segundo Foucault (2008, 2017a). Tecemos aproximações entre o conceito do autor e as percepções empíricas que a construção da pesquisa evidencia, relacionando aspectos de um modelo de segurança sociotecnicamente mediado a aspectos de um dispositivo de segurança.

3.1 MATERIALIDADE TECNOLÓGICA E A EXPERIÊNCIA URBANA

Na primeira parte deste capítulo propomos observar os espaços urbanos como cenário de sociabilidades e construção e subjetividades, atravessados pelo acionamento tecnológico. Observamos, assim como Firmino (2017) e Bruno (2013), um fenômeno crescente que associa artefatos, sistemas e projetos tecnológicos a um imaginário de eficiência e progresso nas cidades contemporâneas e se materializa pela aplicação de tecnologias digitais nos mais variados âmbitos da vida social e coletiva. Assim, pensamos os espaços urbanos como um imbricamento de experiências subjetivas e materialidades tecnológicas, onde a construção social e cultural é tecnologicamente mediada e orientada pelas transformações de práticas

científicas e tecnológicas. Esse fenômeno é temporal, geográfica e culturalmente localizado e reflete tendências e movimentos particulares das sociedades em que se manifesta.

Ao observar esse cenário, nos apoiamos na perspectiva da Teoria Crítica da Tecnologia (FEENBERG, 2015, 2013, 2010) e nos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (BIJKER, HUGHES E PINCH, 2012, LATOUR, 2012, 1994b) que evidenciam o caráter tecnocientífico e sociotécnico da tecnologia, apresentadas no capítulo II. Ainda, acionamos novos autores com bibliografias que ampliam e contextualizam contemporaneamente as discussões e objetos. Com isso apontamos situações nas quais evidenciam-se imaginários de neutralidade e eficiência pela técnica, contidos nos projetos e modelos urbanos, especialmente nas ações de segurança pública.

Se retomamos a leitura moderna da técnica como um modo de organização de processos, orientados a um tipo de racionalização, percebemos que as cidades representam um modelo de organização espacial que aciona a tecnologia como valor e se orienta ao modelo científico e econômico desse tempo. Lemos (2004) pensava esse cenário dando ênfase às tecnologias de informação e comunicação, que ele vê como pilares de estruturação das cidades ditas modernas, tecnológicas ou informatizadas. Ele percebe características fluidas, híbridas e complexas dos sistemas e elementos urbanos em geral, quando menciona que “a cidade é um artifício, uma máquina imaginária e concreta, que coloca em sinergia processos complexos de transporte e comunicação” (LEMOS, 2004, p. 131).

Já está posta no capítulo II a compreensão de que o modo de produção da ciência e das tecnologias contemporâneas expressa características sobre as relações estabelecidas entre instituições, sujeitos e a própria materialidade do ambiente. Como um sistema orientado à eficiência, o modelo das cidades é diretamente afetado pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Os ideais de eficiência neoliberal que acionam a tecnologia como instrumento de ação no mundo estão presentes no cerne do modelo urbano contemporâneo (FIRMINO, 2017).

A ideia de cidades inteligentes, ou “*smart cities*” (BRANCO, 2019, KITCHIN, 2022, CUNHA et al., 2016) como o termo se popularizou, condensa diversos aspectos desse modelo que aciona sistemas sociotécnicos como estratégia para melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade dos projetos urbanos e otimização de modelos para saúde, educação e mobilidade, por exemplo. Nos termos das *smart cities*, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) são elementos essenciais para a aplicação de estratégias de gestão urbana, pela iniciativa pública e privada. De modo geral, Branco (2019), aponta que “o modelo dominante de *Smart City* na atualidade (...) é altamente dependente das TICs”

(BRANCO, 2019, p. 6) e, por consequência, das lógicas de mercado que regem as corporações privadas da área da tecnologia, que fornecem os equipamentos e sistemas utilizados. Além disso, “o significado atribuído ao termo ‘inteligência’ passou a ser quase que exclusivamente relacionado à aplicação de tecnologias digitais nas cidades.” (BRANCO, 2019, p. 3).

A perspectiva sobre a tecnologia que sustenta esse modelo é, em geral, instrumental e solucionista. Enquanto Feenberg (2015) aponta a crença na tecnologia como instrumento, como ferramenta neutra para a ação humana, autores como Morozov (2013, 2018) e Bridle (2019) percebem uma camada que coloca a tecnologia como solução. Essa leitura identifica uma expectativa na aplicação de sistemas sociotécnicos como estratégia para mitigação de problemas de caráter social, econômico ou político, orientando a tomada de decisão pública com base em técnicas que acionam modelos computacionais, inteligência artificial e estatística (O’NEIL, 2021, ARAGÃO, BENEVIDES, 2019).

A orientação para eficiência é evidenciada no sentido de eliminar subjetividades e particularidades, a partir da definição de parâmetros de normalidade (O’NEIL, 2021, HACKING, 1990). Essa lógica é pautada por modelos, sistemas e instituições, que, ao mesmo tempo que demandam certos modos de comportamento para sua própria manutenção, atuam para estabelecê-los, conferindo garantias de precisão na gestão dos espaços públicos. Perceber tecnologias de informação e comunicação e sistemas sociotécnicos em geral enquanto meios para a eficiência dos processos urbanos, em um contexto que mira a eficiência como objetivo, acaba por aplicar a tecnologia como um fim em si mesma.

Soluções imediatas e superficiais para problemas urbanos complexos como a segurança pública, por exemplo, geralmente não são capazes de alcançar camadas mais profundas e estruturais - como educação, distribuição de renda e desigualdade racial, aspectos frequentemente relacionados à segurança. Branco (2019) aponta o solucionismo e a regulação de processos como um dos pilares do modelo urbano contemporâneo.

Na *Smart City* presume-se que todos os problemas da cidade sejam mensuráveis e resolvíveis por intermédio da tecnologia, desconsiderando aspectos e tensões culturais, sociais e políticas que constituem as próprias relações nas cidades (...) além de reativar um positivismo tecno-científico ao enaltecer a tecnologia como a ferramenta mais adequada para solucionar qualquer questão social. Além disso, complexos problemas urbanos são vistos como patologias de um corpo social doente, que poderiam ser reguladas mediante intervenções cirúrgicas que visem “restabelecer” uma certa regulação sistêmica. (BRANCO, 2019, p. 14).

Firmino (2017) aponta que a fetichização de tecnologias inteligentes, principalmente no que diz respeito à gestão e vigilância urbana, é uma marca da “cidade neoliberal e

inteligente” (FIRMINO, 2017, p. 24), onde os interesses público e privado se mesclam. No mesmo sentido, apontando incoerências nesse tipo de estratégia, Rennó et al. (2017) afirmam que o processo de “smartização” das cidades pode contribuir para expandir diferenças econômicas e sociais em vez de resolvê-las.

Outros autores que adotam uma perspectiva crítica semelhante propõem que as *smart cities* não têm nada de inteligentes. Num trocadilho com o termo em inglês, autores chegam a sugerir o termo “*dumb cities*”, que pode ser trazido para o português com o entendimento de “cidades ignorantes”, acionando o sentido de desconhecimento. Nessa crítica, a ideia de inteligência delega às infraestruturas e processos técnicos movimentos que são de natureza cívica, escondendo, ocultando ou ignorando disparidades estruturais e emergentes em comunidades urbanas (CHANDLER, 2020).

Mais do que ignorar questões estruturais, os modelos de cidades inteligentes podem até camuflá-las. Uma ilustração de modelo que integra aspectos neoliberais e tecnocientíficos no desenho de modelos urbanos, com uma visão bastante prometeica (MARTINS, 2006), é Neom²⁶, um ecossistema urbano projetado na Árabia Saudita cujo principal projeto é uma cidade em linha reta, com 170 quilômetros de extensão, projetada para abrigar até nove milhões de pessoas. A proposta visa ser uma “terra do futuro”, o “futuro da moradia” (NEOM, 2023). Apresentado como um projeto de cidade totalmente inovadora e sustentável, sem carros ou rodovias e abastecida unicamente por energias renováveis, o nome “Neom” faz referência ao prefixo “*neo*” (novo), seguido da letra M, que significa “*Mustaqbal*” ou “futuro” em árabe. Além disso, a letra M também faz referência ao nome do Príncipe Mohammed bin Salman, um dos propositores do projeto. A página oficial do empreendimento define-o como um “motor econômico” que deve receber investimentos equivalentes a 500 bilhões de dólares de fundos sauditas de investimento público e de investidores locais e internacionais. Isso evidencia que, mais do que sustentabilidade e qualidade de vida, o modelo tecnológico e futurístico de Neom invoca movimentações econômicas bilionárias e interesses bastante pessoais de figuras de poder. Salvas as proporções e as particularidades culturais e políticas do país, os ideais em torno da tecnologia são bastante semelhantes aos observados nos exemplos brasileiros.

Na América Latina, o modelo de cidades inteligentes identificado por Rennó et al. (2017) é baseado na vigilância dos cidadãos, seja por meio do uso de dados de comportamento ou pelo monitoramento através de câmeras instaladas em espaços públicos. Os autores apontam o Centro de Operações Rio (COR), instalado na cidade do Rio de Janeiro

²⁶ Todas as informações mencionadas foram retiradas do endereço www.neon.com. Acesso em 13/09/2023.

em 2014, como iniciativa que estabelece no Brasil um modelo de inteligência para as cidades. A partir disso, esse projeto é replicado em outras cidades, evidenciando objetivos de segurança pública essencialmente orientados às tecnologias de vigilância. Em São Paulo o projeto Smart Sampa prevê a instalação de 20 mil câmeras com reconhecimento facial em espaços públicos de circulação, além da integração com outras 20 mil câmeras privadas, como um grande projeto de vigilância que será implementado por um consórcio de 11 empresas e terá um custo de quase 10 milhões de reais mensais.²⁷

Pesquisa e desenvolvimento de sistemas sociotécnicos e tecnologias de informação são historicamente centrais para operações estratégicas de forças militares e de segurança, principalmente com a virada tecnocientífica no período pós-guerras (ECHEVERRÍA, 2003). No cenário brasileiro atual, o estímulo para desenvolvimento e aplicação de projetos sociotécnicos de segurança pública é institucionalizado por discursos, práticas e investimentos dos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Nos espaços urbanos isso se materializa em câmeras de videomonitoramento, cabos, sensores de movimento, sistemas para leitura de placas de veículos, centrais de monitoramento, dentre muitos outros elementos que mesclam interesses de iniciativa pública e privada.

Branco (2019) mostra que essa idealização de cidades inteligentes, sustentáveis e modernas parece atender mais aos interesses das próprias corporações de tecnologia que desenvolvem os artefatos e sistemas adquiridos pelo poder público do que às demandas das cidades, “estimulando a aplicação dos produtos desenvolvidos por esta indústria” (BRANCO, 2019, p. 5). Esse ideal de inteligência urbana, portanto, “[...] está diretamente atrelado a uma racionalidade econômica cujo fim é a otimização de recursos financeiros. Essa racionalidade tem como forma o discurso corporativo e se concretiza via aplicação das tecnologias sociais no meio urbano” (BRANCO, 2019, p. 14). É como se o modelo das cidades inteligentes, o discurso e as estratégias adotadas para segurança pública fossem estabelecidos pelas próprias corporações.

Se a compreensão contemporânea da tecnologia é, por padrão, instrumental, uma perspectiva crítica observa, em um cenário neoliberal, uma instrumentalização dos espaços urbanos em relação à uma economia tecnológica.

Se as cidades inteligentes forem simplesmente o uso de produtos das principais empresas de tecnologia que acrescentam uma nova camada de controle sobre os cidadãos e uma maior privatização do espaço público, então o resultado será a

²⁷ Disponível em:

<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeito-assina-contrato-para-o-inicio-do-smart-sampa-maior-programa-de-videomonitoramento-da-cidade-com-ate-40-mil-cameras-2>

cidade a serviço da tecnologia com a contínua redução da liberdade individual. (RENNÓ et al., 2017, p. 7).²⁸

Se no surgimento desse modelo, com aplicação de tecnologias de informação e comunicação nos espaços urbanos, por volta de 1990, se falava de uma “sociedade da informação”, no atual modelo passa-se a vivenciar uma sociedade constantemente monitorada. Zuboff (2021) fala de um “capitalismo de vigilância”, num sistema onde os usos tecnológicos permitem o desenvolvimento de uma sociedade estruturada a partir da exploração econômica de dados e comportamentos, que se ampara no modo econômico, político e tecnológico dominante. Essa perspectiva se estende à atuação dos Estados, que estruturam suas ações de segurança pública também sobre sistemas de dados, algoritmos e modelos de predição, incorporando imaginários de eficiência, agilidade e inteligência à promoção de segurança. Esses sistemas aplicados à segurança pública são frequentemente fornecidos por grandes empresas privadas do ramo de tecnologia, que acabam por estender seus ideais, suas lógicas de funcionamento e seus interesses econômicos à atuação dos Estados.

Branco (2019) aponta que

[...] há um novo modelo de gestão urbana em vigor, no qual corporações utilizam as cidades para ampliarem seus poderes políticos e econômicos, e assim fortalecerem sua influência perante os agentes públicos e cidadãos. Ao fazerem isso, elas ofuscam a participação de outros atores sociais e impõe uma visão corporativa de cidade que moldará, entre tantas coisas, as formas de ocupação do espaço público e o desenho de políticas públicas e sociais (BRANCO, 2019, p.1).

Evidentemente, há interesse de grandes corporações de tecnologia atuando na segurança pública e fornecendo sistemas dos quais a materialização desse modelo de segurança depende.

O conhecido Centro de Operações Rio (COR) já foi uma das vedetes do projeto *Smarter Cities* da IBM, e consiste em uma estrutura com sala de controle que gerencia diferentes atividades e aspectos na rotina diária da cidade do Rio de Janeiro, do controle de tráfego (inclusive em parcerias com empresas como a responsável pelos aplicativos Waze e Moovit), ao acompanhamento das condições climáticas, monitoramento de mídias sociais, deslizamentos de terra, etc. Isso tudo é feito em um centro à moda NASA (incluindo com uniformes deliberadamente utilizados para remeter a essa imagem) com representantes de mais de 40 setores da gestão urbana trabalhando em um único ambiente, na tentativa de responder rapidamente e de maneira “eficiente” à emergências e outras situações de rotina na dinâmica de funcionamento da cidade. (FIRMINO, 2017, p.25).

²⁸ Tradução própria. No original: “Si las ciudades inteligentes son simplemente el uso de productos de las principales compañías de tecnología que asignan una nueva capa de control de los ciudadanos y una mayor privatización del espacio público, entonces el resultado será la ciudad al servicio de la tecnología con la reducción continua de la libertad individual. (RENNÓ et al., 2017, p. 7).

O desenho do COR no Rio de Janeiro, incorpora e materializa observações sobre sistemas, modelos inteligentes e interesses público-privados. A propagação de projetos de segurança e videomonitoramento no Brasil se baseia no desenho do COR, a partir de um modelo de segurança pública que aciona objetivos diretamente relacionados à otimização, eficiência e “smartização” das cidades. Com um crescimento significativo a partir de 2014, como consequência de estratégias adotadas para segurança de grandes eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) (CARDOSO, 2019), esses Centros que reúnem forças policiais em torno de salas de monitoramento e vigilância, com tecnologias de ponta e sistemas integrados, se espalham por capitais e cidades do interior, como Bonópolis (GO) e Seabra (BA), citadas na introdução. No Rio Grande do Sul, o primeiro Centro Integrado de Comando e Controle do Estado funciona na capital Porto Alegre desde 2014. Cinco anos depois, em 2019, um Centro Integrado de Operações de Segurança Pública²⁹, primeiro desse tipo fora da região metropolitana do Rio Grande do Sul, começou a funcionar em Santa Maria/RS, a partir de movimentações políticas do governo municipal.

O modelo de segurança pública que se materializa nesses Centros é desenhado institucionalmente por políticas e planos do Governo Federal, que estimulam a integração e a inovação tecnológica das forças de segurança.

O Estado não apenas se compõe hibridamente com empresas, mas passa a se construir também a partir do modelo da empresa e a ter seus *programas de ação* desenhados e estabilizados por empresas em dispositivos sociotécnicos (*softwares*, principalmente, e *hardwares*) pensados a partir do modelo de eficiência das empresas (CARDOSO, 2019, p. 103-4).

A segurança pública nas cidades brasileiras é, desse modo, orientada a um tipo de eficiência sociotécnica que se ancora em elementos e sistemas “inteligentes”; altamente dependente de tecnologias desenvolvidas e materializadas em um contexto de atravessamento de interesses científicos, econômicos e políticos; conduzindo a experimentação do espaço urbano a uma experiência sociotécnica. A identificação de um modo de orientação de subjetividades por um modelo de segurança institucionalizado e dependente de tecnologia nos leva a perceber um fenômeno internalizado em instituições, discursos e práticas, um modelo de gestão do espaço urbano que depende do acionamento tecnológico - ou delega sua efetividade aos sistemas sociotécnicos. Em decorrência, apontamos objetivações e subjetivações que são atravessadas por uma governamentalidade tecnológica e tecnopolítica (DONEDA E ALMEIDA, 2019). Afetos, emoções e vivências dos sujeitos, ao mesmo tempo

²⁹ As nomenclaturas dos Centros que correspondem a esse modelo de segurança integrado não são padronizadas e variam ligeiramente entre um caso e outro. Em geral, todos eles acabam por incorporar agenciamentos semelhantes, como abordaremos mais profundamente no capítulo IV, quando descrevermos o objeto investigado.

em que afetam a realidade material, são também afetados pela lógica que rege os espaços coletivos de formação da cultura, espaços altamente tecnologicizados, “inteligentes” e vigiados.

Em um contexto geral, a adoção de estratégias ditas inteligentes, sustentáveis e inovadoras, como observa Branco (2019), parece ter mais a ver com o controle eficiente dos espaços coletivos do que com a pluralidade da experiência individual dos cidadãos. Para a autora, o controle sobre os corpos está embutido no tecido urbano através dos produtos “inteligentes”. Ela observa “não apenas uma influência sobre como deve se dar a construção de agendas de desenvolvimento urbano, mas uma possibilidade de governo de populações e da implementação de políticas voltadas a alterar comportamentos” (BRANCO, 2019, p. 3). Com isso, avançamos na leitura desse modelo contemporâneo de segurança propondo mirá-lo enquanto expressão de um mecanismo de poder, que se caracteriza por aspectos sociotécnicos e neoliberais.

3.2 DISPOSITIVO DE SEGURANÇA: ASPECTOS SOCIOTÉCNICOS E NEOLIBERAIS

Ao mesmo tempo em que Branco (2019) e outros autores apontam para uma governamentalidade dos corpos na cidade inteligente, a subjetivação em relação a um dispositivo de segurança diz respeito a um caráter agenciador e formativo. Entre os mecanismos estratégicos de governo e as populações há afetação mútua e agenciamento, não sujeição de um em relação ao outro (FOUCAULT, 2008). Aqui abrimos portas para uma abordagem teórica que avança conceitualmente sobre mediações, associações, agenciamentos e a função dispositivo. Os estudos sobre poder e biopoder de Michel Foucault, especialmente no recorte em que se debruça a pensar mecanismos e dispositivos de poder, são trazidos neste momento do texto e, em seguida, postos em cruzamento empírico com o modelo de segurança das cidades contemporâneas.

Como abordado na primeira parte deste capítulo, identificamos associações desses modelos urbanos em uma relação de causalidade entre tecnologia e eficiência, atravessada por lógicas tecnocientíficas e neoliberais. Ao identificar essa tendência, inclusive na atuação de governos e do poder público, nosso esforço se direciona a observar estratégias e modelos adotados para segurança pública dos espaços urbanos, considerando a centralidade dos elementos sociotécnicos e observando a questão da agência entre os elementos envolvidos.

O entrelaçamento entre diferentes elementos, agentes e instituições é evidente na materialização desses projetos contemporâneos, seja pelo caráter subjetivo, sociotécnico ou neoliberal que eles acionam. Nesse sentido, entendemos que o modelo urbano que desenha os

espaços de interação coletiva nas cidades é uma forma de organização concreta, cujas engrenagens e sistemas se mantêm em funcionamento pelas experiências e expectativas coletivas. Se aspectos culturais, econômicos e políticos atravessam o modo de produção das tecnologias contemporâneas e se o modelo de segurança pública aplicado no Brasil é centralmente sociotécnico, então como a experiência urbana é afetada pelas condições desses sujeitos, sistemas e artefatos? Como comportamentos e subjetividades individuais são orientadas em função desse modelo, ao mesmo tempo em que desenham seu modo de funcionamento? Na dicotomia da dupla sujeição entre sujeitos e tecnologia, avaliamos a perspectiva dos agenciamentos de ações, comportamentos e funções (LATOURE, 2012, 1994b, DELEUZE, 1988, LEMOS 2020), caminhando para o acionamento do conceito de dispositivo (FOUCAULT, 2008, 2017a).

Para definir teoricamente esta percepção - que deve orientar a análise tecida nos capítulos seguintes -, retomamos alguns pontos relevantes sobre a interação entre elementos e modos de afetação. Consideramos, em um primeiro momento, na configuração da sociotécnica que a associação entre elementos de naturezas distintas e sua aplicação em contextos sociais particulares estabelece a capacidade de produzir um efeito que não seria possível de outra forma se não por essa exata conexão. O agenciamento seria um tipo de ação “que pode fazer algo ou produzir um efeito” (MAIA, 2010, p. 169), que não existe sem essa relação. André Lemos (2020) fala da agência dos elementos sociotécnicos como aquilo que o objeto “faz fazer”. Está contida aqui a ideia de orientação de ações, operação de práticas e sobre a realidade, a partir das possibilidades e limitações dos elementos envolvidos, independentemente de sua natureza. A agência sociotécnica, portanto, não está contida unicamente na ação humana, pelos sujeitos, ou na ação técnica, pelos artefatos acionados, mas se dá justamente pela associação dos elementos que dão forma a uma nova ação, distinta das funções primeiras.

Latour (1994b) aborda o agenciamento como resultado da mediação, uma associação entre elementos de naturezas distintas. Para ele, a mediação é sempre uma relação simétrica entre dois elementos em conexão em uma mesma rede ou coletivo. Ele dispensa a histórica oposição entre a visão substantivista da tecnologia (de que o artefato age sobre o humano) e a instrumental (na qual o humano se utiliza do artefato como uma ferramenta neutra), oferecendo uma abordagem que funde aspectos de ambas. Na sua proposição, elementos em relação produzem agência, possibilitando ações distintas de quando isolados. Assim, em um sistema de segurança contemporâneo, por exemplo, uma câmera instalada em um espaço público, transmitindo imagens para um operador policial por uma rede de cabos e monitores,

oferece um tipo de agência que é distinto do que uma câmera, um operador policial ou um monitor de televisão exerceriam isoladamente.

Para Santaella e Cardoso (2015), Latour tenta solucionar a dicotomia moderna homem/máquina, bastante presente nas discussões sobre a tecnologia, sugerindo que a ação desses elementos seria única, uma vez que um possibilita, atravessa e afeta o outro. A ação ou o efeito dessa associação caracteriza o agenciamento, uma “combinação de actantes, que podem ser homens, armas, gavetas, instituições, código penal etc.” (SANTAELLA, CARDOSO, 2015, p. 171). Para esses autores, só há agência na associação:

(...) o agenciamento é o produto do híbrido, da junção. Se há intenção em um ator social, ela é, claramente, dada pelo produto conjugado entre o humano e o não humano. A consequência radical desta tese é que o ser humano não é um ator social, ou ao menos não o é se lhe forem tolhidos todos os meios não humanos que lhe permitem agir. Já o produto humano/não humano, o actante híbrido, este sim é capaz de fazer, pois por fazer não se pretende significar nada além de: ser capaz de agenciar recursos para um fim, de modo a alterar, em parte, a configuração social circundante. (SANTAELLA, CARDOSO, 2015, p. 177).

No modelo de segurança pública contemporâneo, a agência se expressa no atravessamento entre elementos, objetos e sujeitos no espaço social, pela materialização de práticas, artefatos e modos de ação. Esse tipo de agência é expressão do que Foucault (2008) apresenta como um mecanismo de controle da circulação nos espaços urbanos, apontando a existência de um dispositivo de segurança. Para ele, a questão da circulação - de corpos, informações, mercadorias, etc, - entendida de modo amplo, “como deslocamento, como troca, como contato, como forma de dispersão, como forma de distribuição” (FOUCAULT, 2008, p. 84), é uma questão de poder.

No contexto apresentado por Foucault no curso “Segurança, Território e População”, ministrado em 1978 no Collège de France, o poder se expressa por mecanismos legais, disciplinares e de segurança. Aspectos desses mecanismos não estão isolados e se mesclam, acionando uns aos outros. O dispositivo de segurança, no qual nos detemos com especial atenção, aciona aspectos legais e disciplinares, ao passo que estabelece também novos modos de poder e aperfeiçoamento de suas técnicas.

No dispositivo de segurança, um fenômeno é inserido em uma série de acontecimentos prováveis; as reações de poder em relação a esse fenômeno são calculadas em um “cálculo de custo”; e as técnicas são definidas por um parâmetro médio que estabelece o “ótimo”, a partir do qual são definidos limites do aceitável (FOUCAULT, 2008, p. 9). O que se coloca em evidência nessa descrição do dispositivo de segurança é o caráter estratégico, que requer análise de cenário de possibilidades, parâmetros mínimos aceitáveis para um fenômeno e

cálculo de reações, para só então estabelecer procedimentos e práticas. A técnica e a eficiência - de procedimentos, custos e ações - são centrais para esse dispositivo, ainda que não sejam diretamente mencionadas por Foucault no sentido exato que atribuímos neste texto.

Os elementos acionados na segurança contemporânea - algoritmos de processamento, bancos de dados, softwares, servidores, câmeras, centrais de operação, cabos de fibra óptica, etc, - podem ser observados numa atuação em rede, como sistemas que formam instituições de segurança. Retomando os apontamentos sobre a relação moderna com a técnica e recuperando a associação direta entre tecnologia e eficiência na contemporaneidade, esse acionamento incorpora aspectos de técnicas, cálculos, análises, estatísticas e normas, buscando eficiência dos mecanismos adotados na segurança dos espaços coletivos, assim como no dispositivo desenhado por Foucault. Nesses sistemas, a conexão ou rede que entrelaça esses agentes e os agenciamentos que se desenham são características da função dispositivo (GONÇALVES, 2016).

As associações entre elementos instauram disputas na formação de discursos e agências, que afetam, por consequência, a construção dos sujeitos e dos espaços. Isso não ocorre de forma linear ou sem intercorrências e, pelo contrário, está constantemente perpassado por forças, conflitos e dissidências. É, pois, justamente ali onde estão os híbridos de Latour, mencionado por Santaella e Cardoso (2015), a mediação dos elementos humanos e não-humanos, a junção entre elementos de naturezas e/ou funções distintas, que origina novas ações e novas intenções dentro dos sistemas, das redes ou dos dispositivos.

Foucault (2017a) aponta três aspectos característicos do dispositivo. O primeiro é o caráter heterogêneo dos elementos que o compõem. Um dispositivo é, em suas palavras, “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2017a, p. 364). A multiplicidade de elementos que ele considera em um dispositivo o faz destacar que elementos materiais, tanto quanto subjetivos, podem ocupar esse lugar. Por isso menciona “o dito e o não dito”, considerando a importância do discurso nas suas investigações. A compreensão de dispositivo se dá na ação entre tais elementos, entendendo-se que “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre eles.” (FOUCAULT, 2017a, p. 364).

O segundo ponto, menciona Foucault, são as diferentes naturezas das relações que podem estabelecer-se entre os elementos do dispositivo. Os entrelaçamentos e associações se dão em diferentes condições, intensidades, sentidos, com diferentes formalidades e modelos.

(...) tal discurso [da relação entre os elementos] pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. (FOUCAULT, 2017a, p. 364).

Os tipos de relações ou associações entre os elementos do dispositivo, então, não estão previamente postos e se constroem diante dos movimentos e arranjos dos elementos e das condições pelas quais se estabelecem. Isso leva-o a concluir que, entre os elementos de um dispositivo, “existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções” (FOUCAULT, 2017a, p. 364). Nesse sentido, os elementos de um dispositivo não são homogêneos e as relações que estabelecem entre si não são constantes ou perenes. Elas se modificam e reconfiguram, em um movimento constante de deslocamento e realocação de forças. Autores como Deleuze (1988) entendem, na multiplicidade de relações e discursos, um diagrama composto por linhas de conflitos, de tentativas, de disputas. Segundo Gonçalves (2016), a noção de diagrama em Deleuze se funde com a noção de dispositivo. “O diagrama constitui-se em múltiplas linhas, curvas e regimes, sempre atravessadas por vetores e tensores, que constituem as visibilidades e as invisibilidades, as enunciações, as forças, as relações, as posições de sujeito.” (GONÇALVES, 2016, p. 108). Ainda,

Um dispositivo também comporta linhas de força que, invisíveis e indizíveis, articulam o ver e o dizer, definindo as condições de possibilidade do saber. São linhas que tangenciam as curvas de visibilidade e de enunciação, indo de um ponto a outro dessas curvas, em um vaivém incessante, cruzando-as, trespassando-as, dobrando-as umas sobre as outras, tecendo a urdidura do saber. (WEINMANN, 2006, p. 21).

Por fim, Foucault ainda percebe uma função estratégica contida na formação do dispositivo. Ele é instaurado, na sua perspectiva, com objetivos que respondem a certas demandas de um contexto histórico e social. Um dispositivo não é apenas econômico ou de segurança, mas é inicialmente estratégico, orientado à manutenção de um tipo de poder e governamentalidade (FOUCAULT, 2017a).

Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nessas relações de força, seja para desenvolvê-la em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc.. (FOUCAULT, 2017a, p. 367).

As relações de força e os tipos de saber sobre a realidade, que provocam e são provocados mutuamente, são essenciais para a compreensão do dispositivo segundo Foucault. Isso resgata também discussões tecidas a partir da sociologia, como já abordamos no capítulo II, e aproxima a atribuição de uma característica sociotécnica ao dispositivo.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 2017a, p. 367).

No curso sobre Segurança, Território e População, Foucault analisa aspectos do poder e, em uma das aulas, questiona: “poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral do poder está se tornando da ordem da segurança?” (FOUCAULT, 2008, p. 15).

Sob o nome de sociedade de segurança eu gostaria simplesmente de saber se há efetivamente uma economia geral de poder que tenha a forma [de] ou que, em todo caso, seja dominada pela tecnologia de segurança. (FOUCAULT, 2008, p. 15).

A essência do poder estaria, portanto, estabelecida pelas tecnologias de segurança adotadas? Por tecnologia de segurança, Foucault aciona o sentido de técnicas e procedimentos, como práticas, estratégias, sistemas e normas. As tecnologias de segurança não se limitam à segurança física dos espaços e se estendem também ao conhecimento, ao saber, regulações e discursos. Não ousamos oferecer uma resolução para a reflexão de Foucault, mas se falamos de um tipo de poder contemporâneo que expressa aspectos neoliberais e econômicos, mescla interesses públicos e privados e se ancora no aspecto sociotécnico como pilar central para sua eficiência, então há indícios para uma elaboração no mesmo sentido. Os mecanismos de segurança adotados parecem corresponder a um modo de poder e de governamentalidade neoliberal.

Na análise da questão da circulação nos espaços urbanos, Foucault (2008) pontua outros aspectos caros ao dispositivo de segurança: o local de segurança, o controle do acontecimento e a normalização. Em primeiro lugar, o controle dos espaços nos desenhos urbanos se sustenta em planejamentos técnicos, estimativas e probabilidades a partir de informações do próprio espaço controlado para otimização da circulação.

Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos.” (FOUCAULT, 2008, p. 26).

Dessa forma, os desenhos urbanos são concebidos considerando possibilidades de acontecimentos mirando o futuro, uma tentativa de otimização e controle sobre o que virá, e não uma garantia instantânea da função dos espaços (FOUCAULT, 2008, p. 26). Esse mecanismo de segurança agencia o controle dos espaços de acordo com técnicas, métodos e modos de organização que garantiriam sua função futura.

O segundo mecanismo diz respeito ao controle do acontecimento, ou a aplicação de técnicas e estratégias no sentido de conduzir e orientar políticas. No curso, Foucault usa o exemplo da escassez de alimentos, ao que estão relacionadas políticas econômicas, controle de preços e de produção. De modo bastante simplificado, não se trataria de eliminar o fenômeno em questão - seja a escassez de alimentos ou a criminalidade, mas sim de permitir que ele exista de modo controlado, ao passo que se utilizem estratégias que o restrinjam a determinados contextos. O controle do acontecimento implica “deixar as coisas andarem” em um determinado nível. Não solucionar o fenômeno é justamente o que estabelece a necessidade do dispositivo. Embora a escassez de alimentos e a questão da segurança pública contemporânea ilustrem cenários distintos, a contextualização de Foucault é interessante para a compreensão do objeto que analisamos:

Vai-se deixar que se crie e se desenvolva esse fenômeno de escassez-carestia neste ou naquele mercado, em toda uma série de mercados, e é isso, essa realidade mesma à qual se deu a liberdade de se desenvolver, é esse fenômeno que vai acarretar justamente sua autofrenagem e sua auto-regulação. De modo que já não haverá escassez alimentar em geral, desde que haja para toda uma série de pessoas, em toda uma série de mercados, uma certa escassez, uma certa carestia, uma certa dificuldade de comprar trigo, uma certa fome, por conseguinte, e afinal de contas é bem possível que algumas pessoas morram de fome. Mas é deixando essas pessoas morrerem de fome que se poderá fazer da escassez alimentar uma quimera e impedir que ela se produza com aquele caráter maciço de flagelo que a caracterizava nos sistemas precedentes. De modo que o acontecimento-escassez é assim dissociado. A escassez-flagelo desaparece, mas a escassez que faz os indivíduos morrerem não só não desaparece, como não deve desaparecer. (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Nesse sentido, o dispositivo atua produzindo a demanda que ele próprio existe para resolver: no exemplo, os altos preços de alimentos que provocam a fome; no contexto aqui analisado, a sensação de insegurança que demanda mais elementos e mais materialidade de segurança pública. Retomaremos este ponto na análise do objeto empírico.

Por fim, o terceiro aspecto do dispositivo de segurança refere-se à normalização. Antes de tudo, Foucault faz questão de diferenciar a normalização que atribui ao dispositivo de segurança da “normação” atribuída ao mecanismo disciplinar. Esta refere-se a uma norma binária direcionada a um fenômeno, em que há o normal - correto - e o desviante - errado, definidos externamente ao fenômeno. No dispositivo, diferentemente, a normalização se estabelece pela análise do próprio fenômeno e, mais uma vez, uso de técnicas e estratégias calculadas para conhecê-lo, compreendê-lo e torná-lo normal, comum. Em outras palavras, não estabelece-se *a priori* o que é normal e anormal, mas identifica-se a partir do próprio fenômeno. No exemplo da varíola, citado por Foucault, a agência do dispositivo consiste em

(...) levar em conta o conjunto sem descontinuidade, sem ruptura, dos doentes e não-doentes, isto é, em outras palavras, a população, e em ver nessa população qual é o coeficiente de morbidade provável, ou de mortalidade provável, isto é, o que é normalmente esperado, em matéria de acometimento da doença, em matéria de morte ligada à doença, nessa população. (FOUCAULT, 2008, p. 81).

Um dispositivo de segurança, portanto, expressa sua agência na circulação urbana, com fins de controle do que há de vir, estabelecendo espaços de segurança onde os mecanismos são capazes de orientar ações e subjetividades não sobre a realidade presente, mas sobre ações no futuro. Além disso, atua para controlar os acontecimentos, mas não para eliminá-los, já que os próprios fenômenos que o dispositivo propõe resolver são o que possibilitam sua existência. E ainda normaliza esses fenômenos, de modo a definir parâmetros mínimos aceitáveis e torná-los comuns. Em resumo, os aspectos apontados remetem, de um modo ou outro, à aplicação de técnicas e estratégias para gestão dos espaços, discursos ou fenômenos. Esse mecanismo atua sempre orientado a um modo de poder, acionando aspectos de outros dispositivos, como o disciplinar e o legal.

O dispositivo de segurança, embora não se restrinja na construção conceitual em Foucault, é direcionado aqui, especificamente, à questão da segurança pública. O modelo de segurança sociotécnica adotado no Brasil traz na empiria aspectos identificados pelos autores em outros cenários históricos, como apresentamos até aqui. Nos sistemas de vigilância, cada vez mais comuns nas cidades contemporâneas, o dispositivo de segurança pública se expressa com caráter centralmente sociotécnico, acionando subjetividades aliadas a artefatos, elementos e sistemas tecnológicos - e com eles, as condições sociais, culturais e econômicas incorporadas na sua construção. Aos dispositivos contemporâneos orientados à segurança urbana, nos referimos como **dispositivos sociotécnicos de segurança pública**.³⁰

Retomando exemplos contemporâneos, Fernanda Bruno (2013) apresenta uma “breve cartografia das câmeras inteligentes”, traçando reflexões sobre os sistemas sociotécnicos acionados para o funcionamento desse mecanismo. A autora aponta, principalmente, os agenciamentos sobre comportamentos nos espaços vigiados a partir do acionamento de sistemas de predição, comumente associados a sistemas desse tipo, que compõem o modelo de segurança aplicado no Brasil. A função de predição se dá com o objetivo de “prever e prevenir eventos indesejáveis” (BRUNO, 2013, p. 67, tradução própria), orientando

³⁰ Dispositivo sociotécnico de segurança pública é, essencialmente, a elaboração que pretendemos estabelecer com a construção teórica apresentada neste e no capítulo anterior. Na análise empírica, esse termo deve conduzir os olhares sobre o objeto, no qual as características sociotécnicas do dispositivo se evidenciam e se expressam materialmente. O dispositivo sociotécnico de segurança pública é, portanto, o tipo de dispositivo observado no contexto contemporâneo, que sustenta-se essencialmente pelo acionamento sociotécnico, orientado a um tipo de poder neoliberal.

comportamentos em espaços vigiados, por um tipo de padronização de práticas a partir de estratégias e probabilidades. Tais sistemas funcionam sob a ideia de normalidade, identificando e destacando o que foge de um parâmetro considerado aceitável para um fenômeno. Técnicas como dataficação e inteligência artificial são acionadas no monitoramento de comportamentos rotineiros, a fim de extrair padrões. Isso estabelece a normalização orientando comportamentos nesse mesmo sentido e inibindo comportamentos irregulares ou suspeitos (BRUNO, 2013). Segundo a autora, os sistemas de videovigilância

[...] estão interessados no fluxo de corpos em movimento no decorrer de suas vidas e ações cotidianas. Nesse sentido, fazem parte de um conjunto de tecnologias contemporâneas que possibilitam rastrear a mobilidade cotidiana e o deslocamento dos indivíduos [...].³¹ (BRUNO, 2013, p. 71).

Ela propõe que se observe “de que modo este monitoramento visual automatizado e ‘inteligente’ dos corpos e comportamentos está associado com a formação de conhecimento e poder sobre os indivíduos” (BRUNO, 2013, p. 73).³² Estão evidentes na análise da autora os três aspectos do dispositivo mencionados por Foucault: o controle da circulação nos espaços, mirando controle de ações futuras; o controle do acontecimento, pautado sobre o “aceitável”; e a normalização a partir da análise técnica do próprio fenômeno.

Embora muito esteja dito sobre orientação de comportamentos que parte do dispositivo em relação aos sujeitos, é importante destacar o fluxo mútuo do agenciamento. Assim como sujeitos interagem com os espaços orientados pelas condições do dispositivo, este se estabelece e se sustenta na interação com os sujeitos. “Os dispositivos de segurança, que vão desde muros e câmeras até estatísticas e notícias, emergem, assim, tanto como um efeito do uso dos afetos produzidos quanto como um efeito da cidade governamentalizada” (TABORDA E BERNARDES, p. 139). Para pensar a função dispositivo, Prado Filho e Teti (2013) mencionam processos de objetivação e subjetivação.

A produção de subjetividade talvez seja a principal “função” de um dispositivo, o objetivo central das suas ações e práticas, envolvendo jogos de objetivação e subjetivação dos sujeitos. A objetivação refere-se à colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos como objetos para o saber e o poder modernos, implicando toda uma diversidade de sujeições e controles, envolvendo a produção de corpos e de indivíduos concretos, presos a identidades visíveis. A subjetivação implica um movimento do sujeito em relação a si mesmo no sentido de reconhecer-se como sujeito de um enunciado, de um preceito, de uma norma, fazendo com que estes operem no seu próprio corpo, o que envolve um conjunto de

³¹ Tradução própria. No original: Video surveillance systems, however, “are interested in the flow of moving bodies within the course of their lives and daily actions. In this sense, they are part of a set of contemporary technologies that makes it possible to track the everyday mobility and displacement of individuals (...)”. (BRUNO, 2013, p. 71).

³² Tradução própria. No original: “in what way this automated and ‘intelligent’ visual monitoring of bodies and behaviors is associated with the formation of knowledge and power over individuals.” (BRUNO, 2013, p. 73).

trabalhos e práticas de si visando estetizar-se e produzir-se conforme enunciado pelo preceito ou pela norma. Averso a toda descrição linearizante, um dispositivo é ao mesmo tempo maquinaria política concreta, conceito e modelo para composição de um método de análise crítica das nossas práticas cotidianas de poder; em outras palavras, é ao mesmo tempo conceito e prática, “função” e “matéria”, objeto e método, além de ser ainda alvo de estratégias de desmontagem e resistência. (PRADO FILHO E TETI, 2013b, p. 50).

Não pode haver dispositivo de segurança sem considerar a população e o biopoder (FOUCAULT, 2008). Para estudar fenômenos desse tipo, Foucault defende abordagens que levem em conta a subjetividade dos cenários, elementos e agenciamentos. Segundo Maia (2010), isso diz respeito a

Recusar as grandes totalizações, reconhecer a positividade dos dados e não submetê-los, sabe-se pagando que preço, aos imperativos da teoria, estar atento à complexidade e à singularidade dos fenômenos delineiam a agenda de uma nova proposta teórica. As investigações inspiradas nesse ideário assumem seu caráter parcial e fragmentário, esforçando-se para estar atento àquilo que é local, relativo a um pequeno domínio. (MAIA, 2010, p. 171).

Dando ênfase às particularidades e subjetividades do fenômeno-objeto, portanto, tomamos inspiração nas perspectivas teóricas abordadas até aqui e, no próximo capítulo, desenhamos o objeto em questão e o caminho de pesquisa que leva até a observação empírica. No desenvolvimento de uma análise cartográfica, avançar pelos emaranhados do dispositivo permite desvelar aspectos dos elementos que o compõem, de suas associações e redes e dos agenciamentos que emergem a partir de seu funcionamento.

4 CARTOGRAFIA DE UM CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Esta pesquisa está estruturada a partir do problema de pesquisa que questiona como o modelo de segurança pública brasileiro expressa institucional, operacional e materialmente a agência de um dispositivo sociotécnico de segurança pública. A partir dessa questão, objetivamos realizar uma cartografia do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública em Santa Maria/RS (CIOSP/SM), explorando suas dimensões institucional, operacional e material. De modo específico, o objetivo desdobra-se em a) identificar aspectos da estruturação institucional, operacional e material do objeto por meio da investigação cartográfica; b) mapear discursos de atores relacionados ao objeto nas diferentes dimensões, a fim de compreender as significações e aspectos discursivos a ele atribuídos; c) apontar aspectos do objeto que evidenciam a agência de um dispositivo sociotécnico de segurança pública.

O modo pelo qual nos aproximamos, exploramos e interagimos com a investigação a fim de responder o problema apresentado é orientado pela natureza do objeto, que aciona aspectos já abordados teoricamente nos capítulos anteriores. No item 4.1, detalhamos a estratégia metodológica que embasa a exploração do objeto, a fim de responder ao problema de pesquisa e aos objetivos desenhados. Acionamos linhas de reflexão a partir da abordagem conceitual e teórica acionada, que também justificam as escolhas metodológicas. Para investigar um objeto com características de dispositivo, propomos uma exploração cartográfica. O trabalho desenvolvido por Foucault (2008, 2017a, 2017b) sustenta o desenho metodológico, tanto na inspiração cartográfica quanto na centralidade dedicada aos discursos formativos do objeto. Além disso, Prado Filho e Teti (2013) contribuem para a reflexão sobre a cartografia como método e Lemos (2020) é acionado como inspiração no que diz respeito a considerar a materialidade dos elementos, discursos e dispositivo.

Como primeiro movimento desta investigação, no item 4.1.1 descrevemos características do objeto a partir das dimensões institucional, operacional e material, identificadas na aproximação com o objeto. Essas dimensões estabelecem modos de expressão do dispositivo e não se isolam, mas entrelaçam e atravessam o objeto em diferentes níveis, como é possível identificar nos discursos que o caracterizam. Essa etapa corresponde, em partes, ao objetivo específico (a)³³ (os objetivos específicos (b) e (c) são contemplados no

³³ A saber: (a) identificar aspectos da estruturação institucional, operacional e material do objeto por meio da investigação cartográfica.

capítulo 5). No item 4.1.2 e 4.1.3 discorremos sobre as técnicas aplicadas para coleta de informações, a natureza dos materiais considerados e os procedimentos através dos quais essas informações são analisadas no âmbito da pesquisa. Em 4.1.4 detalhamos como, a partir dos materiais analisados, os discursos nos permitem caracterizar o CIOSP/SM como expressão de um dispositivo de segurança pública.

4.1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: CARTOGRAFIA PELA MATRIZ DO DISCURSO

Aqui descrevemos os caminhos percorridos na investigação do objeto CIOSP. Essa análise envolve afetações, deslocamentos e subjetividades. Na leitura do conceito de um dispositivo de poder orientado para a segurança, apontamos no capítulo 3 aspectos relacionados à natureza dos elementos que compõem um dispositivo, sua função estratégica no que se refere à subjetivação e linhas de conflito e atravessamentos no agenciamento da experiência coletiva. Acionar o conceito de dispositivo a partir de Foucault (2008, 2017a, 2017b) requer percorrer também as complexidades e nuances dos discursos que o formam e que são, ao mesmo tempo, atravessados pelo dispositivo³⁴. Cabe considerar as condições de produção e de circulação dos discursos, bem como sua legitimidade, validações, quem fala e quem produz modos de conhecer a realidade como parte das linhas de força que formam o dispositivo.

A metodologia desta pesquisa é tomada como perspectiva que nos permite olhar para o objeto através de certos ângulos, possibilitando que se percebam determinadas características e assumindo não considerar outras tantas. Compreendemos que as escolhas metodológicas, o recorte empírico e o escopo de análise significam, também, escolhas sobre o que se quer mirar na complexidade do objeto, instaurando um modo de construção de conhecimento sobre ele. Neste caso, em particular, essa construção de conhecimento se dá pelos discursos sobre o objeto.

Nesse emaranhado, um jogo de conflito atravessado por elementos e atores de naturezas distintas que configuram um dispositivo, os discursos se formam e dão forma. No

³⁴ Inspirados em Foucault, tomamos o discurso como essência da investigação sobre a formação de conflitos, disputas e poderes em torno do dispositivo. Compreendemos que as normas de produção de conhecimentos e epistemes, investigadas pelo autor na fase que se conhece por arqueológica, são essenciais também para avançar na investigação do que o autor vem a desenhar como “dispositivo” na fase genealógica do seu trabalho. O dispositivo, como concebido por Foucault, transcende os discursos, convocando uma gama de elementos, tais como funções, estruturas, arquiteturas, disposições, territórios, etc. Ao tomar os discursos como meio para investigar a instauração do dispositivo, buscamos não apenas analisar os discursos que o estabelecem, mas também reconhecer a complexidade de suas influências e manifestações a partir de expectativas e percepções em torno do dispositivo.

que se refere ao dispositivo de segurança, os discursos que o caracterizam são parte do próprio dispositivo, da subjetividade e do agenciamento produzido pelas linhas de força, instituições e saberes que o compõem. O que compreende-se e enuncia-se como conceito de segurança é, em si, um modo de expressar o dispositivo, ao passo que, concomitantemente, também serve para produzir modos de conhecimento sobre ele. O conceito de segurança é conhecimento produzido em relação com o dispositivo sociotécnico, em associação, e, portanto, resultado do que chamamos de agenciamento no capítulo 3. Se por agenciamento falamos do que o dispositivo ou os elementos sociotécnicos “fazem fazer” (LEMOS, 2020), também se pode falar do que eles fazem conhecer e enunciar.

Os discursos sobre o objeto produzem conhecimento sobre ele. No caso do objeto-dispositivo que investigamos, os discursos sobre ele acabam por materializar a própria ideia enunciada. O que se fala, como fala, quem fala e de qual posição fala, são práticas que evocam valores, expectativas, saberes. Foucault (2000) fala do discurso como um desejo, uma busca, um poder almejado. Para ele o discurso não é apenas um modo de se referir a algo desejado, mas é objeto do próprio desejo. Em outras palavras, o discurso em si é algo a partir do qual se busca e através do qual se constroem modos de saber, é o “poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2000, p.10). Não se trata portanto do discurso como representação de algo, mas sim como um acontecimento em si - ou múltiplos acontecimentos. Mais do que um discurso sobre o dispositivo, identificamos no discurso a formação do próprio dispositivo.

Para Foucault, não existe um discurso único, unitário, mas conjuntos de discursos variados. Quando fala da sexualidade, por exemplo, aponta como “difícil e abstrato” estudar os discursos que circundam o tema sem considerar os conjuntos “literários, religiosos ou éticos, biológicos e médicos, jurídicos” igualmente (FOUCAULT, 2000, p.67). Cada conjunto constrói e nomeia subjetivamente uma sexualidade que é distinta das outras e, portanto, não poderia propor-se uma leitura geral sem considerar a totalidade dos discursos sobre ela - o que seria inviável. Há ainda uma camada de distinção acrescida pela natureza dos discursos, já que documentos jurídicos instauram o dispositivo diferentemente de discursos orais, coloquiais ou midiáticos, por exemplo. O mesmo pode ser discutido no contexto de outros dispositivos.

Nesse sentido, assume-se que não há um discurso único e homogêneo sobre os dispositivos, mas discursos múltiplos. Na análise proposta nesta pesquisa, portanto, não propõe-se analisar um conjunto totalizante de discursos sobre o objeto CIOSP/SM, mas sim identificar alguns aspectos sobre ele a partir de discursos selecionados para o *corpus*. Na

construção cartográfica do objeto, mesmo alguns discursos já são capazes de indicar aspectos formativos de um dispositivo. Da mesma forma como os discursos não são totalizantes, os aspectos do dispositivo identificados através deles tampouco o são, porque o dispositivo é movente, fluido, composto por movimento de forças. Assim, quando consideramos os discursos sobre o objeto como material de análise que compõem o escopo desta pesquisa, assumimos que o modo pelo qual o objeto é apresentado é determinado por esses discursos e não por outros. É possível que outros discursos, outros atores ou documentos, tomados como escopo de análise, dessem a conhecer um objeto caracterizado de outro modo, pois tomariam perspectivas distintas.

Pela multiplicidade de discursos e elementos que formam o objeto, complexidade de associações e constante rearranjo, entendemos necessária uma abordagem de característica flexível e que permita uma exploração com certos níveis de subjetividade. A cartografia, por representar uma exploração que se constrói em conjunto com o objeto, e não a partir dele, demonstra muito da leitura feita pela pesquisadora no entrelaçamento pesquisa-objeto, orientada pelos embasamentos teóricos acionados e pelas inquietações que impulsionam o movimento de pesquisa. Isso evidencia, inclusive, a singularidade de cada cartografia traçada. Por esse entendimento, Prado Filho e Teti (2013), mencionam que

existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados, o que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado, indicando que, dessa perspectiva, método e objeto são figuras singulares e correlativas, produzidas no mesmo movimento, e que não se trata aqui de metodologia como conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas como estratégia flexível de análise crítica. (PRADO FILHO E TETI, 2013, p. 46).

Compartilhando dessa leitura, acionamos a cartografia enquanto orientação que conduz a forma de exploração, levando a pesquisa a desvelar particularidades e complexidades do objeto que é observado a partir da materialidade discursiva. Rosário e Coca (2018) defendem que a cartografia representa sempre um mapa inacabado do objeto, e que o entendimento de um fenômeno, pela cartografia, “é sempre uma visão provisória, afinal, a produção de conhecimento e a produção de realidade, nessa via, são inseparáveis” (ROSÁRIO, CORUJA, SEGABINAZZI, 2021, p.72). Ainda, no acionamento da cartografia não há “pretensão da verdade como conhecimento final” (ROSÁRIO, CORUJA, SEGABINAZZI, 2021, p.72), mas busca-se a construção do conhecimento como um caminho a percorrer.

A orientação cartográfica no olhar social se estrutura por trabalhos de autores clássicos como Michel Foucault (2017b) e Guattari e Deleuze (1995), que orientam textos posteriores

de outros autores que acionamos e servem de inspiração para o método traçado neste cenário de investigação. Ainda, percebemos a perspectiva cartográfica bastante alinhada com o trabalho de Bruno Latour (2000, 2012), que entende a participação do objeto e do pesquisador na produção do conhecimento, entrelaçadas e atravessadas por outros tantos elementos nas associações e redes que se estabelecem. Isso “questiona a dita neutralidade desejada para a objetividade científica, para a separação entre teoria e prática, sujeito e objeto e até mesmo de conhecimento e política.” (ROSÁRIO, CORUJA, SEGABINAZZI, 2021, 72-3). Os entrelaçamentos entre elementos, sujeitos, instituições, discursos e materialidade estão bastante presentes nesta pesquisa. Pelo caminho teórico construído dos capítulos 2 e 3, esse modo de abordagem se mostra adequado para a exploração de um objeto-dispositivo.

Prado Filho e Teti (2013) mencionam que o modelo cartográfico pode ser aplicado sobre “um campo, uma rede, uma teia de relações” (2013, p. 53). É dessa forma, também, que as perspectivas dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia entendem os elementos e sistemas sociotécnicos: como emaranhados de associações e conexões, de elementos de naturezas distintas que, em relação mútua, mediam práticas e exercem agenciamentos sobre o coletivo. A cartografia se mostra adequada a um objeto que é atravessado por fluxos de poder, disputas e reconfigurações, e no qual movimentos e instabilidades são constantes. Ainda, pelo acionamento do conceito de dispositivo, a partir de Foucault (2008, 2017a) e da interpretação que Prado Filho e Teti (2013) fazem de Deleuze, a pesquisa evoca a cartografia enquanto estratégia metodológica. Esses últimos mencionam “cartografia como método para desemaranhar as linhas de um dispositivo, tal qual se desfaz um novelo.” (PRADO FILHO E TETI, 2013, p. 48).

Além disso, defende-se que pontos de vista instituídos *a priori* sejam eliminados (LATOUR, 2012, ROSÁRIO, CORUJA E SEGABINAZZI, 2021) e que as percepções sejam construídas *com* o objeto, não a partir dele (FOUCAULT, 2017b). Assim, a cartografia não segue modelos ou rotas previamente estruturadas, mas requer deslocamento, experimentação e constante reflexão.

O método é traçado na experiência da investigação, enquanto o trajeto está sendo delineado e no encontro com o problema e com o objeto de pesquisa, a partir de uma constante reflexão sobre os processos. (ROSÁRIO, CORUJA, SEGABINAZZI, 2021, p. 72).

A cartografia que acionamos na pesquisa social e na comunicação, diferentemente da cartografia que desenha territórios, mapas e relevos,

faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade. (PRADO FILHO E TETI, 2013, p. 45).

Isso diz sobre a construção investigativa pela afetação entre uma tríade composta por pesquisa-pesquisadora-objeto. A materialização de um modo de saber sobre o objeto em discursos e enunciados - como esta dissertação - é diretamente afetada pelo próprio objeto da pesquisa, ao mesmo tempo em que se torna parte dos conjuntos discursivos que o dão forma. Pelas características da teoria acionada, do objeto em investigação e da abordagem metodológica que conduz esta pesquisa, a materialidade dos discursos e elementos deve ser considerada com centralidade. Embora não nos detenhamos aos procedimentos sugeridos, também tomamos como inspiração a abordagem neomaterialista, proposta por Lemos (2020). Nessa perspectiva,

O pressuposto é que devemos reconhecer que nenhum elemento possui atributos essenciais e que eles só se definem em suas relações, nos agenciamentos, nas linhas de fuga, nos afetos, nas mediações radicais, portanto. É necessário partir de análises imanentes de documentos, práticas concretas, formas do discurso, lugares para identificar e descrever os elementos em mediação e as formas de afetação (transdução) na constituição da controvérsia. (LEMOS, 2020, p. 59-60).

Esse tipo de abordagem deve reconhecer que tudo tem um efeito material e exerce agenciamentos materiais, além de que os elementos não possuem essência em si mesmos e são “o que fazem e fazem-fazer.” (LEMOS, 2020, p. 60).

Tudo é definido nos processos e nos movimentos materiais em que cada novo problema convoca novas relações de força/poder associativas: tudo o que existe, existe em relação, precisa passar por outros para continuar seu caminho de subsistência. A associação é a mediação radical – tradução, transdução, agenciamento, entrelaçamento etc. – envolvendo humanos e não humanos. Sem mediação não há nada. Ela deve ser observada em uma topologia plana, local e não antropocêntrica – análises devem ser feitas levando em conta múltiplos agentes, sob pena de purificar as relações e empobrecer as descrições dos fenômenos e a identificação dos fluxos de ação. (LEMOS, 2020, p. 60).

A perspectiva de Lemos conduz o olhar para a afetação concreta nas dimensões de expressão do dispositivo, das quais falamos no próximo tópico (4.1.1). A materialidade está, por exemplo, nas redes e sistemas, nos documentos, nas políticas e nos enunciados, para além da concretude dos artefatos e elementos sociotécnicos. Para Foucault (2000), a materialidade alcança procedimentos de controle, organização e redistribuição dos discursos - atravessando diretamente o conceito de dispositivos ou mecanismos de poder. Se a função do dispositivo passa pela orientação de práticas futuras, controle do acontecimento e estratégias de normalização, como falamos no capítulo 3, então a agência sobre os discursos é expressão do

próprio dispositivo. Investigar discursos formativos do dispositivo, suas condições de produção e circulação, nos serve para desvelar procedimentos e mecanismos de sua instauração, empregados como estratégias de poder. Resgatar a materialidade dos discursos - e do dispositivo através deles - permite identificar significações, acordos e práticas de subjetivação.

Isso posto, relações teóricas estabelecidas e coerência metodológica evidenciada, elencamos os procedimentos adotados e etapas definidas para a operacionalização da investigação:

- a) aproximação do objeto: esta etapa corresponde ao movimento de aproximação com o objeto, a fim de conhecê-lo e estabelecer um tipo de conhecimento e de associação. O modo de aproximação está detalhado no item 4.1.1 e os resultados desse movimento, apresentados no item 5.1.
- b) coleta de informações - documentos e entrevistas: trata-se da seleção e coleta dos discursos que compõem o *corpus* da pesquisa. Os processos estão descritos nos itens 4.1.2 e 4.1.3. Os resultados da exploração desses discursos e os aspectos do objeto expressos através deles estão relatados no item 5.2.
- c) análise de discursos e representação do dispositivo: trata-se da análise reflexiva dos dados coletados na etapa anterior e a tomada de inferências sobre aspectos do objeto. Os procedimentos para análise estão detalhados no item 4.1.4 e os resultados da leitura que nos levam a perceber o CIOSP/SM como expressão de um dispositivo de segurança pública compõem o item 5.3.

No desenho que traçamos, as etapas mencionadas referem-se aos objetivos específicos indicados. Assim, a primeira etapa estabelece um tipo de ambientação e reconhecimento das condições de exploração, de acordo com o objetivo que visa identificar aspectos da estruturação institucional, operacional e material do objeto. Em seguida, os processos estruturados de coleta de dados pela realização de entrevistas referem-se ao mapeamento de discursos formativos do objeto em diferentes níveis. Por fim, condensando as informações que circundam o objeto, a etapa final corresponde à identificação de aspectos que evidenciem a agência de um dispositivo sociotécnico de segurança pública. Nos próximos itens do texto, desdobramos os procedimentos adotados em cada uma das etapas da metodologia. Em seguida, no capítulo 5, apresentamos os resultados e inferências da aproximação com o objeto e da coleta de informações e uma análise final que reflete sobre o conjunto discursivo analisado a partir da teoria dos capítulos 2 e 3.

4.1.1 Aproximação pela cartografia: três dimensões do objeto

Os movimentos de aproximação e reconhecimento do objeto, prévios à instauração da pesquisa, podem ser ilustrados por quatro momentos que Kastrup (2007) aponta como pilares do olhar cartográfico, a partir da perspectiva rizomática³⁵. Esses momentos não caracterizam necessariamente um roteiro, mas orientam o olhar da pesquisadora. São eles: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. O rastreio compreende uma varredura pelo campo, uma abertura para conhecer o objeto (ROSÁRIO E COCA, 2018), sem buscar respostas direcionadas para questões prévias. Esse momento pode se dar tanto pela observação empírica quanto pela exploração teórica - no caso da pesquisa aqui desenvolvida, se dá por ambas as vias. A partir desse olhar não direcionado, a atenção do observador pode ser despertada, tocada por características do objeto. O segundo momento se dá quando a atenção da pesquisadora é tocada por características do próprio objeto, quando se pode perceber aberturas para investigação. Em seguida, acontece o momento de pouso do olhar investigativo, que percebe “os pontos de intensidade, rupturas, repetições e desvios.” (ROSÁRIO E COCA, 2018, p. 43). É quando as perguntas começam a ser formuladas e conduzem ao último momento: o reconhecimento atento. É aqui que a associação entre a materialidade do objeto e as observações da pesquisadora se estabelece, desvelando um modo de conhecimento que é produzido através dessa interação.

Esta pesquisa incorpora os momentos de direcionamento da atenção descritos por Kastrup (2007) e, a partir do rastreio, do toque e do pouso, reconhece pontos de conexão entre o que se apresenta como problemática de pesquisa e aspectos que o objeto mostra à exploração. Chega-se, portanto, ao reconhecimento atento do objeto de estudo, que compreende a instauração da investigação. O CIOSP/SM é observado como um objeto múltiplo, complexo e movente, com fluxos e relações que se reconfiguram constantemente, e que está atravessado por instituições, elementos e forças, que se estruturam e se formam na relação entre si e com o objeto.

Pela aproximação com o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública de Santa Maria, orientada pela cartografia, identificamos dimensões do objeto pelas quais são expressos aspectos que aproximamos com o conceito de dispositivo de Foucault (2008,

³⁵ Optamos por não assumir, em totalidade, os princípios de um olhar rizomático por entendermos que a perspectiva cartográfica acionada, por si só, já é suficientemente consistente para a elaboração de nosso próprio desenho de método. Ainda assim, os quatro passos definidos a partir da ideia de rizoma são interessantes para descrever o percurso.

2017a, 2017b). Aspectos discursivos, sociotécnicos e neoliberais permitem identificar o objeto como uma expressão da agência desse tipo de mecanismo nos arranjos de segurança pública urbana. Identificamos, essencialmente, três dimensões pelas quais o objeto pode ser desvelado, que evidenciam a caracterização do objeto-dispositivo e orientam a condução desta investigação: institucional, operacional e materialmente.

Na dimensão material, são percebidos os elementos concretos que compõem o objeto e o fazem existir enquanto instituição. São os agentes policiais, as viaturas, os cabos de rede, as câmeras, os sistemas de registro de ocorrências, etc. Esse nível engloba todos os elementos e sistemas que dão forma material e física ao CIOSP/SM. Na dimensão operacional, se observam práticas de acionamento dos elementos materiais. É onde se expressam as associações e mediações entre os elementos, a operação que sustenta também o funcionamento da própria instituição. Por fim, o nível institucional configura os aspectos políticos e administrativos que sustentam o CIOSP/SM enquanto órgão governamental. Compreende os acordos, regulamentações, contratos e condições de instauração e funcionamento do centro. Como é possível perceber na análise empírica, essas três dimensões são interdependentes, não se expressam isoladamente e não podem caracterizar o dispositivo sem acionar umas às outras.

Na descrição do objeto (item 5.1), essas dimensões são essenciais e servem para conduzir a investigação, uma vez que entendemos que a caracterização do CIOSP/SM pelo conceito de dispositivo só é possível porque aciona essas três dimensões. Os agenciamentos e construções de subjetividades expressas através do CIOSP/SM, características do conceito dispositivo, apenas se estabelecem no entrelaçamento entre as dimensões institucional, operacional e material.³⁶ Na construção de uma cartografia do objeto em investigação, pretende-se evidenciar a essencialidade dessas três dimensões para a configuração do CIOSP/SM enquanto expressão de um dispositivo, ainda que elas não sejam analisadas individualmente.

³⁶ Essas três dimensões são identificadas em um contexto que investiga um objeto com características locais e políticas bastante particulares, tomando uma posição que também é definida e limitada pelo contexto. Por isso, neste recorte específico, a definição do objeto como dispositivo depende das três dimensões identificadas. Outros ângulos de observação poderiam mostrar outras dimensões e outras condições de caracterização de um objeto-dispositivo. Uma dimensão que considerasse a opinião pública, por exemplo, poderia explorar aspectos de discursos sociais, jornalísticos e/ou eleitorais sobre o CIOSP/SM. Da mesma forma, discursos jurídicos poderiam caracterizar uma dimensão formativa de um dispositivo observado pelo ângulo judicial ou legal, desvelando um objeto com características possivelmente distintas das que são apresentadas pelas dimensões exploradas nesta pesquisa.

4.1.2 Coleta de informações: exploração documental

Para sustentar a primeira etapa de coleta empírica de informações, acionamos a técnica da exploração documental, descrita nos trabalhos de Sá-Silva, Almeida e Guindani, (2009) e Cechinel et al. (2016). Esses autores mencionam com frequência a pertinência do uso da pesquisa documental sobre dados qualitativos, reforçando sua validade e suas possíveis contribuições na elaboração de uma pesquisa com caráter de aprofundamento em relação ao objeto. Este tipo de análise “pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito” (LIMA JUNIOR et.al, 2021). Podem ser incluídos no corpus materiais como leis, manuais, descrições, etc..

A escolha do material tomado para esta análise empírica corresponde à orientação da cartografia e considera a centralidade e a multiplicidade dos discursos no cenário investigado. Neste momento, o que desenhamos como exploração documental compreende a análise de um documento específico, que orienta a instauração do CIOSP/SM e, por essa razão, tem caráter formativo em relação ao objeto. “O Termo de Referência para ampliação e renovação tecnológica para o sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria” (TR) é o documento anexo ao edital nº 111/2018 da Prefeitura Municipal de Santa Maria, que orienta condições técnicas e descreve infraestrutura, operação e expectativas sobre o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública. Consideramos o TR um conjunto discursivo essencial para a caracterização do objeto, já que emprega discursos expressos pelo poder público para materialização da segurança pública em Santa Maria.

Pelas referências que acionamos (CECHINEL et al., 2016, LIMA JUNIOR et al., 2021, KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015), entendemos que a pesquisa documental está frequentemente atrelada à análise de conteúdo dos documentos explorados, seguindo etapas bem estruturadas e buscando categorizar os termos dos textos que compõem o *corpus*. A nossa proposta, no entanto, é menos uma análise sobre a construção e estrutura dos documentos e mais uma investigação sobre o que os seus discursos institucionalizam em relação ao planejamento, aplicação e avaliação da segurança pública pelo modelo dos CIOSPs. Optamos por adaptar os procedimentos já aplicados por outros autores às condições e particularidades desta pesquisa, adotando o termo “exploração documental” em vez de “análise” ou “pesquisa” documental.

Inicialmente desdobramos o TR com uma exploração conduzida pela perspectiva rizomática conforme Kastrup (2007), já descrita no item anterior. Essa primeira leitura funciona como uma varredura pelo documento a fim de conhecê-lo, identificando pontos de atenção. Em seguida, a partir de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), discorreremos sobre os seguintes aspectos do documento:

- *contexto*: situação e condições em que o documento é elaborado; contexto social, político, econômico; forças envolvidas e interesses são alguns dos aspectos a serem observados.
- *autoria*: por quem o documento é elaborado e quais as motivações e propósitos.
- *autenticidade e confiabilidade*: origem e procedência do documento, bem como importância e valor enquanto material para a pesquisa.
- *natureza*: características do tipo de documento acionado, bem como a que público se direciona.
- *conceitos-chave e a lógica interna*: como o documento se constitui e quais termos e conceitos aciona; em que sentido os termos são empregados; quais os argumentos desenvolvidos e quais partes se destacam.

Esses aspectos configuram condições de produção, circulação e legitimidade dos discursos que compõem o documento e que, por consequência, definem as condições de instauração do objeto. Por essa razão, identificar e refletir sobre esses aspectos é imperativo, considerando a formação discursiva do objeto. Eles são definidos pelos autores mencionados e alcançam características e particularidades do objeto que são essenciais para esta investigação.

Ainda, segundo os mesmos autores, identificar aspectos do documento compreende o que se pode entender como um tipo de organização do material empírico, que seria prévia à análise. Só a partir da observação dos documentos pelos cinco aspectos referidos é possível traçar análises e conclusões, por meio da reunião de todas as partes em cruzamento com o questionamento inicial de pesquisa (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009). Essa técnica exploratória indica aspectos e pontos de atenção e o pesquisador deve descrever e interpretar “o conteúdo das mensagens em busca de respostas para o problema de pesquisa” (KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015, p. 246). Cechinel et al. (2016) também destacam que ela pode ser utilizada em associação a outras técnicas e procedimentos metodológicos, de modo a complementar e aprofundar a análise. Por isso essa análise de contexto do documento é seguida por uma exploração com ênfase no discurso, que se inspira em obras de Foucault (2000, 2017b).

Portanto, depois de compreender a estrutura e as condições do documento (etapa 1), os discursos que o compõem são sequenciados de modo a evidenciar aspectos discursivos expressos através das significações que o documento enuncia (etapa 2). Em termos práticos, essa análise se dá a fim de identificar aspectos formativos do objeto através dos trechos analisados, acionando a teoria que estrutura os capítulos 2 e 3. A análise busca identificar regras e convenções, acordos, interesses, expectativas, instituições, práticas, modos de conhecimento, efeitos de poder e verdade, papéis sociais, normas, linguagem, retórica, condições de produção e circulação, autoridade e legitimidade, significações e subjetividades, entre outros aspectos que podem ser considerados formadores do objeto-dispositivo. Os aspectos identificados em cada sequência são listados e uma análise inicial busca identificar aqueles de maior recorrência, investigando em que condições são acionados e como contribuem para a materialização do objeto.

Foram selecionados 47 trechos considerados de relevância para os objetivos da pesquisa, chamados de sequências. Cada trecho é identificado pelo prefixo [TR], que indica qual o documento de origem das sequências, seguido de um número que identifica a ordem dessa sequência no texto: S01, S02 e assim sucessivamente. A identificação de cada sequência, quando retirada do texto inicial e analisada em recorte, é apresentada como o exemplo [TR]S01. As sequências são listadas e organizadas em uma planilha com quatro colunas, que poderiam simbolizar as fases de análise das sequências.³⁷

As sequências, identificadas na primeira coluna e transcritas na segunda, são analisadas gerando um primeiro movimento de compreensão do enunciado. Esse movimento de compreensão gera um tipo de “tradução”, que inclui esforços da autora para encontrar significações nas sequências e convertê-las em inferências. As inferências sobre as sequências correspondem à terceira coluna da planilha. Por fim, como última fase, as inferências são convertidas em “aspectos formativos do objeto”, que categorizam os discursos sobre o objeto de modo mais direto e pragmático. Os aspectos expressam características do objeto em cada uma das sequências analisadas e estão na quarta coluna da planilha. Cada sequência pode acionar mais de um aspecto ao mesmo tempo e estes são determinados a partir das inferências - e não previamente. Os aspectos identificados no documento fornecem material para a descrição do objeto no item 5.2.

Ainda, correspondendo a uma camada mais complexa da análise, ao final da investigação este conjunto discursivo é analisado juntamente com os demais conjuntos discursivos considerados para esta pesquisa, seguindo procedimento semelhante. Desse modo,

³⁷ Disponível em: <http://bit.ly/sequênciasCIOSP> e <https://osf.io/yv345>

aspectos expressos por discursos de diferentes naturezas são aproximados e se complementam, oferecendo uma leitura mais ampla e completa sobre a formação do objeto-dispositivo. Essa análise final compreende o item 5.3 do texto.

4.1.3 Coleta de informações: entrevistas

Para além de documentos institucionais que instauram o objeto, analisamos também discursos enunciados por sujeitos que fazem parte da formação e operacionalização do CIOSP/SM. O acionamento da entrevista como técnica de coleta de informações destaca a formação discursiva do dispositivo, buscando explorar os aspectos de associação e agenciamento materializados pelos discursos. A realização de entrevistas *in loco* é pertinente porque permite explorar a subjetividade dos sujeitos que são parte do objeto investigado e, ao mesmo tempo, tem sua formação e atuação atravessadas pelo emaranhado que é o objeto.

Como momento seguinte à exploração documental do TR e a partir de reconhecimentos e reflexões feitas por meio de tais procedimentos, acionamos a entrevista em profundidade semi-estruturada, conduzida a partir dos pontos de atenção identificados previamente no documento analisado. Assim como a pertinência da exploração documental, a entrevista é defendida como técnica fundamental da pesquisa social qualitativa por autores como Gil (2008). A entrevista semi-estruturada, seguindo o que apontam Boni e Quaresma (2005), diz respeito a entrevistas que “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.” (2005, p. 75). Nesse sentido, a estrutura é mais flexível do que em entrevistas fechadas e permite certa abertura para inserção de perspectivas que não foram consideradas previamente pelo pesquisador.

A profundidade das respostas e a possibilidade de interação e aproximação entre entrevistador e entrevistado são pontos considerados positivos pelas autoras e servem como justificativa para a escolha desse modelo de entrevista em pesquisas sociais. Além disso, essa forma de coleta de informações permite a

investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa. (BONI E QUARESMA, 2005, p. 75).

Em sentido semelhante, Duarte (2005) defende a aplicação da entrevista em profundidade nas pesquisas em Comunicação de caráter qualitativo. Embora esteja orientado a uma estrutura mais formal e menos flexível na elaboração da entrevista, o autor defende que

esse modelo busca profundidade nas respostas, mais do que informações estatísticas ou números representativos. Para ele, o objetivo da aplicação de uma entrevista em profundidade está “mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas.” (DUARTE, 2005, p.2). Essa posição ainda retoma pontos de aproximação à cartografia, que orienta este percurso metodológico, reforçando o propósito de produzir conhecimento pela interação com o objeto.

Alinhando as perspectivas dos autores acionados aos objetivos da presente pesquisa, a entrevista em profundidade e semi-estruturada é uma técnica que permite explorar as diferentes dimensões do objeto de estudo, sem limitar os entrevistados e, por isso, amenizando o risco de direcionar ou orientar a análise final por definições prévias. Esse risco, no entanto, não se elimina por completo, já que a própria condução da entrevista caracteriza um tipo de disputa discursiva. De modo geral, defende-se que, aliado à análise cartográfica, esse modelo de entrevista pode gerar uma coleta de dados bastante rica para a pesquisa, contribuindo, inclusive, para a robustez da cartografia do objeto sendo traçada.

Aliadas à exploração de documentos, as entrevistas semi-estruturadas em profundidade corroboram para o aprofundamento da investigação, podendo responder a lacunas identificadas na exploração do TR. Com a exploração documental e a compreensão das dimensões pelas quais observamos o objeto, definimos os atores a serem entrevistados, a saber: o superintendente do CIOSP/SM, com objetivo de aprofundar a exploração da dimensão institucional; um agente da Guarda Municipal operador dos sistemas, a fim de desvelar detalhes sobre a dimensão operacional; e funcionário da empresa terceirizada fornecedora dos serviços e equipamentos de segurança utilizados no CIOSP/SM, com o propósito de conhecer mais a fundo a dimensão material do objeto. Essas dimensões não estão isoladas e os discursos revelam constantes atravessamentos entre uma e outra. Mesmo assim, definir as dimensões previamente, no momento de aproximação com o objeto, serve como orientação para o desenho, elaboração e condução das entrevistas.

Todas as entrevistas foram realizadas pessoal e presencialmente nas instalações do CIOSP, conduzidas a partir de roteiros individuais, que serviram como orientação e apoio à coleta de informações.³⁸ Elas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas em documentos de texto. A primeira entrevista [E01] foi realizada com o Superintendente do CIOSP/SM em 12 de janeiro de 2023. O roteiro continha 29 perguntas e a entrevista teve duração de 1h25min. A conversa aconteceu na Sala de Comando do CIOSP/SM, uma sala de

³⁸ O roteiro completo de cada uma das entrevistas está disponível no link <https://osf.io/ay85z/>

reuniões com uma parede de vidro que permite observar livremente a atuação dos agentes policiais na Sala de Operações, bem como as imagens das câmeras de vigilância em tempo real, em um grande painel na parede.³⁹

Em seguida, no mesmo dia e sala, realizou-se a entrevista [E02] com um Guarda Civil Municipal, contendo 35 perguntas, com duração de 48min. A entrevista com o Guarda aconteceu sem agenda prévia, mesmo com inúmeras tentativas de agendamento, porque a disponibilidade dependia das escalas das equipes da Guarda Municipal. A entrevista chegou a ser marcada em datas anteriores e não pode ser realizada por ajustes repentinos na escala. Apesar disso, na ocasião o Superintendente deslocou um dos agentes em escala para a entrevista.

Por fim, entrevistou-se o Diretor Operacional da empresa Vigillare, contratada pela Prefeitura de Santa Maria para prestação de serviços de segurança [E03]. A entrevista foi agendada por mediação do Superintendente e aconteceu no dia 18 de janeiro de 2023. O roteiro incluía 24 perguntas e teve 1h17min de duração. A entrevista foi realizada na sala do Superintendente, um espaço de escritório, na extremidade oposta à Sala de Operações, com escrivaninhas, armários, computadores e câmeras de vigilância antigas usadas como objeto de decoração.

As transcrições das entrevistas foram analisadas e sequenciadas, seguindo o mesmo procedimento aplicado na análise com inspiração foucaultiana realizada nos conjuntos discursivos do TR. Primeiramente as sequências discursivas de cada uma das entrevistas são selecionadas a partir do documento original e organizadas em uma planilha. Cada sequência é identificada com um prefixo que faz referência ao número da entrevista a que corresponde: [E01], que indica a entrevista com o Superintendente; [E02], a entrevista com o Guarda Civil Municipal; e [E03], a entrevista com o Diretor da Vigillare. Esse prefixo é seguido de um número, que indica a ordem em que cada sequência aparece nos discursos. Tem-se então a identificação de sequências como [E01]S04, que indica a quarta sequência da primeira entrevista, ou [E03]20, que indica a vigésima sequência da terceira entrevista, por exemplo. Em E01 foram selecionadas 46 sequências, em E02, 31, e em E03, 49 sequências.

As sequências são organizadas em ordem na mesma planilha utilizada para análise do TR, com quatro colunas que correspondem às fases do procedimento: a primeira coluna apresenta a identificação das sequências e a segunda sua transcrição; a terceira um tipo de tradução com inferências sobre valoração, significações e acionamentos presentes nos

³⁹ É possível visualizar o painel na Imagem 02, na página 73.

discursos; e uma quarta menciona aspectos formativos do objeto que esses trechos evocam.⁴⁰ Cada sequência pode acionar mais de um aspecto ao mesmo tempo.

Os aspectos identificados nas entrevistas fornecem material para a descrição do objeto no item 5.2 do texto. Em seguida, os discursos das entrevistas e do TR são incorporados em um único conjunto discursivo e analisados conjuntamente, de modo a identificar aproximações e particularidades em discursos de natureza distinta sobre o objeto-dispositivo. Isso corresponde ao item 5.3.

4.1.4 Análise dos discursos formativos do objeto

A partir da análise individual dos discursos e da identificação de aspectos formativos nos enunciados que compõem o *corpus* da pesquisa, esta etapa corresponde a um tipo de fechamento ou aprofundamento dessa análise, avançando no intuito de identificar como os discursos sobre o objeto expressam a agência de um dispositivo sociotécnico de segurança pública. Esses discursos refletem as condições em que são produzidos e pelas quais circulam, além de tratar-se de um conjunto discursivo limitado e recortado dentro de um contexto específico - o que evidencia uma formação do objeto que é atravessada por essas condições. Mais do que apontar como os discursos sobre o objeto o constroem materialmente, é necessário compreender como os discursos sobre o objeto constroem modos de conhecer sobre ele.

Dada a centralidade dos discursos evidenciada ao longo deste texto, a etapa final de análise corresponde a uma aprofundamento na investigação que considera as sequências extraídas do TR e das entrevistas E01, E02 e E03 em conjunto. Nesse momento, para além de identificar aspectos expressos pela natureza dos discursos ou por cada dimensão do objeto, propõe-se identificar as significações, valorações e expectativas contidas nesses discursos, alinhadas com a compreensão de um tipo de mecanismo ou dispositivo. Ainda com inspiração em Foucault (2000, 2017b, 2008), os aspectos apontados nas etapas anteriores são reorganizados na última página da planilha de análise, de modo a agrupá-los e identificar aspectos sobre o objeto que expressam características de um dispositivo de segurança.⁴¹

Assim, de modo pragmático, na última camada de análise tem-se uma página nomeada “Aspectos do dispositivo” que se configura em três colunas: a primeira retoma e lista todos os

⁴⁰ Planilha de análise dos conjuntos discursivos disponível em: <http://bit.ly/sequênciasCIOSP> e <https://osf.io/yv345>

⁴¹ Planilha de análise dos conjuntos discursivos disponível em: <http://bit.ly/sequênciasCIOSP> e <https://osf.io/yv345>

aspectos formativos do objeto mencionados em algum dos discursos analisados anteriormente, independentemente de frequência e/ou ordem em que são citados. A segurança coluna representa um esforço de agrupamento desses aspectos, de tradução e de aproximação com características de um dispositivo de segurança identificadas teoricamente. Aspectos formativos do objeto podem acionar mais de um aspecto do dispositivo ao mesmo tempo. Na terceira coluna, algumas sequências discursivas ilustram os aspectos nomeados. Nem todas as sequências selecionadas anteriormente estão transferidas para a página final da planilha, assim como algumas delas podem aparecer mais de uma vez, fazendo referência a aspectos distintos.

Com isso, o modo de reflexão inspirado em Foucault é novamente acionado e as inferências sobre os aspectos discursivos e as sequências que os evocam servem de impulso para o movimento que se propõe a responder a pergunta que orienta esta pesquisa. Desse modo, dentro do recorte proposto, a pesquisa ilumina um cenário no qual é possível identificar aspectos discursivos da formação de um dispositivo a partir das dimensões estabelecidas para investigação. O desenho que se apresenta no item 5.3 compreende essas reflexões, concentra inferências das etapas anteriores e apresenta o desenho de um objeto-dispositivo a partir da orientação cartográfica e das dimensões que configuram institucional, operacional e materialmente a compreensão do objeto. Esse desenho considera também as limitações de alcance de uma pesquisa que é orientada temporal, local e culturalmente pelo contexto em que é realizada.

5 CIOSP/SM: OBJETO-DISPOSITIVO

Neste capítulo tecemos a descrição do objeto a partir de documentos, enunciados e de observações *in loco*. Apresentar uma caracterização do CIOSP/SM, que é tomado como um objeto-dispositivo desde as primeiras movimentações desta pesquisa, é um exercício que já compreende a aplicação da estratégia metodológica cartográfica. Por isso sustentamos a escolha de descrever o objeto somente depois dos procedimentos metodológicos e não antes, como costuma ser comum em outros trabalhos.

As informações que servem de base para o desenho do objeto são identificadas e coletadas a partir de um movimento de aproximação, como sugere a cartografia. A associação pesquisadora-objeto possibilita um tipo de olhar que interage com o objeto de estudo e, por isso, é também afetado por ele. Primeiramente apresentamos a descrição de um modelo de segurança pública integrado a partir de leis e decretos a nível federal, que estabelecem diretrizes para a integração das forças policiais e otimização da segurança pública. Esse modelo, orientado à integração física e sociotécnica dos sistemas utilizados para segurança, é desenhado discursivamente e reflete na materialização do projeto CIOSP em Santa Maria.

Para descrever as particularidades do objeto, utilizamos um conjunto discursivo que orienta sua estruturação técnica, a partir de especificações definidas pela Prefeitura Municipal para implementação do projeto: o “Termo de Referência para ampliação e renovação tecnológica para o sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria” (TR) - documento anexo ao Edital nº 111/2018 que prevê contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica para o município. No item 5.2 este documento é contextualizado e, em seguida, realizamos uma análise inspirada na abordagem foucaultiana, identificando aspectos do discurso com caráter formativo sobre o objeto.

Coletamos também um segundo conjunto discursivo, composto por três entrevistas realizadas de modo a alcançar as dimensões mapeadas no item 4.1.1: institucional, operacional e material. São entrevistados o Superintendente do CIOSP/SM, respondendo pela gestão das políticas e normas, associado à dimensão institucional; um Guarda Civil Municipal, agente da Guarda Municipal de Santa Maria, respondendo pelas operações, procedimentos e práticas de segurança realizadas no CIOSP/SM, associado ao nível operacional; e o Diretor Operacional da empresa contratada para prestação de serviços que correspondem às instalações físicas do Centro, incluindo hardware e software, associado ao nível material.

Primeiramente, no item 5.2, os discursos do TR e das entrevistas são analisados individualmente, a fim de identificar aspectos formativos do objeto em discursos de natureza e autoria distinta, compreendendo o objetivo específico (b)⁴². Em seguida, apesar das particularidades dos discursos acionados, eles são analisados conjuntamente no item 5.3, investigando subjetividades, instituições e aspectos de poder na formação e circulação dos discursos que caracterizam o objeto como um dispositivo de segurança, correspondendo ao objetivo específico (c)⁴³.

5.1 DISCURSOS INSTITUCIONALIZADOS: CIOSP COMO MODELO DE GESTÃO EM SEGURANÇA

A segurança pública é atribuída como dever do Estado Brasileiro pela Constituição Federal de 1988. Pela estrutura da administração federal estabelecida pela Lei nº 14.600 de 20 de junho de 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) é o órgão responsável por tratar da segurança pública em âmbito nacional e a quem se atribui a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O SUSP foi criado pela Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que também cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Esta prevê a integração dos órgãos de segurança para operações conjuntas e compartilhamento de dados entre as forças. A modernização e a inovação tecnológica são temas que aparecem nas entrelinhas do texto oficial. As diretrizes da Política orientam, por exemplo, a inovação tecnológica para fortalecimento das instituições de segurança pública, o uso de sistemas integrados de dados e a “padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública” (BRASIL, 2018).

Ainda, os objetivos descritos na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) estabelecem a criação de um plano nacional de segurança, delegando à União a definição de metas, objetivos e ações estratégicas no que diz respeito à gestão da segurança pública. O Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, estabelece a versão mais atual do Plano Nacional de Segurança Pública, que deve vigorar no período de 2021-2030, com cinco objetivos, 13 metas, 12 ações estratégicas e 21 indicadores (BRASIL, 2021). Aos poderes executivos Estadual e Municipal cabe o planejamento de ações de segurança seguindo as diretrizes do Plano Nacional.

⁴² A saber: (b) mapear discursos de atores relacionados ao objeto nas diferentes dimensões, a fim de compreender as significações e aspectos discursivos a ele atribuídos.

⁴³ A saber: (c) apontar aspectos do objeto que evidenciem a agência de um dispositivo sociotécnico de segurança pública.

O Plano não estabelece em termos práticos como operacionalizar a inovação e integração das forças de segurança, mas, além da diretriz da Política Nacional que orienta a padronização das estruturas de segurança pública como mencionado acima, a Ação Estratégica nº 9 do Plano estabelece “Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.” Para tanto, define os seguintes quesitos:

- a) Apoiar a implementação, a estruturação e a modernização de centros integrados de comando e controle ou unidades congêneres com vistas à atuação integrada nas execução de ações de segurança pública e defesa social;
- b) Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades;
- c) Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública, em especial os de perícia oficial, para a observação adequada da cadeia de custódia de vestígios;
- d) Apoiar o aparelhamento dos órgãos de segurança pública por meio da cooperação federativa; e
- e) Aperfeiçoar os processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública (BRASIL, 2021).

De acordo com o texto oficial do referido Decreto, os quesitos estabelecidos correspondem aos objetivos I, III e XV da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) (art. 6º da Lei nº 13.675/2018), a saber:

- I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes;
- III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;
- XV - racionalizar e humanizar o sistema penitenciário e outros ambientes de encarceramento (BRASIL, 2021).

Os trechos apontados representam a aposta em um modelo de segurança pública modernizado, informatizado e atravessado pela mediação técnica, com objetivos de racionalização das práticas e padronização dos processos. Como já apontado ao longo deste texto, esse modo de padronizar e orientar as práticas de segurança aciona uma perspectiva sobre a tecnologia que é inerente ao espaço social urbano da contemporaneidade. Percebemos, por exemplo, nos trabalhos de Ferreira et al. (2020) e Lima, Oliveira, Silva Costa (2021), o papel central atribuído à tecnologia na garantia e na promoção da segurança pública. O primeiro ressalta o caráter de otimização e da racionalização de processos naquilo que se realiza enquanto segurança pública por meio do acionamento de “ferramentas tecnológicas” (FERREIRA et al., 2020). Já os segundos, percebem a tecnologia estreitamente atrelada ao que se referem como uma “Segurança Pública efetiva” (DE LIMA, DE OLIVEIRA E DA SILVA COSTA, 2021). Identificamos pontos de aproximação desses trabalhos com o cenário

estabelecido pela Lei e Decreto mencionados no que diz respeito ao acionamento de elementos sociotécnicos para segurança pública e à garantia de eficiência. Na perspectiva mencionada e aplicada na prática, o acionamento de tecnologia significa unicamente otimização e agilidade na promoção da segurança pública.

A Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 e o Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, que estabelecem as diretrizes para a segurança pública a partir do âmbito nacional e que orientam o planejamento e as ações no âmbito Estadual e Municipal, não estabelecem diretamente um modelo de estrutura física ou uma prática de aplicação das estratégias e metas definidas. Ainda assim, está evidenciado em diferentes trechos de ambos os documentos o estímulo à integração, comunicação, modernização e investimento em inovação tecnológica para as forças de segurança. Isso se soma a uma crescente de iniciativas Municipais e Estaduais para integração de forças policiais por meio de sistemas digitais e, inclusive, espaços físicos, visando maior eficiência pela atuação integrada das forças.

A nível Estadual, o Governo do Rio Grande do Sul publicou o Decreto nº 54.426 de 20 de dezembro de 2018, estabelecendo a criação de “Centros Integrados de Operações e Emergências” (CIOPEs). Esses Centros caracterizam a integração de atendimentos de chamados telefônicos e sistemas de videomonitoramento já existentes em sedes regionais, sendo uma delas em Santa Maria. O Decreto estabelece o prazo de 90 dias para apresentação de um projeto pelos Governos Municipais. Essa determinação gera um movimento do Governo Municipal de Santa Maria que resulta na instalação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), visando responder às orientações estabelecidas pela Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 e pelo Decreto nº 54.426 de 20 de dezembro de 2018.

Em outras regiões do Brasil, há registros da instalação de centros integrados de segurança desde o começo dos anos 2000 (JUSTI, 2021), com significativa ampliação de unidades desse tipo por ocasião da Copa do Mundo no Brasil (2014) e das Olimpíadas (2016)⁴⁴. Nas capitais do Rio Grande do Norte, no Mato Grosso do Sul, Amapá e no Rio de Janeiro, por exemplo, os Centros estão sob o comando de órgãos estaduais. Há ainda casos em que a instalação parte da iniciativa Municipal e aciona também as forças de segurança locais, como em Rondonópolis/MT, Lajeado/RS e Santa Maria/RS.

⁴⁴ Ver mais em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/Centro-de-comando-ira-monitorar-Porto-Alegre-com-2-mil-cameras-4515985.html>

A definição da nomenclatura dos Centros Integrados é bastante variada e depende da atribuição de cada unidade e do órgão a que está subordinada. Não há padronização quanto à sigla de cada Centro ou quanto ao tipo de função delegada às unidades, inclusive porque cada Centro é regulamentado por documentos específicos de acordo com o órgão governamental ao qual responde. A PNSPDS, a nível nacional, estabelece orientações quanto à integração e modernização das forças, o que se expressa e é possível identificar a nível local. O objeto empírico que observamos leva a nomenclatura de Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), mas uma busca rápida por palavras-chave relacionadas em repositórios acadêmicos ou buscadores online retorna uma variedade de nomenclaturas. Por opção de padronização, adotamos a nomenclatura CIOSP como referência ao modelo representado pelos centros integrados em geral.

A estruturação dos Centros Integrados como estabelecido por discursos institucionalizados na redação de legislações e decretos oficiais, evidencia a prática da segurança pública por meio da tecnologia, alimentando imaginários que atribuem confiança e eficiência ao acionamento padronizado de sistemas digitais, redes de conexão, softwares, câmeras e bancos de dados, por exemplo. Mais do que uma instituição, os CIOSPs representam um modelo de gestão da segurança pública - modelo sustentado essencialmente pela inovação tecnológica, modernização e integração das forças de segurança. Isso significa ações necessariamente atreladas à conexão e comunicação digital entre as forças, para além da integração física dos espaços.

A motivação para a adoção desse modelo de gestão de segurança é expressa nos discursos institucionais por valores como objetividade, agilidade e eficiência, que seriam agregados ao atendimento e prestação de serviços aos cidadãos por meio da integração de sistemas e dados (LIMA, OLIVEIRA E SILVA COSTA, 2021, JUSTI, 2018), a partir de uma visão bastante instrumental. Expectativas são materializadas em discursos institucionais, como documentos, planos e normativas.

Os CIOSPs e os centros integrados de segurança em geral, podem ser explorados sob uma lente que mira valores relacionados à informatização e integração das forças e à tomada de decisões com base em dados e modelos estatísticos, pautados essencialmente pelas tecnologias de informação e comunicação. Frequentemente caracterizados e referidos como ambientes de “inteligência”, a integração de sistemas nesses centros depende, essencialmente, da gestão da informação e da comunicação de dados entre sistemas das forças de segurança, evidenciando a centralidade de elementos como softwares e hardwares.

5.1.1 CIOSP Santa Maria

Em Santa Maria, RS, o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) começou a funcionar em 2019, integrando as equipes da Guarda Municipal, Brigada Militar, Polícia Civil, Coordenadoria Municipal de Trânsito Urbano (CMTU), Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Instituto-Geral de Perícias (IGP), Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública (Consepro) de Santa Maria, Defesa Civil Municipal e Estadual e Receita Federal. Representantes dessas forças também compõem conjuntamente o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), que tem sua sede no mesmo prédio. O GGI-M foi instituído pela Lei Municipal nº 6.378/2019 e desde então atua na tomada de decisões estratégicas sobre a gestão pública.

O CIOSP/SM é a primeira unidade do tipo a funcionar no interior do Rio Grande do Sul e responde às demandas e decisões do Governo Municipal, estabelecendo diferentes níveis de interações e fluxos de comunicação entre as instituições que o compõem. O CIOSP responde à Guarda Municipal e as ações se concentram em articulações e estratégias para operações de baixa complexidade, como prevenção da criminalidade pelo monitoramento dos espaços, acionando diferentes tipos de sistemas sociotécnicos, como sistemas de videomonitoramento e controle de tráfego. O CIOSP não executa diretamente operações mais complexas, como investigação de homicídios e latrocínios, que são delegadas ao poder Estadual por meio da Brigada Militar ou Polícia Civil. Nesses casos, contudo, as imagens de videomonitoramento do CIOSP/SM e os dados dos sistemas podem ser acionadas como material de investigação.

O prédio está localizado na Avenida Nossa Senhora Medianeira, nº 91, uma das principais avenidas da cidade com fácil acesso às principais vias de entrada e saída. No site do órgão, está a seguinte descrição:

O Ciosp começou a ser pensado em 2018. O projeto era de criação de uma grande central de inteligência em segurança pública que reunisse Guarda Municipal, Brigada Militar e Polícia Civil. Por meio dela, seria possível centralizar serviços de telefonia, radiocomunicação, cercamento eletrônico, controle semafórico e de localização de viaturas. Além disso, câmeras de segurança seriam instaladas em diferentes pontos da cidade, tanto em vias quanto em prédios públicos, possibilitando monitoramento 24 horas por dia, sete dias na semana. (CIOSP SANTA MARIA, 2022a, online).

IMAGEM 02: Sala de Operações do CIOSP/SM.



Fonte: a autora.

A proposta se consolida, materializando o CIOSP/SM composto por diferentes sistemas interconectados e gerenciados de forma integrada, mas com complexidades próprias. No prédio estão sediadas as centrais telefônicas da Guarda Municipal, da Brigada Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros, além da Coordenadoria Municipal de Trânsito Urbano (CMTU), Defesa Civil Municipal e Estadual, Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (DPPA) da Polícia Civil. O espaço físico é operacional e estratégico e acontecem ali todas as ações de gestão e controle a) dos sistemas de videomonitoramento por circuito fechado de televisão (CCTV) com cobertura em diferentes regiões da cidade; b) dos sistemas de alarme e controle de acesso de prédios públicos como unidades de saúde e escolas municipais; c) dos sistemas de controle veicular das viaturas das forças policiais por sistemas de posicionamento global (GPS), e d) dos sistemas de “cercamento eletrônico”, possibilitando um tipo de controle sobre a circulação de veículos nas vias de entrada e saída da cidade, por meio de sistema de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), conectado com o acionamento remoto de semáforos. As demais instituições (Instituto-Geral de Perícias (IGP), Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal), embora não atuem presencialmente no prédio, utilizam os sistemas interconectados e as informações geradas no CIOSP/SM em algumas situações.

A arquitetura do prédio apresenta salas ocupadas por equipes das forças policiais que atuam presencialmente no local, além de escritórios para os cargos administrativos do Centro

e salas de reuniões. Algumas salas são projetadas com paredes de vidro, permitindo uma visão ampla das demais salas e equipes, além da visualização das imagens captadas pelas câmeras de videomonitoramento instaladas na cidade e transmitidas em um painel de telas, como é possível observar na imagem 02. As paredes de vidro apresentam janelas persianas, que podem ser baixadas ou levantadas a depender da situação. Além disso, a disposição das mesas e cadeiras, monitores, computadores e telefones define os espaços ocupados pelos operadores nas bancadas de trabalho.

Para a materialização do projeto, a Prefeitura Municipal de Santa Maria, através da Secretaria de Município de Mobilidade Urbana, lançou um edital de licitação por pregão eletrônico (PE nº 111/2018), para contratação de empresa terceirizada para fornecimento de serviços de desenvolvimento, implantação, treinamentos e infraestrutura tecnológica. A empresa vencedora da licitação tem sede em Santa Maria e atende outros projetos de centros de segurança pública e privada, segundo informações disponíveis na página online da empresa (VIGILLARE, 2023) e relatos coletados como material empírico para esta pesquisa.

O contrato assinado delega à prestadora a responsabilidade pelo fornecimento de toda a infraestrutura necessária para a materialização do projeto. São listados, por exemplo, equipamentos e materiais como câmeras de vigilância, até discos rígidos onde os dados e registros ficam armazenados, além de estruturas de proteção para esses equipamentos, chamadas de “caixas blindadas de proteção”. O acordo ainda prevê a contratação de horas de desenvolvimento, destinadas ao desenvolvimento dos softwares necessários para o funcionamento dos equipamentos e à sua integração em rede, além de aplicativos para uso dos agentes policiais e da população em geral.

Os sistemas e serviços contratados para o CIOSP são os seguintes:

1) Sistema de videomonitoramento através de circuito fechado de televisão: inclui: câmeras do tipo fixas, móveis e *speed dome* e central de operações, que se caracteriza por uma sala de controle onde as câmeras são operadas e as imagens processadas. “O sistema previsto é um sistema local, digital, com inteligência de software e vídeo analítico.” (SANTA MARIA, 2019, p. 1-2). O termo prevê a instalação de pelo menos 691 câmeras urbanas em 146 localidades diferentes.

2) Sistemas de alarmes monitorados e controle de acessos para os postos municipais: prevê a instalação e atualização de sistemas de alarmes já existentes, totalizando 141 pontos municipais.

O sistema consiste na instalação de alarmes com controle de acesso com identificação de usuários que abrem e fecham os postos com seus respectivos horários e sensoriamento por infravermelho em cada posto, sistema este conectado

via rádio alarme (sem a utilização de telefone, imune a corte e defeitos da linha telefônica) à Central Integrada de Monitoramento do município, a qual monitorará 24 (vinte e quatro) horas por dia o controle de acesso, com informação precisa de quem entrou, de quem saiu, a hora de entrada e a de saída, monitora o sistema e o disparo do sistema com planta baixa e local específico da violação. (SANTA MARIA, 2019, p. 2).

3) Rastreamento Veicular: diz respeito ao monitoramento e rastreamento de veículos da Guarda Municipal, Secretaria de Município da Saúde e Secretaria de Município de Mobilidade Urbana, para “redução de custos em trajetos desnecessários, otimização, padronização e roteirização de atendimento, especialmente de viaturas que envolvem o atendimento de urgências (...)” (SANTA MARIA, 2019, p. 2). O TR estipula o monitoramento de 84 veículos.

4) Controle de acesso: compreende dois acionamentos que se complementam: o reconhecimento de placas de veículos e o controle dos semáforos, para liberação ou fechamento do fluxo de trânsito. São instalados 16 equipamentos com sistema OCR (*Optical Character Recognition*) fixos e um portátil, além da integração de 62 semáforos.

Controle de acesso urbano de veículos automotores na cidade através de câmeras dotadas de sistema de reconhecimento de placas (OCR) e automação junto aos semáforos existentes com objetivo de realizar um ‘cercamento’ da cidade em seus perímetros e pontos estratégicos de passagem, bem como promover a mobilidade urbana e prioridade de onda verde semaforica para veiculos das forças de segurança quando em situação de emergência” (SANTA MARIA, 2019, p. 3).

5) Serviço mensal de horas de desenvolvimento: diz respeito à prestação de serviços de desenvolvimento de software para integração dos objetos acima mencionados, com quesitos flexíveis e ênfase na personalização do serviço contratado. A integração dos sistemas por meio de software especialmente desenvolvido para tal finalidade, não comercial, compreende os interesses de integração e automatização do CIOSP/SM.

Incluídos neste objeto do TR, estão descritas as seguintes demandas:

- Otimização da integração dos objetos;
- Integração dos objetos com sistemas externos (Sistema do DETRAN, da Prefeitura, dentre outros);
- Software de processos internos que otimize o trabalho das pessoas que executarão este contrato (servidores municipais);
- Personalização de layout de software e sistemas de acordo com as necessidades da Prefeitura;
- Desenvolvimento contínuo e aprimoramento de um aplicativo cidadão, que será um meio de comunicação entre a Prefeitura e a população, no que tange a segurança pública e outros departamentos que a Prefeitura julgar necessário;
- Atualizações tecnológicas e personalizações diversas. (SANTA MARIA, 2019, p.4).

No que se refere ao desenvolvimento de aplicativos, o TR descreve dois tipos: um para comunicação de ocorrências diretamente pelos cidadãos e outro para controle de alarmes nos postos municipais direcionado aos gestores dos prédios. O documento descreve ainda as

características técnicas dos equipamentos que devem compor os objetos descritos e a central de monitoramento do CIOSP/SM, como as especificações das câmeras de vigilância e a distribuição da rede de conexão, por exemplo.⁴⁵

Além dos sistemas previstos em contrato e mencionados até aqui, o CIOSP/SM conta também com um sistema informatizado para acionamento de ocorrências, utilizado pelas forças a nível municipal - Guarda Municipal, Defesa Civil Municipal e Coordenadoria de Trânsito e Mobilidade Urbana (CTMU), que padroniza as práticas de registro e despacho pelos agentes. O sistema é desenvolvido pela própria equipe da Prefeitura e entre suas funcionalidades estão o registro de “quilometragem e gasto de combustível de cada viatura, geração automática de mapas georreferenciados e mapas de calor dos registros, acompanhamento em tempo real das ocorrências em andamento, também via mapa digital, e a averiguação de grau de risco dos chamados.” (SANTA MARIA, 2022b, online).

Os documentos (TR, contrato, legislações) que descrevem as especificações dos sistemas imprimem aspectos das três dimensões identificadas sobre o objeto. A **dimensão institucional** é acionada quando os documentos expressam expectativas e arranjos políticos, descrevem funções e estabelecem modos de relação entre os sistemas, as forças policiais, os agentes públicos e privados envolvidos e o espaço urbano em geral. A **dimensão material** é acionada quando aspectos de equipamentos, especificações técnicas ou necessidades relacionadas à infraestrutura, conexão e materialização do projeto são abordadas. Por fim, a **dimensão operacional** é expressa pelos documentos no sentido em que definem procedimentos, normas e práticas de acionamento dos artefatos e sistemas, incidindo diretamente sobre a prática dos agentes de segurança. Nas seções seguintes avançamos na descrição do objeto por meio da formação discursiva, agora analisados a fundo de acordo com os procedimentos metodológicos descritos no item 4.1.

5.2. CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OBJETO

Ao mesmo tempo em que descrevem as especificações sobre o que deve ser o CIOSP/SM, os discursos também o instauram, no sentido em que materializam a ideia de um objeto que deve corresponder a determinadas expectativas, determinados valores e determinados acordos. Os conjuntos discursivos sobre o CIOSP/SM expressam e orientam valores a partir de um modo pelo qual se entende e pratica a segurança pública na

⁴⁵As características descritas no TR são requisitos mínimos e os artefatos instalados podem incluir outras funcionalidades, não correspondendo restritamente ao exposto no documento.

contemporaneidade; valores que se materializam pela aplicação de técnicas e estratégias, incidindo sobre a prática. Os discursos incidem sobre o que se entende, o que se espera e sobre o que se executa enquanto segurança pública.

Neste momento acionamos discursos de diferentes naturezas, por diferentes perspectivas, para analisar como o CIOSP é discursivamente construído e como os aspectos expressos pelos discursos o formam como objeto. Consideramos o “Termo de Referência para ampliação e renovação tecnológica para o sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria” (seção 5.2.1), pelo procedimento de exploração documental, seguido de análise inspirada na percepção foucaultiana do discurso. Em seguida (seção 5.2.2) nos valem de três entrevistas realizadas com figuras relacionadas ao CIOSP/SM, analisadas com inspiração na percepção foucaultiana do discurso.

5.2.1 Expectativas institucionalizadas: CIOSP/SM pelo Termo De Referência

Apresentamos a seguir inferências elencadas a partir da exploração do Termo de Referência para ampliação e renovação tecnológica para o sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria. A exploração se dá de acordo com os procedimentos descritos no item 4.1 e identifica aspectos discursivos impressos na redação do documento que estabelece características do objeto e orienta sua instauração. Com isso, complementamos o desenho cartográfico do CIOSP/SM, na medida em que avançamos para uma aproximação ao objeto e descrevemos funções estratégicas, materialidades e linhas de força a partir dos discursos que o formam, correspondendo aos objetivos traçados para esta investigação.

Para explorar os pontos de interesse no documento analisado, a partir dos procedimentos de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) descritos no item 4.1.3, definimos os seguintes aspectos a serem observados: contexto, que indica as condições em que o documento foi elaborado; autoria, analisando por quem e por quais motivações foi escrito; autenticidade e confiabilidade, analisando a validade do documento para o propósito que se utiliza; natureza, observando as estruturas típicas de cada documento; e conceitos-chave e lógica interna, que observa elementos, trechos ou conceitos do texto, a fim de identificar pontos centrais de conteúdo e organização do documento. Apresentamos cada um desses pontos a seguir.

- Contexto:

Com o Edital nº 111/2018, a Prefeitura Municipal de Santa Maria, por meio da Secretaria de Município de Finanças, define os termos da Licitação por Pregão Eletrônico que visa contratar empresa prestadora de serviços para videomonitoramento e outros sistemas tecnológicos que devem atuar de modo integrado na segurança pública da cidade. Anexo ao Edital está o Termo de Referência para ampliação e renovação tecnológica para o sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria (TR). A publicação do edital e do TR envolve diferentes atores, acionando secretarias de município, agentes políticos, servidores públicos. Enquanto o Edital está sob responsabilidade da Secretaria de Município de Finanças, o Termo de Referência anexado foi elaborado pela Secretaria de Mobilidade Urbana.

O TR apresenta descrições detalhadas e técnicas, a fim de definir características dos sistemas a serem contratados. Ele serve, como o nome indica, de referência para o desenho e modelo dos sistemas sociotécnicos, dos equipamentos de hardware e software, da infraestrutura de segurança da cidade de modo geral. O contexto em que o documento se apresenta aciona aspectos de institucionalidade e formalidade, garantidas pelo poder público municipal que o respalda. O documento, embora público, é direcionado a orientação das propostas a serem apresentadas por empresas que oferecem serviços de segurança, caracterizando um grupo de interesse específico. Isso deve ser considerado pois, nessas condições, o documento tem características técnicas e deve servir como um tipo de manual descritivo dos serviços. Como apresentamos adiante, no entanto, há trechos que expressam valorações e expectativas bastante evidentes na redação do texto.

- **Autoria:**

O documento é redigido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, através da Secretaria de Mobilidade Urbana, assinado pelo Chefe da Secretaria da Casa Civil e integra o Edital mencionado acima. O poder público municipal está responsável pelo documento, com o objetivo de concretização do projeto de um centro de operações integradas, que reúna sistemas de videomonitoramento e controle com forte centralidade tecnológica. O projeto segue diretrizes e objetivos de âmbito federal e estadual, mas a execução parte de iniciativa municipal. Isso determina também o modo como o projeto é desenhado, centralizando o aspecto político, estratégico e decisor no poder municipal e nas forças de polícia do município.

- **Autenticidade e confiabilidade:**

Tratando-se de documento oficial, registrado e publicizado de acordo com processos formais, a legitimidade da instituição que assume a autoria do documento é estendida ao TR.

Os processos burocráticos que requerem a divulgação do edital e seus anexos, bem como os processos para inscrição e participação na licitação, por exemplo, acionam características formais do processo administrativo público. Além disso, a Prefeitura Municipal, como órgão que assina o documento, representa uma instituição legítima, reconhecida formal e legalmente. Nesse contexto, a autenticidade e confiabilidade do documento são garantidas pelo processo legal e burocrático institucionalizado.

- Natureza:

O documento incorpora caráter formal e institucionalizado, compondo o escopo dos documentos do processo licitatório e seguindo padrões formalmente estabelecidos para um termo de referência. O discurso redigido é descritivo e técnico, incluindo menção a elementos e termos específicos, como descrição de equipamentos e modelos de sistemas previstos para instalação do CIOSP/SM. A natureza do documento é essencialmente informativa e normativa, pois serve como guia para os licitantes ou proponentes interessados em participar do processo. Estabelece informações e normas sobre os sistemas, orientando as características dos sistemas necessários para a implantação do projeto. Ainda, é balizador do processo licitatório, já que serve de base para a avaliação das propostas apresentadas. Nesse sentido, o discurso institucionalizado pelo TR, que reflete uma expectativa do poder público, também orienta a materialização do objeto.

- Conceitos-chave e a lógica interna:

Quanto à lógica e estrutura, identificamos que o documento é apresentado em seções não padronizadas, com a esporádica inclusão de quadros e tabelas que concentram dados quantitativos e listagens, por exemplo. O documento possui 81 páginas, incluindo anexos. As seções primárias são as seguintes: (1) Justificativa, onde estão expressas as razões do processo de licitação para contratação dos sistemas referidos no TR e citados brevemente os sistemas a serem contratados; (2) Disposições gerais, que trata de orientações sobre a comprovação dos serviços oferecidos pela empresa contratada; (3) Objetos, que trata dos objetos licitados (serviços e produtos contratados); (4) Treinamento para operadores, que estabelece a obrigação da empresa contratada em oferecer treinamento a servidores da Guarda Municipal para utilização do software desenvolvido como um dos objetos da licitação; (5) Qualificação técnica, que descreve as condições técnicas da empresa a ser contratada; (6) Legislação referente à qualificação técnica exigida, onde estão mencionadas as leis e decretos que embasam as exigências apresentadas no Edital e no TR; (7) Rede elétrica e captação de energia elétrica, que discorre tecnicamente sobre a rede de energia para os equipamentos, principalmente no sistema de videomonitoramento; (8) Disposições finais, que compreende

demais orientações sobre o processo licitatório. Pelo caráter da exploração a que submetemos o documento, selecionamos pontos considerados mais significativos na caracterização do objeto e desconsideramos os itens do documento que têm foco no processo de licitação e/ou que estabelecem critérios e orientações às empresas participantes, dando ênfase aos trechos referentes aos sistemas em contratação.

Para uma leitura dos conceitos-chave, temas de destaque e valores impressos do documento, percebemos a necessidade de um desdobramento mais aprofundado sobre os textos contidos no documento, avançando em uma leitura pelas entrelinhas dos discursos. Para isso, seguimos um procedimento de análise padronizado a partir do estabelecido no item 4.1.2. Com inspiração na perspectiva foucaultiana sobre os discursos, desdobramos o documento em análise identificando aspectos, características e valores imbricados em sua redação. Ao final, no capítulo V, esses aspectos são analisados mais a fundo, juntamente com outros discursos que compõem o escopo da pesquisa.

O texto do documento foi sequenciado, destacando 47 trechos que apontam aspectos relevantes para a discussão proposta, relacionando-os com a teoria acionada.⁴⁶ A análise dos enunciados também considera os cinco itens dos quais discorreremos acima, como contexto, autoria e natureza dos discursos. Por tratar-se de um documento oficial, que orienta o processo de contratação dos serviços, é de sua natureza um tipo de redação prático e direto, diferente do observado nas entrevistas. O documento também expressa a materialização de expectativas e interesses do poder público municipal em relação à segurança pública, correspondendo à legislação das esferas administrativas estadual e federal.

No conjunto discursivo do TR, as sequências analisadas evidenciam aspectos que caracterizam o objeto através da “**eficiência**” dos sistemas a serem contratados e da **garantia de eficiência** atribuída ao modelo de segurança tecnologicamente mediado. Esse aspecto recebe destaque em trechos como [TR]S19: “[...] com objetivo de redução de custos em trajetos desnecessários, otimização, padronização e roteirização de atendimento e até mesmo maior controle da utilização de combustível.”, que se refere a um sistema de rastreamento veicular das viaturas policiais. Aliado ao aspecto de eficiência, está uma expectativa de “ampliação da segurança pela tecnologia”, que expressa a intenção de melhorar os procedimentos e ampliar a capacidade de atuação das forças de segurança. A sequência [TR]S02: “[...] otimizará a atuação da Guarda, possibilitando a esta um **atendimento mais amplo** de demandas dos órgãos municipais [...]” ilustra essa expectativa.

⁴⁶ Disponível em: <http://bit.ly/sequênciasCIOSP> e <https://osf.io/yv345>

“Eficiência” também é frequentemente acionado em sequências onde “integração entre sistemas” é apontado como aspecto característico do objeto, como em [TR]S31: *“Por se tratar de um grande sistema integrado, os objetos deste termo de referência (todos relacionados ao ramo de segurança) se interligam em diversos momentos, os quais são fundamentais para um resultado eficaz.”* e em [TR]S44: *“[...] criação progressiva ao longo do contrato de um sistema que interliga os 04 (quatro) objetos anteriores, criando um resultado final eficaz e integrado, bem como atualizar tecnologicamente os objetos existentes.”* Isso evidencia uma percepção de eficiência que é essencialmente sociotécnica e está diretamente associada a sistemas, equipamentos e tecnologias de informação e comunicação. Há uma certa expectativa que atribui à tecnologia a garantia da eficiência e da objetividade quando aplicada a esse modelo integrado de segurança pública - integração que aparece inclusive no nome CIOSP/SM. O acionamento sociotécnico, a integração e a agilidade atribuídas ao modelo parecem ser capazes de garantir, por si só, eficiência às práticas de segurança pública.

A integração entre sistemas ainda expressa expectativas de colaboração entre as diferentes forças de segurança, como na sequência [TR]S28: *“Trata-se de um controle de acesso de veículos dentro e nos perímetros da cidade através de câmeras com leitura de placas e interligação em tempo real com base de dados da Prefeitura e convênios que a mesma vier a fazer como, por exemplo, o DETRAN/RS e/ou base de dados da polícia.”* Há um nível que aciona uma segunda camada de integração, que vai além do caráter sociotécnico e reivindica caráter político, quando aciona movimentações e ajustes institucionais, associações e acordos entre diferentes órgãos. A expectativa de integração entre as forças de segurança, presente na Lei nº 13.675/2018, no Decreto Federal nº 10.822/2021 e no Decreto Estadual nº 54.426/2018, está expressa também no discurso que instaura o CIOSP/SM.

A natureza do objeto que concentra e integra mais de dez órgãos de segurança⁴⁷ requer o estabelecimento de relações diretas entre esses diferentes órgãos. O caráter de integração entre os sistemas compartilhados por eles exerce ainda um tipo de orientação de práticas, já que a integração, mais do que institucional, acaba também sendo material e operacional. Isso aciona o aspecto de “associação entre atores de diferentes naturezas”, que se refere a órgãos institucionais, elementos sociotécnicos ou operadores, e também é ilustrada pela sequência [TR]S28 citada acima.

É possível identificar com destaque a “associação com atores de capital privado na segurança pública” como um aspecto do objeto. Essa associação se expressa em diferentes

⁴⁷ Vide item 5.1.1.

níveis. A sequência [TR]S16: “*A Central de operações deverá ser compatível e capaz visualizar e acessar imagens gravadas sob demanda até 1200 mil câmeras de terceiros provindas de convênios, associações de moradores, associações de lojistas e projetos colaborativos da cidade e ou similares.*” evidencia um tipo de associação direcionado à operacionalização da segurança, que busca na interação com atores de interesse privado ampliar a abrangência do modelo de segurança pública. Essa associação se expressa também e principalmente na contratação de empresas para prestação de serviços essenciais para a instauração do CIOSP/SM, como expresso em [TR]S05: “*Todos os equipamentos deverão ser fornecidos à Prefeitura Municipal de Santa Maria na modalidade de locação com contrato de manutenção incluso.*” A materialização do CIOSP/SM e a operacionalização da segurança pública em Santa Maria é diretamente dependente da relação com a empresa contratada, que tem papel fundamental na aplicação do projeto - institucional, operacional e materialmente.

Além de fornecer os elementos sociotécnicos e de infraestrutura para o CIOSP, a empresa também oferece consultoria na tomada de decisões e treinamentos para a operacionalização dos sistemas, como expresso em [TR]S17: “*Consultoria Técnica a ser disponibilizada por profissional de nível gerencial com intuito de auxiliar tecnicamente os servidores em reuniões estratégicas de segurança.*” e em [TR]S47: “*Após instalação e configuração de todo sistema na central de operações (local onde será monitorada as câmeras)(sic) deverá ser ministrado em local definido pela contratante, **treinamento** de dez operadores para solução instalada (software instalado) [...].*” Há, nesse caso, por parte da empresa, função que exerce sobre a materialidade do objeto, já que oferece equipamentos e infraestrutura para seu funcionamento; sobre a operacionalização do objeto, já que orienta seus usos pelos operadores das forças de segurança; e sobre a institucionalidade do objeto, já que possibilita sua instauração e orienta estratégias e decisões tomadas pelo poder público.

Há ainda um entrelaçamento entre atores de interesse privado na materialização do CIOSP/SM que remete à empresas fornecedoras de softwares com grande poder de monopólio, como em [TR]S25: “*O sistema da contratada deverá utilizar mapas digitais e de satélites da base de dados do **Google Maps® e Google Earth®, ou equivalentes** e a licitante vencedora deverá apresentar a licença de uso assinada em contrato entre a licitante vencedora e a operadora de mapas.*” Nesse caso, destaca-se o imbricamento da segurança pública com serviços e sistemas de grandes grupos econômicos detentores de empresas de tecnologia, como o Alphabet/Google, que desenvolvem seus produtos com interesses de mercado, retomando a discussão sobre as tecnociências e a construção social das tecnologias (capítulo 2).

Também é evidente a “centralidade da tecnologia no projeto de segurança pública” expressa pelos discursos no TR. Sequências como [TR]S11: “*O software que gerenciará as câmeras, com vídeo analítico, será o coração de todo sistema e deverá ser de excelente qualidade [...].*” e [TR]S26: “*Controle de acesso nas vias públicas com cercamento da cidade através de câmeras e sistemas inteligentes de mobilidade urbana.*” desenham um projeto de segurança que é essencialmente estruturado por meio de elementos sociotécnicos, mas que não menciona investimento em recursos humanos ou estratégias para formação policial, por exemplo. Uma leitura solucionista parece querer depositar na tecnologia a esperança de resolução de problemas sociais, políticos e econômicos relacionados à segurança pública.

Além da solução dos problemas de segurança pela tecnologia, os discursos expressam uma leitura de segurança como sinônimo de controle. O aspecto “controle como estratégia de segurança” que caracteriza o objeto CIOSP aparece em [TR]S26: “*Controle de acesso nas vias públicas com cercamento da cidade através de câmeras e sistemas inteligentes de mobilidade urbana.*”, [TR]S27: “*Serão instalados um conjunto de câmeras com objetivo de controle e segurança para o município. Os equipamentos serão utilizados pela Guarda Municipal e agentes de trânsito.*” e [TR]S29: “*Atualmente é muito comum o cercamento eletrônico de cidades com objetivo de coibir a entrada, saída e circulação de veículos roubados, bem como ajudar nas investigações policiais do município*”. Sequências como essas demonstram que o entendimento e a prática de segurança através do controle faz parte do desenho de um modelo de segurança estabelecido por documentos e discursos institucionais, como é o TR.

A instauração do CIOSP/SM ainda expressa a existência de um “conceito de normalidade pré-definido”. Esse é um aspecto que aparece apenas uma vez nas sequências analisadas, no trecho [TR]S35: “*Quando for detectado um evento parametrizado como anormal pela Prefeitura Municipal, deve ser registrada, automaticamente, a imagem do veículo, sem a necessidade de intervenção manual.*”, mas evidencia a concepção de que os sistemas sociotécnicos aplicados para segurança sejam capazes de orientar comportamentos a partir de concepções prévias sobre o adequado ou inadequado, sem intervenção ou supervisão humana.

Um conceito de normalidade pré-definido também levanta questões sobre subjetividade e agenciamentos, assim como outro dos aspectos identificados nos discursos: “atuação dos operadores modulada pelas condições dos elementos sociotécnicos”. Este é o aspecto mais frequentemente acionado nas sequências desse discurso (28 vezes) e expressa

possibilidades de atuação das forças policiais atreladas às características dos elementos sociotécnicos acionados. É importante notar que a modulação sinaliza um tipo de orientação, mas não condiciona as práticas. As práticas subjetivas dos operadores dos sistemas não se anulam, mas são moduladas de acordo com o que o sistema ou o elemento possibilita como ação. A modulação tampouco se restringe à interação de operadores humanos e pode se expressar em algum nível orientação sobre o desenho do próprio objeto.

Pelo caráter e natureza do discurso - documento institucional que define requisitos e características dos sistemas e elementos contratados - é coerente que os enunciados descrevam modos de aplicação e operação dos elementos, bem como características técnicas que não mencionem diretamente o modo de operação. No entanto, entendemos que o desenho dos sistemas, dos equipamentos, e a própria arquitetura das salas são suficientes para modular procedimentos e modos de interação. O que se busca evidenciar é justamente o entrelaçamento entre os discursos e a materialização do objeto. A sequência [TR/S12]: “*O software deve fornecer interface para **acesso em smartphones e tablets.***” faz referência a um software de monitoramento das viaturas da Guarda Municipal e estabelece que a operação do referido software pelos agentes das forças de segurança se dará por meio de dispositivos móveis. Em [TR/S45]: “*A Prefeitura Municipal disponibilizará **uma linha telefônica e um Call Center** para comunicar a população da cidade com a central de operações e a contratada deverá fornecer um **aplicativo cidadão, para uso em smartphones**, o qual deverá estar disponível em, pelo menos, as duas lojas virtuais mais populares (Apple App Store e Google PlayStore).*” tem-se a descrição do modo de atendimento das ocorrências, o que, infere-se, modula as práticas e procedimentos adotados pelos operadores dos sistemas.

As sequências [TR/S14]: “***Controle de ociosidade de operadores, com alertas e envio de e-mail em caso de ociosidade.***” e [TR/S20]: “*O sistema deverá gerenciar uma frota de 84 (oitenta e quatro) veículos através de **rastreadores instalados nos veículos que deverão estar conectados a um software de gestão de frota**, o qual será disponibilizado na internet com acesso através de login e senha multinível para usuários.*” expressam um tipo de agência mais explícita, que monitora e controla os comportamentos dos agentes de segurança através de alertas de ociosidade e de dados detalhados sobre o uso das viaturas policiais, como ilustrado em [TR/S23]: “*O software deverá fornecer os seguintes relatórios: [...] Grid de visualização e monitoramento com **última posição, status das entradas e saídas, ignição, GPS, tempo parado, velocidade, ponto de referência, total de horas em funcionamento do motor, entre outras.***”. Isso ilustra uma ação de vigilância sobre as próprias forças de segurança.

De certa forma, esse aspecto pode estar também associado ao aspecto de “eficiência” atribuído ao CIOSP/SM, já que a análise de dados e monitoramento sobre as viaturas pode ser reivindicada para otimização e melhoria de práticas de segurança, bem como a melhor aplicação de recursos públicos. Este último é um aspecto que aparece no documento em referências ao aplicativo de rastreamento veicular das viaturas. A “otimização de recursos” é expressa em [TR]S19: *“Rastreamento veicular com gestão de frotas para 84 veículos (...) objetivo de redução de custos em trajetos desnecessários, otimização, padronização e roteirização de atendimento e até mesmo maior controle da utilização de combustível.”* Isso evidencia no objeto uma característica de zelo com o investimento público, que se expressa no agenciamento sobre as práticas dos agentes de segurança.

Por fim, identificamos um tipo de “função estratégica” atribuída ao objeto, em trechos do documento que evocam e atribuem ao projeto - ou aos elementos sociotécnicos - funções e finalidades. É possível ilustrar esse aspecto em [TR]S03: *“[...] visando à redução de custos aos cofres públicos e aumento dos índices de segurança, vê-se necessário a ampliação e atualização tecnológica da segurança eletrônica existente na cidade de Santa Maria, assim como a implantação de novos sistemas e novas tecnologias, totalmente integrada a fim de que se otimize os recursos públicos e busque a melhor utilização possível dos meios tecnológicos.”* e [TR]S27: *“Serão instalados um conjunto de câmeras com objetivo de controle e segurança para o município. Os equipamentos serão utilizados pela Guarda Municipal e agentes de trânsito.”* No primeiro exemplo há um tipo de função atribuída ao modelo de segurança integrado e sociotécnico, que diz respeito à otimização de recursos e ampliação da segurança. No segundo, a função é direcionada para os elementos sociotécnicos - as câmeras - , com expectativa de controle, mas também se estende ao modelo, já que os elementos são parte do desenho e da materialização do CIOSP/SM.

Há ainda uma atribuição que amplia a função estratégica do objeto em sentido temporal, de modo a garantir possibilidades de atuação e agenciamentos futuros. Desse modo, o documento descreve funções do objeto considerando possibilidades de ampliação, como em [TR]S30: *“Embora autuar infratores não seja o objetivo principal, como já mencionado, o equipamento deverá estar apto para tal, em conformidade com toda legislação vigente da DETRAN, CONTRAN, INMETRO e todos os órgãos referentes. Inicialmente o uso será somente para controle e segurança, mas pode a qualquer tempo ao longo do contrato a Prefeitura Municipal de Santa Maria solicitar à contratada que habilite os equipamentos tecnicamente para realizar autuações.* A função estratégica se expressa também ao caracterizar um objeto apto a sanar demandas futuras.

A instauração do CIOSP em Santa Maria representa objetivos e metas formalmente estabelecidos, mas também desejos, expectativas e subjetividades que só são possíveis de serem identificadas nas entrelinhas do discurso. Os aspectos apresentados a partir da análise do TR têm caráter institucional, porque têm respaldo dos órgãos de governo municipais, espelhados em órgãos e legislações estaduais e federais, como já mencionado. Mas o discurso não está livre de afetações, como limitações das tecnologias disponíveis do mercado (dimensão material) - que orientam a escrita do documento - ou embasamentos, referências e experiências dos agentes de segurança envolvidos no processo de elaboração e operação (dimensão operacional). Todas essas categorias de afetações e dimensões do objeto expressas no Termo de Referência são parte formativa essencial do que se materializa como o CIOSP/SM.

5.2.2 Percepções materializadas: CIOSP/SM pelos sujeitos

Neste item, descrevemos a análise discursiva das três entrevistas realizadas de modo independente, preservando as particularidades de cada um dos conjuntos e evidenciando acionamentos característicos de cada uma das dimensões compreendidas pelas entrevistas. Apresentamos as inferências tomadas a partir dos procedimentos descritos no item 4.1 e os aspectos formativos do objeto identificados pelo exercício de análise. Desse modo complementamos o desenho descritivo do CIOSP/SM e avançamos na construção de uma cartografia sobre o objeto, acrescentando novas perspectivas e camadas de conhecimento sobre ele.

5.2.2.1 Entrevista 01: dimensão institucional

O primeiro entrevistado (E01) foi o Superintendente do CIOSP/SM. Ele é Tenente da Brigada Militar e foi Superintendente da Guarda Municipal de Santa Maria, até ser convidado pelo Prefeito da cidade para assumir o planejamento do projeto e a coordenação do CIOSP/SM em 2018. Da entrevista foram destacadas 46 sequências discursivas,⁴⁸ nas quais identificamos aspectos formativos capazes de contribuir para a descrição do objeto. Pelo cargo que ocupa, a entrevista foi elaborada de modo a corresponder aspectos da dimensão institucional do objeto, explorando características, expectativas e percepções em relação ao objeto e à segurança pública materializada por ele. Os discursos expressam uma variedade de

⁴⁸ Disponível em: <http://bit.ly/sequênciasCIOSP> e <https://osf.io/yv345>

aspectos que formam um objeto complexo e emaranhado. Alguns deles repetem características já identificadas no conjunto discursivo do TR, enquanto outros aparecem pela primeira vez. Para descrição, alguns aspectos podem ser agrupados e outros suprimidos, de modo a simplificar a compreensão e a leitura do objeto.

A primeira sequência da entrevista já aponta a dimensão de que se objetiva explorar: [E01]S01: “[...] **era uma vontade política** do governo do Prefeito Jorge Pozzobom de reestruturar a parte do cercamento eletrônico e ele me disse que ele queria mudar isso pra melhor.” destaca a “ação política” como aspecto do objeto que caracteriza sua formação. Na ação política há um certo teor de pessoalidade, envolvendo os atores envolvidos, como em [E01]S03: “**E eu fui convidado** pelo governo a vir coordenar o projeto CIOSP.” De modo geral, esse aspecto destaca movimentações de poder e arranjos que possibilitam a instauração do objeto.

Na sequência [E01]S04: “**É uma iniciativa do município**, em conjunto com os órgãos de segurança. [...]” a ação política também é acionada, mas dessa vez entrelaçada com o “caráter institucional” do objeto. A menção à entidade administrativa e aos órgãos de segurança assegura um tipo de legitimidade institucional, imbricada na materialização do CIOSP/SM. O caráter institucional diz sobre o acionamento da institucionalidade de órgãos, legislações e governo para a materialização do objeto. Esse aspecto aparece frequentemente associado à “orientação legal” na qual o objeto está ancorado.

Em sequências como [E01]S05: “**Existe um uma legislação, uma portaria, um decreto do Estado que fala desses centros integrados, né, e cria a possibilidade dos municípios conveniar com o Governo do Estado. Então o Município de Santa Maria, ele é conveniado com o Governo do Estado. Ele compõe o Sistema Integrado Municipal que é o SIM, né. O SIM tá dentro de uma ideia do SUSP que é o Sistema Único de Segurança Pública, e da SENASP também, Secretaria Nacional de Segurança Pública, que fala sobre essa integração dos órgãos de segurança pública.**” e [E01]S07: “**O objetivo dessa integração é uma maior troca de informações entre os órgãos, né, ter o apoio de cada órgão, porque a gente entende que as ocorrências elas demandam mais de um órgão que não só um órgão de polícia. [...]. Então pra nós foi fundamental buscar essa legislação que possibilitasse essa integração.**” a legitimação se dá tanto a partir da institucionalidade dos órgãos acionados quanto do respaldo legal para a materialização do projeto.

“Eficiência” é um aspecto destacado com frequência também nesse conjunto discursivo e aparece associado à “ampliação da segurança pela tecnologia”, “materialização da segurança pela tecnologia” e “garantia de segurança”. Esses aspectos expressam entre si

expectativas semelhantes no que diz respeito ao uso da tecnologia para operacionalização da segurança e para solução de problemas relacionados, como já falamos no item anterior a partir do TR. A sequência [E01]S40 ilustra o entrelaçamento entre todos esses aspectos: *“Eu posso afirmar que eu consigo, com esses mecanismos, essas ferramentas, **trazer um resultado melhor no atendimento da ocorrência que eu vou ser despachado. O cidadão não sente, ele não vai sentir segurança por isso, ele vai sentir segurança quando a polícia responde, quando o bandido não atua. E o profissional de segurança ele necessita dessas ferramentas pra fazer uma melhor resposta pra comunidade, pra que o gestor possa fazer uma melhor aplicação dos recursos que tem. Então eu atribuo a tecnologia extremamente importante e ela vai, sim, indiretamente, trazer uma resposta pra sociedade. Mas o cidadão não tem essa compreensão. O cidadão quer ver o policial chegar lá rápido. O que faz ele chegar lá rápido é um GPS embarcado, é uma identificação no local exato da onde ele se encontra e que eu possa chegar a um menor tempo possível.**”*

Essa sequência também remete a outros aspectos relacionados: o entendimento da “presença policial como sinônimo de segurança” e a “presença policial ampliada pela tecnologia”. Esses dois aspectos são acionados de maneira conjunta e expressam a construção do CIOSP/SM a partir do entendimento de que segurança depende da presença de agentes policiais ou, em sentido inverso, que a presença policial garante a segurança. Desse modo, a expectativa de que os elementos sociotécnicos que compõem o CIOSP/SM podem ampliar a capacidade humana e substituir a presença das forças de segurança resulta na caracterização do objeto como uma iniciativa que garante e que amplia em si mesmo a segurança pública, como ilustrado em [E01]S19: *“Não existe a condição mais de se ter um policial em cada local. Então, trabalhando com isso aí, o policial não pode estar presente em todos os locais. Então isso é um ponto. Eu tenho que buscar meios que me auxiliem nisso aí. **E a câmera hoje, sim, ela é inibidor da criminalidade. E ela nos traz a condição de, havendo a prática de crime, eu possa buscar a autoria desse crime, a identificação desse criminoso. Eu posso entender o processo que aconteceu no local, visualizando a imagem, nos traz um dado importante, né. Embora nem sempre ela vá refletir a verdade, porque na inteligência a gente analisa não só uma fonte, não só uma imagem. [...] Mas hoje eu te afirmo, sim, que a câmera é um dispositivo que tem auxiliado bastante a segurança pública. Ela é extremamente eficaz e eficiente, a sua implementação em locais de criminalidade. [...]. Então quando a presença do Estado ou do Município ela se faz lá, isso inibe, sim, e a câmera é algo fundamental pra nós.**”*

A entrevista também indica o “controle de comportamentos” como aspecto do objeto. Esse controle aparece associado a uma “função estratégica”, que caracteriza uma demanda a ser cumprida pelo objeto, como também já consta no Termo de Referência. De modo geral, a “função estratégica” é um aspecto que se repete ao longo de toda a entrevista e aparece em várias sequências, associada a diversos outros aspectos. Um exemplo desses diferentes aspectos atuando juntos no discurso é a sequência [E01]S18: “[...] **Visando o quê? Coibir, impedir.** Eu tenho uma concepção comigo e não é só, a polícia tem essa, que quando tu é acionado pra uma demanda, a gente já falhou. A gente falhou no planejamento operacional. **É previsível? muitas delas são previsíveis.** Então ter a presença policial naquele local é necessário. **Então tu está impedindo o crime já com a presença.** Agora quando o criminoso, ele cometeu o fato, é porque tu não estava ali, é porque ele se sentiu à vontade de cometer o crime e de poder atuar ali.” Aqui tem-se uma função estratégica que é justamente controlar e inibir comportamentos socialmente indesejados ou inadequados pela “presença policial como sinônimo de segurança”. Fica evidente como os aspectos são retomados entre um e outro discurso e como acionam-se mutuamente em diferentes sequências.

Assim como no TR, a “centralidade da tecnologia no projeto de segurança pública” aparece no discurso do Superintendente, mas aqui diretamente associada à “indissociabilidade entre segurança e tecnologia”. São evidentes em sequências como [E01]S33: “**Não tem como pensar hoje não ter um Centro Integrado, hoje, que atenda a essa demanda da segurança pública. A tecnologia é extremamente importante, ela tá na vida das pessoas, ela diminui o tempo e aumenta o conhecimento, aumenta as chances dela ter uma qualidade de vida melhor.**” e [E01]S43: “**Segurança pública hoje... CIOSP tá dentro da segurança pública, segurança pública está, sim, dentro do CIOSP, né. Eu não consigo hoje separar os dois. Pra mim eu vejo uma coisa só [...].**” Nesse sentido, o projeto CIOSP/SM se sustenta essencialmente pelo aparato sociotécnico acionado, enquanto os discursos parecem evidenciar mais a tecnologia do modelo do que estratégias sociais, educacionais e culturais para promoção da segurança, por exemplo.

Outro aspecto do CIOSP/SM é a sinalização de um tipo de “referência/modelo”, por ora espelhando-se ele mesmo em outras iniciativas, outras vezes sendo tomado como modelo para outros projetos. Como em [E01]S37: “**Eu vejo hoje que o CIOSP é um modelo a ser seguido.** E a gente pode falar na prática que os municípios estão, né, vindo aqui em Santa Maria pra copiar o nosso modelo [...].” ou [E01]S13: “[...] a gente não inventou a roda, **a gente simplesmente foi buscar o que era de melhor.** A gente sabia que já tinha projetos andando, né, a nível estadual, e a gente buscou nesses municípios aí, cada um tinha uma

peculiaridade. [...] Com isso, a gente deu o nosso tempero que eu disse, né, não existe uma receita de bolo pra isso. A gente foi botando tudo que a gente achava que era de melhor pra cá. Isso gerou, nem nós não esperávamos que o CIOSP tivesse essa divulgação, essa amplitude de trabalho aí.”

Ao mesmo tempo, isso remete a um tipo de “particularidade e adaptação” do objeto. Mesmo representando um modelo institucionalizado e espelhando-se em outras iniciativas - e por vezes também servindo como modelo e referência - o objeto ainda preserva contexto, particularidades, características locais. As demandas e funções estratégicas de cada projeto são diferentes, bem como suas condições de instauração. [E01]S12: “[...], fizemos um trabalho de pesquisa em municípios que já haviam implantado. **Buscamos o que a gente identificava que era necessário para o município e, isso aí eu acho muito importante: cada município tem a sua peculiaridade.** Então a gente buscou, dentro das necessidades do Município de Santa Maria, tirar o que era importante de cada um desses projetos que a gente viu em outros municípios. [...]”

O CIOSP/SM também evoca a “aceitação da opinião pública” como um aspecto essencial para a instauração desse modelo de segurança. Ela dá respaldo e assegura sua legitimidade institucional. [E01]S35: “**A mudança, isso não é eu que estou dizendo, mas é a própria comunidade que entende, que Santa Maria, a segurança pública, é uma antes do CIOSP e ela passa a ser outra após a criação, implantação do CIOSP.** Então houve essa mudança... [...] Mudou a ideia de integração, né, ela aproximou os agentes públicos e melhorou no número de, na redução de indicadores criminais. Então isso foi visível. E o sentimento de segurança, também, isso aumentou bastante com a criação do CIOSP.”

Também identificamos em uma ocorrência aspectos como “busca pela verdade” e “bem comum acima de interesses individuais”. Nesse caso, possíveis constrangimentos individuais são considerados irrelevantes se o propósito for coletivo, reforçando a construção de uma imagem pública do objeto orientada ao bem comum. [E01]S30: “[...] Claro que, vou te dar uma imagem dum fato, dum crime cometido, a pessoa que cometeu esse fato e ela não vai gostar, ela vai prejudicar, porque ela vai identificar essa pessoa. **Mas entendemos hoje que esse objetivo ele cumpre a lei. Daqui a pouco ela vai constranger uma pessoa sobre determinada ação dela lá, comportamento lá, que também prejudicam a pessoa ali, mas tudo em face do cumprimento da lei, da verdade, né.** Então, eu destaco sempre como positiva a imagem. Ela pode ser usada de forma a prejudicar? Sim, mas ela não tem esse objetivo aqui. **Aqui é trazer a verdade, a solução, doa a quem doer.**”

Esse tipo de ação por interesses coletivos remete a uma tentativa de legitimação do modelo de segurança que também aparece pelo aspecto de “legitimidade garantida por índices e números”. Nesse caso, dados e índices são discursivamente acionados como pilares de sustentação do modelo sociotécnico de segurança que o CIOSP/SM representa, de modo a reafirmar uma expectativa de eficiência, garantia e ampliação da segurança pública. [E01]S44: “[...] *Conhecendo os níveis de insegurança, de comportamento de pessoas de outros locais, não só de Santa Maria, eu afirmo que Santa Maria é uma cidade segura, que ela está dentro daquilo que a gente entende que, pelo número de cidadãos que nós temos aqui, ela tá dentro de indicadores aceitáveis pra gente afirmar que Santa Maria é uma cidade segura [...].*”

Todos esses aspectos são identificados a partir da dimensão institucional do objeto e evocam enunciados que são refletidos no desenho do projeto e na tomada estratégica de decisões na segurança pública em Santa Maria. Além desses, aparecem o papel central da empresa contratada para prestação dos serviços, pelo aspecto de “associação com atores de capital privado na segurança pública”, a necessidade de “investimento financeiro” para instauração do projeto e uma preocupação com a “otimização de recursos”, dentre outros aspectos que explicitam uma percepção sobre o CIOSP/SM do ponto de vista institucional, mas que também incide sobre suas dimensões material e operacional.

5.2.2.2 Entrevista 02: dimensão operacional

A segunda entrevista (E02) foi realizada com um dos Guardas Civis Municipais que atua no CIOSP/SM. Ele é servidor da Guarda Municipal e atua no CIOSP desde sua fundação em 2018, quando foi realocado juntamente com outros servidores da GM. Ele opera os sistemas que fazem parte do CIOSP, como os alarmes, controles semafóricos e sistemas de videomonitoramento. Pelo caráter de sua ocupação, o roteiro da entrevista foi desenhado de modo a alcançar a dimensão operacional do objeto. Do conjunto discursivo foram sinalizadas 31 sequências que indicam algum aspecto formativo do objeto.

Os discursos evidenciam um aspecto de “identificação com o projeto”, que aponta uma relação sujeito-objeto para além das práticas operacionais. Há um tipo de afetação direta entre o autor do enunciado e o objeto do qual fala, e ele percebe-se como parte do objeto. [E02]S01: “*Sou pedra fundamental do CIOSP.*” O entrevistado atua no CIOSP/SM desde sua instauração e percebe seu trabalho como motor para a operação e a prática da segurança que o modelo propõe. Para ele, o trabalho de segurança em Santa Maria é reorganizado pelo

modelo integrado do CIOSP e pelos sistemas sociotécnicos que o compõem. [E02]S13: “[...] **organizou muito a nossa plataforma de trabalho, porque tu tem muita informação registrada ali que, até então, tu não tinha essas informações, né. Hoje, se eu precisar buscar uma ocorrência lá do ano passado, eu vou digitar ali palavras-chave e vou buscar essa ocorrência. Facilitou muito a questão da informação né? De gerenciamento, de fazer até uma questão, assim, de criar parâmetros, né [...].**” Essa sequência expressa um aspecto do objeto que diz respeito à “alteração nas práticas operacionais dos agentes policiais”, tangenciando também uma “atualização constante” requerida pelo objeto.

Nesse discurso, a “integração entre sistemas” é um reflexo da alteração nas práticas dos agentes policiais. A sequência [E02]S12: “**Facilidade do sistema é que a gente tem integrado com as outras forças, coisas que a gente não consegue na nossa bancada, como eu falei anteriormente, a gente recorre a certos cliques do DMT, certos acessos da Brigada, porque existe essa integração das forças de segurança. Então, coisas que eu me sinto limitado, eu uso com a força auxiliar, ou melhor, uso as outras forças como informação e a resposta é dada, porque aqui é um Centro Integrado, né, uma troca mútua.**” ilustra essa integração, juntamente com um tipo de “associação entre atores de diferentes naturezas”.

A “atuação dos operadores modulada pelas condições dos elementos sociotécnicos” aparece 13 vezes em 31 sequências, destacando, como esperado, a dimensão operacional do objeto. Esses trechos evidenciam as práticas dos agentes policiais em relação às condições dos sistemas operados, moduladas pelo que os sistemas possibilitam enquanto funcionalidade: [E02]S09: “**Olha, sempre que na medida do possível, a gente faz o que está ao nosso alcance, né. O que acontece, por exemplo, tem câmeras que elas fazem presets e giram trezentos e sessenta graus. Nem sempre a gente pega o fato em si. Nós podemos pegar, muitas vezes, o pós-crime, e isso ajuda muito. Mas aí a critério mais investigativo. [...].**” e [E02]S10: “[...] **a gente busca o que temos disponível também né, não podemos ir além.**”. O tipo de informação a que os operadores têm acesso e as possibilidades de ação sobre os sistemas, dependem diretamente da demanda a que tais sistemas são projetados para resolver. Quando tecnologias desenvolvidas para vigilância privada são transferidas para o setor público, as demandas a serem resolvidas apresentam diferentes níveis de complexidade e podem exigir funcionalidades distintas. Isso permite questionar a viabilidade desses acordos para a efetividade da segurança aplicada, considerando que o modo de desenvolvimento, comercialização e aplicação dessas tecnologias atravessam a segurança pública.

O aspecto da “garantia de segurança” atribuída ao modelo CIOSP aparece mais uma vez, relacionada novamente com a “materialização da segurança pela tecnologia” e com a

“ampliação da segurança pela tecnologia”. É interessante ressaltar essa recorrência de aspectos entre as entrevistas porque ela reforça os entrelaçamentos entre os discursos e os aspectos que atravessam as dimensões do objeto. A sequência a seguir ilustra a percepção da garantia, ampliação e materialização da segurança: [E02]S23: *“Eu me sinto mais seguro. [...] Me sinto mais seguro em saber que, digamos, que uma câmera, ela pode até não coibir um crime, e não vai coibir. É só, entre aspas, uma câmera. Mas ela vai dar uma resposta mais rápida à questão da elucidação do crime. E isso dá um certo conforto.”*

Outro aspecto que se repete neste discurso é o da “presença policial como sinônimo de segurança” e “presença policial ampliada pela tecnologia”. Ambos já apareceram associados em E01. [E02]S17: *“[...] Eu tenho cem escolas, uns cem postos de saúde. Se eu tiver que botar um guarda municipal lá pra tomar conta do patrimônio, vão ser cem guardas disponíveis que nós não temos. E através das câmeras a gente procura monitorar esses postos. Onde um acusar problema - que por exemplo ele é supervisionado pela empresa X, que faz a parte de alarmes - no momento que deu um problema lá, nós fomos informados, a gente desloca uma equipe. Onde deu problema. Ao invés de ter cem guardas disponíveis, um em cada local. Então isso aí já ajuda a enxugar e mostrar eficiência de certa forma.”* O aspecto de “eficiência” é acionado neste trecho e também ao longo de várias outras sequências, destacando mais um aspecto inerente à formação discursiva do objeto que atravessa diferentes conjuntos discursivos.

São retomados também os aspectos de “centralidade da tecnologia no projeto de segurança pública”, em [E02]S28: *“Tecnologia é tudo, né. É a informação. A informação ela é mais letal, muitas vezes, do que a própria arma de fogo.”*, e de “indissociabilidade entre segurança e tecnologia”, em [E02]S29: *“Olha, sem tecnologia, segurança pública sem tecnologia seria só cerceamento de direito. Colocar uma pessoa em cárcere privado. Caso contrário a tecnologia tem que estar disponível. [...] Porque a tecnologia ela ajuda o quê? A monitorar, sem precisar necessariamente cercear. Seria esse o meu entendimento.”*

Já a “função estratégica” do objeto aqui parece mais orientada ao combate ao crime e ao “controle de comportamentos”: [E02]S04: *“[...] a criminalidade hoje ela tá disseminada em todo o município, né? Já não podemos ver pelo lado assim de, a região periférica é mais violenta. Porque ocorrem crimes também, bem, digamos assim, pontuais, em pleno centro, né? [...] A criminalidade, ela está disseminada e a gente tenta cercar isso aí com tecnologia.”* Esse controle se expressa também em relação com o aspecto de “bem comum acima de interesses individuais”, explorando o controle como aspecto essencial para segurança: [E02]S25: *“Por exemplo, nós temos câmeras nos acessos à cidade. Isso é uma*

coisa, assim, que, em questão de segurança pública, tu tem que saber quem vem a cidade, quem sai da cidade e por quais motivos. Então isso ajuda a fazer um certo cerceamento de controle. Que acredito que a segurança começa por aí. Tu tem que ter um controle.”

Nesse discurso, vários aspectos da dimensão institucional são retomados, o que pode indicar certo atravessamento entre institucionalidade e operacionalização da segurança pelo modelo CIOSP. Há também certo destaque de aspectos práticos, como a garantia de segurança e a modulação das operações pelas características dos elementos sociotécnicos. Nas entrelinhas, pela função estratégica, o combate à criminalidade também merece sinalização, já que as sequências apontam um tom combativo, que parece confiar na solução da criminalidade por meio dos elementos sociotécnicos. Mais uma vez reforça-se o entrelaçamento entre as dimensões institucional, operacional e material.

5.2.2.3 Entrevista 03: dimensão material

A terceira e última entrevista (E03) foi realizada com o Diretor Operacional da empresa Vigillare, vencedora da licitação e contratada para prestar serviços de segurança eletrônica em Santa Maria. Pelo caráter atribuído à empresa através do Termo de Referência, que delega a ela o fornecimento de todos os elementos sociotécnicos e infraestrutura para funcionamento do CIOSP/SM, a entrevista foi elaborada de modo a corresponder à dimensão material do objeto. Assim, exploramos aspectos formativos com ênfase nas características materiais dos sistemas e do projeto CIOSP como um todo. O discurso analisado ofereceu 49 sequências com características formativas do objeto.

As sequências desse conjunto discursivo expressam uma grande variedade de aspectos, retomando muitos que já aparecem nos discursos apresentados até aqui. Aspectos de “eficiência”, “garantia de segurança”, “ampliação da segurança pela tecnologia” e “materialização da segurança pela tecnologia” aparecem frequentemente juntos, assim como nos demais conjuntos discursivos que os acionam. As sequências [E03]S16: “[...] Um vigilante hoje ele tá cuidando aqui na frente, mas não sabe o que tá acontecendo lá no fundo, pela janela do fundo. **O sistema eletrônico me diz isso. Tão entrando lá pela aquela janela da sala X, pode ir lá que é lá que tão entrando. Entendeu? Hoje ainda te dá essa segurança maior. Além da sensação de segurança, porque a gente prova que dá a segurança, tu tá toda hora mostrando.**” e [E03]S19: “[a tecnologia] ela ajuda bastante na segurança. Claro, tem toda a parte de inteligência, das pessoas envolvidos. **Mas isso facilita com que uma investigação que ia levar trinta dias pra ser desvendada [...] às vezes acontece às nove horas**

da manhã, dez horas da manhã eles sabem quem é, o carro, a placa [...].” são exemplos do acionamento desses aspectos nesse conjunto discursivo.

A “centralidade da tecnologia no projeto de segurança pública” e a “indissociabilidade entre segurança e tecnologia”, que também estão presentes nos demais discursos já apresentados, aparecem em sequências como [E03]S38: **“Segurança pública e tecnologia. Não existe os dois separados mais, né? Não existe. [...] E tudo que se fala em tecnologia hoje, hoje em dia, tudo que é empresa privada, ela tem que ter, ela trabalha com tecnologia. [...] Agora o órgão público que quer ter um cercamento eletrônico, como é que vai ter um cercamento eletrônico sem tecnologia? A tecnologia caminha em todo o ramo, não é só segurança [...].”** O aspecto que indica no CIOSP/SM um tipo de “referência/modelo” está em sequências como [E03]S30: **“[...] aqui é um case, né, Santa Maria virou um case, tá? Então assim, ninguém tem o que eles tem aqui.”** e [E03]S31: **“Então elas vem ver o que, bom, o que que é tão diferente, o que que vocês tem tão tecnológico aqui que é diferente de lá, que todo mundo fala.”**, e remete a certa legitimidade atribuída ao CIOSP/SM por meio do interesse público em conhecer o projeto.

“Controle como estratégia de segurança” e “controle de comportamentos” são evidenciados em sequências que remetem a estratégias de monitoramento da circulação nas vias urbanas, como [E03]S15: **“A gente consegue dizer que, hoje, todo mundo que entra e sai de dentro da Santa Maria, a gente consegue saber que horas que entrou e que horas que saiu. E por onde andou dentro de Santa Maria. E placa, o proprietário, tudo aqui dentro, sai tudo aqui de dentro. A pessoa, o carro tal, de quem que é, qual é o carro, quando foi que ele comprou aquele carro, tá tudo ali dentro. Então eu acredito que hoje público e privado não conseguem trabalhar mais sem ter uma tecnologia de segurança, segurança na tecnologia, né.”** De forma ainda mais evidente, esses aspectos estão presentes quando o entrevistado fala sobre ações de inibição e controle de comportamentos indesejados, como atos infracionais, por meio da vigilância. [E03]S40: **“Mas o que que Santa Maria tá fazendo? Ela tá cercando esses problemas, tá cercando. E aquela pessoa que rouba em tal lugar lá, ela já sabe: ‘aqui se eu roubar vão me pegar, já me pegaram duas vezes, sabem que eu sou eu já e tão me vendo’. ‘Ó tem uma câmera ali’. Entendeu? Tu dá mais segurança pras pessoas que tão ali circulando.”** Assim, a existência do sistema de videomonitoramento seria suficiente para inibir ações de criminalidade nas áreas cobertas e, por consequência, garantir um tipo de segurança sustentada não pela mitigação do problema, mas pelo controle das ações. Em [E03]S43: **“[as ocorrências] Diminuem porque enquanto uma pessoa, acredito eu, que se ela sabe que está sendo monitorada aqui, ela vai deixar de fazer aqui e vai fazer na**

cidade vizinha.” está explícito que o problema a ser controlado não é a ação ou o comportamento indesejado, mas sim o espaço onde ele acontece.

Para além desses aspectos que já haviam sido acionados nos discursos anteriores, outros ainda recebem destaque na formação do objeto a partir da dimensão material. Tem-se aqui um objeto que se estabelece através de forte atuação de atores de interesse privado. O “protagonismo da empresa contratada”, por exemplo, é um dos aspectos mais acionados no discurso e remete a sequências que expressam a demanda de fornecimento de equipamentos e sistemas básicos para a instauração do projeto, como [E03]S03: *“Tudo é fornecido. Hoje a Prefeitura ela entra com o prédio. O CIOSP hoje, o prédio do CIOSP é cedido pela Prefeitura pra nós montarmos a estrutura. Então toda tecnologia embarcada dentro do CIOSP é a Vigillare que é detentora do equipamento, do software, e toda a tecnologia envolvida em volta. [...] A sala de operações toda, a sala da Brigada toda, é por nossa conta. Isso aqui por nossa conta. [...] Toda a estrutura física, isso. Eles entraram com o prédio, né, a gente entrou com a solução, com a parte arquitetônica e trouxe tudo montado pra eles.”* Essa mesma sequência ainda aciona uma “relação de dependência entre o poder público e privado”, que acaba sendo característica formativa do objeto.

Além disso, o “protagonismo da empresa contratada” também fica evidente em [E03]S49: *“[...] O próprio setor público, quando eu atendo um posto de saúde ou uma escola, quem dá a primeira resposta é a Vigillare. Hoje o nosso contrato prevê um pronto atendimento, eu dou a primeira resposta. E eu, de lá, com a situação já controlada, eu aciono os órgãos de segurança pública, Guarda Municipal ou Brigada Militar. [...] Quem chega primeiro sempre nas ações onde a Vigillare atua é a Vigillare, sempre a Vigillare chega primeiro.”* que destaca a atuação da empresa de forma mais ativa e presente que as próprias forças de segurança pública, expressando ainda o aspecto de “diminuição do poder do Estado” como característica do modelo de segurança materializado.

O protagonismo chama consigo outros dois aspectos relacionados: a “identificação com o projeto” e a “participação da empresa na materialização do projeto”. Todos eles remetem ao papel atribuído à empresa contratada, seja a partir da dimensão institucional, pelo estabelecido em contrato; da operação da segurança por meio dos sistemas e ações operacionais; ou ainda pelo próprio acionamento material, como a manutenção dos equipamentos. É possível ilustrar em [E03]S20: *“[...] hoje pra mim é um orgulho ter participado do processo inicial lá dentro do que é a implantação do sistema e ver o resultado que hoje dá. É números, né? É os resultados mostrando números positivos. É muito interessante.”* ou ainda [E03]S28: *“[...] a gente entende que é uma parceria e se der*

qualquer problema reflete na segurança pública. Quando fala em segurança pública da cidade fala CIOSP, quando fala CIOSP, envolve a Vigillare também.”

Há um evidente entrelaçamento entre o objeto e a empresa contratada, onde quase não é possível apontar os limites de atuação de um ou outro. Em alguns trechos o entrevistado expõe que mesmo os papéis estabelecidos institucionalmente por meio do contrato não são balizadores das ações e estratégias adotadas, como em [E03]S02: “[...] *A gente tem uma parceria hoje com o município forte. Por que eu digo parceria? Porque a gente não mede esforços pra trabalhar só o que diz as letras do contrato. As cláusulas do contrato. Se a gente precisar sair um pouquinho fora duma cláusula pra resolver um problema que a gente sabe que vai ajudar o município, a gente não mede esforços.*” Parece existir a percepção de que há uma certa “horizontalidade entre empresa e Estado”, onde ambos ocupam papéis igualmente importantes e estratégicos para a segurança pública de Santa Maria. Na sequência [E03]S28: “[...] *a gente entende que é uma parceria e se der qualquer problema reflete na segurança pública. Quando fala em segurança pública da cidade fala CIOSP, quando fala CIOSP, envolve a Vigillare também.*” não há mais peso da dimensão institucional sobre a dimensão material, mas sim um entrelaçamento de ambas para instauração do CIOSP/SM e aplicação da segurança pública.

Há diversas sequências significativas nesse conjunto discursivo e, pela natureza e autoria do discurso, muitas delas destacam a atuação da empresa contratada e sua importância para a segurança pública em Santa Maria. Além das já ilustradas acima, a sequência [E03]S48 retoma uma condição discursiva que posiciona a empresa de forma atuante e efetiva na segurança, enquanto aponta lacunas deixadas pela atuação do poder público, buscando acionar certa “legitimidade da empresa contratada”: “*Hoje a gente trabalha com quatro mil clientes em Santa Maria. Quando a gente fala segurança pública, quando tu contrata um serviço de segurança privada pra ti, é porque em algum momento a Pública não supriu. É alguma segurança que a pública não te dá. Então a Vigillare hoje ela participa dos resultados da segurança pública da cidade. Quando eu digo que o cliente lá da Vila Tal ela tem uma câmara lá na esquina na casa dela e pega toda a situação dela lá, dispara o alarme, então a gente consegue identificar, a gente tá trabalhando segurança pública. [...] Como a Vigillare entende isso? Entende que eu estou em todos os cantos da cidade. Não tem um bairro, uma vila que eu não estou lá dentro, entendeu?*”

Em geral, esse discurso expressa mais características políticas e neoliberais sobre o objeto do que aspectos formativos do CIOSP/SM através de sua dimensão material. No entanto, essas características são justamente acionadas por ela, já que o entrelaçamento entre a

dimensão institucional e material oferece um cenário para a evidência de tais características, onde interesses públicos (Prefeitura/CIOSP) e privados (Vigillare) se mesclam e não é possível diferenciá-los na prática da segurança pública (dimensão operacional).

5.3 CIOSP/SM: A EXPRESSÃO DE UM DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Os discursos tomados como material de análise evidenciam aspectos sobre o objeto que nos permitem avançar sobre o caráter do CIOSP/SM como projeto/modelo para segurança pública. As inferências e reflexões provocadas pela análise das sequências discursivas nos levam pelo emaranhado de linhas que o objeto representa e possibilitam a identificação de um objeto-dispositivo. Os aspectos identificados anteriormente nos discursos, agora recebem uma nova camada de análise e são agrupados a partir de afinidades, coerências ou modos de expressão semelhantes. Esse novo tratamento sobre os aspectos representa um movimento de aproximação dos discursos com a teoria, buscando responder ao objeto específico (c) e evidenciar a expressão de um dispositivo sociotécnico de segurança pública.

Identificamos a recorrência de aspectos que descrevem e formam o objeto CIOSP/SM acionando características de um dispositivo. **Função estratégica, eficiência, controle sobre o acontecimento, agenciamentos, centralidade sociotécnica e caráter neoliberal**⁴⁹ são as principais características do objeto que remetem à condição de dispositivo de segurança. Outros aspectos e leituras do objeto também podem atravessar essa análise ao longo desta seção, de modo a aproximar características ou contribuir para o enriquecimento da reflexão.

Foucault (2017a) fala da multiplicidade e heterogeneidade de elementos e conexões, características de um dispositivo; dos diferentes modos de relação, forças e disputas que podem ser estabelecidas entre eles; e de uma camada estratégica que sustenta a existência de um dispositivo. Ele é, portanto, sempre estratégico, no sentido em que atua para organizar relações de força por meio de uma “intervenção racional e organizada”, que visa responder a objetivos ou demandas de poder em um contexto determinado (FOUCAULT, 2017a, p. 367).

No CIOSP/SM é possível identificar entrelaçamentos entre uma variedade de elementos, atores, instituições, forças, discursos, etc., além de diferentes tipos de acionamento entre esse emaranhado. Há associações entre diferentes níveis de poder (municipal, estadual e federal), em diferentes sentidos e com diferentes funções. Ainda seguindo Foucault (2017a),

⁴⁹ O agrupamento dos aspectos e as sequências discursivas de referência estão disponíveis em: <http://bit.ly/sequênciasCIOSP> e <https://osf.io/yv345>

entendemos que o dispositivo está instaurado justamente nas relações, conexões e associações de todos os tipos, entre elementos de todas as naturezas que compõem ou venham a compor o objeto. Ele é a rede, o entrelaçamento.

Nos discursos que formam o escopo dessa pesquisa, é evidente o vínculo entre as dimensões investigadas. Embora cada uma das entrevistas corresponda a uma das dimensões elencadas, em todas elas há acionamentos e referências às outras, o que evidencia que nenhuma dimensão do objeto está isolada e que há um imbricamento constante entre elas. É, pois, esse imbricamento que solidifica o dispositivo, a impossibilidade de que ele exista sem acionamentos mútuos entre as linhas de força e disputa que o caracterizam. Do ponto de onde observamos o CIOSP/SM, o acionamento simultâneo das dimensões institucional, operacional e material permite caracterizá-lo como expressão do dispositivo. As dimensões também são importantes para o desenho deste dispositivo de segurança em específico, já que outras dimensões poderiam revelar outros aspectos discursivos de formação do objeto.

A primeira característica do CIOSP/SM como expressão de um dispositivo de segurança, é sua **função estratégica**: ele existe para o cumprir uma demanda - ou mais de uma - que tem certo caráter de urgência. A validade do objeto e do modelo de segurança que ele representa são confirmadas pelas funções que exercem e pelas demandas que eles solucionam: segurança, monitoramento e combate ao crime são exemplos de demandas de segurança pública sobre as quais o CIOSP/SM atua. Nos discursos sobre o objeto, é possível identificar incidências que explicitam funções e expectativas de atuação, que depositam confiança e que confiam na segurança imediata garantida pelo CIOSP/SM.

O CIOSP/SM responde a demandas no âmbito institucional (Lei nº 13.675/2018, Decreto Federal nº 10.822/2021 e Decreto Estadual nº 54.426/2018), no âmbito operacional (práticas de segurança pública) e material (câmeras, alarmes e demais sistemas). Além disso, o acionamento de técnicas, procedimentos e elementos sociotécnicos, que buscam mais eficiência e precisão nas ações de segurança pública, evidenciam o caráter estratégico que orienta e estabelece práticas a partir da análise de cenários, parâmetros e cálculos (FOUCAULT, 2008). A função estratégica aciona a **eficiência** do dispositivo e dos elementos que o compõem. A eficiência atribuída do CIOSP/SM reflete características de uma relação com a tecnologia que percebe através dela a materialização das melhores práticas, procedimentos mais eficientes e adequados (OLIVEIRA, 2008), correspondendo também ao caráter estratégico do dispositivo para Foucault (2008). Tanto na discussão sobre a técnica e tecnologia modernas, quanto sobre o dispositivo estratégico, há um teor de eficiência, método,

processo, modo de fazer. O dispositivo expressa um modo de orientação sobre os processos para segurança pública que estabelece parâmetros de eficiência.

Essa eficiência é tão sutilmente estruturada que em casos como o do furto dos bustos nas praças de Santa Maria, como citado na introdução deste texto, as autoridades não questionam o modelo de segurança aplicado ou a confiança na materialização da segurança direcionada aos sistemas sociotécnicos de videomonitoramento. Possíveis limitações na configuração ou operação do sistema não são citadas diretamente e o discurso sobre punição aparece direcionado aos sujeitos da ação. Em entrevista publicada no jornal local na ocasião, o Chefe de Gabinete do Prefeito deu a seguinte declaração:

Hoje, temos a robustez e a certeza da eficácia do Ciosp e da Guarda Municipal. Temos que evoluir, com certeza. Eu não posso dizer que porque temos na sociedade pessoas que depredam e roubam os cemitérios, que roubam merenda nas escolas, que furtam equipamentos das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), que roubam fios, que toda a sociedade é doente. Assim como eu não posso dizer, se há necessidade de melhoria tanto no Ciosp quanto na Guarda, dizer que ambos são ineficazes e inoperantes, isso eu não posso concordar. (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2023).⁵⁰

Esse tipo de afirmação aparece também nos discursos analisados no escopo desta pesquisa, em sequências como [E03]S22: “*A limitação, quando se fala em sistema, a limitação é humana, né? É a operação. [...]*”. É possível apontar a confiança em uma eficiência quase absoluta, crença que é direcionada aos sistemas sociotécnicos empregados e também estendida ao modelo de segurança pública, que tem o acionamento sociotécnico como um de seus pilares. Assim como em outros projetos de cidades “inteligentes”, eficientes e modernas (BRANCO, 2019), o modelo de segurança contemporâneo é altamente dependente das tecnologias de informação e comunicação.

A construção discursiva sobre a eficiência do dispositivo ainda aciona números, dados e índices como pilares em diferentes níveis: no monitoramento e controle da ação policial por meio de relatórios, no registro de ocorrências, na suposta diminuição de crimes. O discurso é permeado desse tipo de acionamento apesar de os números reais não confirmarem tais aspectos, como indica o Quadro 1, na introdução, que aponta crescimento das ocorrências criminais em Santa Maria desde a instauração do CIOSP/SM.⁵¹ Também não há reflexões

⁵⁰Disponível em:

<https://diariosm.com.br/noticias/geral/temos-a-certeza-da-eficacia-do-ciosp-e-da-guarda-municipal-se-houve-erros-vamos-punir-os-culpados-afirma-representante-da-prefeitura-sobre-furtos-dos-bustos-historicos-505286>

⁵¹ Como estamos falando de um modelo de segurança, é válido apontar também os dados de Bahia e Goiás, que citamos na introdução. Os textos publicados pelo Intercept apontam que, apesar dos investimentos milionários em sistemas de videomonitoramento em cidades desses Estados, o número de habitantes ou os números de ocorrências criminais nas cidades que receberam os sistemas não justificam os altos valores investidos.

sobre a efetividade dos indicadores, os modos de construção dos dados ou os aspectos considerados na criação dos índices. De todo modo, a construção discursiva confere ao dispositivo aspecto de eficiência embasado por essas informações.

Se os dados são acionados para conferir legitimidade sobre ações e estratégias já realizadas, o CIOSP/SM também expressa uma função estratégica sobre subjetividades e movimentações futuras - assim como diz Foucault (2008) sobre a agência do dispositivo de segurança. Exercer agência sobre os comportamentos envolve também um tipo de previsão sobre as ações, que pode ser estrategicamente calculada. Esse pode ser um movimento semelhante ao que Foucault (2008) apresenta como cálculo do risco sobre uma situação, mas não necessariamente de resolução, porque a existência do dispositivo depende da demanda. O dispositivo de segurança responde a uma necessidade, um fenômeno - neste caso a segurança pública - de modo a controlar os riscos, mas não suprimi-los (FOUCAULT, 2008, p. 26), e isso é justamente o que estabelece a demanda pelo dispositivo. Essa função do dispositivo garante a própria demanda que o instaura.

Isso também aciona a característica de **controle sobre os acontecimentos**, que tem a ver com a agência do conhecimento sobre o CIOSP/SM e sobre a segurança pública, com o uso de informações e dados e com a circulação de discursos sobre ele. É um controle sobre o “jogo de ideias”, que aparece nas sequências discursivas. Os discursos constroem, além da necessidade de controle e da demanda por segurança, uma demanda a ser combatida: [E02]S04: “[...] *a criminalidade hoje ela tá disseminada em todo o município, né? Já não podemos ver pelo lado assim de, a região periférica é mais violenta. Porque ocorrem crimes também, bem, digamos assim, pontuais, em pleno centro, né? [...] A criminalidade, ela está disseminada e a gente tenta cercar isso aí com tecnologia.*”, [E02]S27: “[...] *se a criminalidade avança em suas informações, nós temos que partir com a contra-informação. Então é um jogo de ideias. Porque a criminalidade, ela também estuda e evolui. E a segurança pública também tem que evoluir.*”, [E01]S21: “[...] *Porque o crime, como eu te disse, ele tá sempre se modificando e ele olha pra câmera e ele desvia a câmera. [...].*” Estabelece-se um cenário de enfrentamento onde o CIOSP/SM é estratégia essencial. Esse combate está presente em todos os discursos analisados, destacando o imbricamento dessa noção entre todas as dimensões do objeto. Aparece, inclusive, institucionalizado pelo discurso que forma o Termo de Referência, evidenciando uma demanda a que o dispositivo deve responder: [TR]S01: “*Devido à crescente demanda por segurança em virtude do aumento da violência, bem como a necessidade de realocação da valiosa força humana da área de vigilância de postos para Guarda Municipal ostensiva [...].*” A própria formação do

dispositivo, portanto, destaca a necessidade de que ele se estabeleça. Existe um tipo de ação esperada que deve conferir segurança, ao mesmo tempo em que a agência do dispositivo evidencia a falta dela.

Ao mesmo tempo, existe um tipo de orientação do dispositivo sobre o que se compreende enquanto segurança pública e essa compreensão passa, impreterivelmente, pelo acionamento de elementos e sistemas sociotécnicos. Para ilustrar, retomamos algumas sequências discursivas como: [E03]S39: *“Hoje Santa Maria ela dá segurança. Consequentemente, dá a sensação da segurança [...]. Eu sei que se meu carro for roubado hoje aqui, eu tenho a sensação e a segurança que eu vou saber que ele saiu daqui, passou por ali, foi pra lá e eu vou dando as características pra quem tá passando. E uma câmera de sinaleira, além do controlador, a câmera de sinaleira me dá o foco que pegou a pessoa lá dentro. ‘Ah o cara tava assim, tá vestindo assado, foi pra tal canto’ e é mais rápido. Eu tenho a segurança com a sensação. Então eu ando dentro de Santa Maria com a sensação de segurança hoje, porque eu sei que tem a segurança.”*, [E02]S28: *“Tecnologia é tudo, né. É a informação. A informação ela é mais letal, muitas vezes, do que a própria arma de fogo.”* e [E01]S33: *“Não tem como pensar hoje não ter um Centro Integrado, hoje, que atenda a essa demanda da segurança pública. A tecnologia é extremamente importante, ela tá na vida das pessoas, ela diminui o tempo e aumenta o conhecimento, aumenta as chances dela ter uma qualidade de vida melhor.”*

Os discursos estabelecem a necessidade sociotécnica para aplicação da segurança, de tal modo que ambas são compreendidas como sinônimos. Assim, o dispositivo apresenta um cenário em que apenas o acionamento sociotécnico poderia oferecer a segurança necessária e só através dele se poderia dar conta da demanda que o dispositivo deve combater. Está evidente também a associação entre tecnologia e informação, ressaltando que o conhecimento é um dos pilares do modelo de segurança estabelecido. Assim, a tecnologia empregada garante a informação e, conseqüentemente, a materialização da segurança.

O agenciamento do dispositivo se dá em dois níveis: na formação discursiva que estabelece a necessidade de tecnologia para segurança e na própria operacionalização do CIOSP/SM, que aciona o conhecimento e modos de saber como estratégia de segurança pública. Cabe retomar Foucault (2017a), quando diz que o dispositivo está ligado a configurações de saber “que dele nascem mas que igualmente o condicionam.” O dispositivo se estabelece por “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.”(FOUCAULT, 2017a, p. 367).

Há ainda uma expressão do dispositivo que se direciona para os indivíduos. Tal agenciamento aparece no controle de ações e comportamentos individuais, oferecendo segurança por meio do deslocamento das ações consideradas inadequadas, de modo que o território de ação do dispositivo permaneça seguro. Para ilustrar, retomamos as sequências [E03]S40: “[...] *E aquela pessoa que rouba em tal lugar lá, ela já sabe: ‘aqui se eu roubar vão me pegar, já me pegaram duas vezes, sabem que eu sou eu já e tão me vendo’.* ‘Ó tem uma câmara ali’. Entendeu? Tu dá mais segurança pras pessoas que tão ali circulando.” e [E03]S43: “[as ocorrências] *Diminuem porque enquanto uma pessoa, acredito eu, que se ela sabe que está sendo monitorada aqui, ela vai deixar de fazer aqui e vai fazer na cidade vizinha*”. A questão da solução da demanda está mais uma vez em foco: a demanda por segurança que o dispositivo deve resolver, provocada por ações inadequadas ou indesejadas, é apenas deslocada para outros territórios ou espaços, mas não eliminada; ela segue existindo e validando a necessidade do dispositivo.

Nesse ponto, o problema da segurança - ou a falta dela -, quando segue existindo, não representa uma lacuna no modelo ou na estratégia adotada, mas é atribuída a ações individuais que contrariam o tipo de comportamento esperado. Se o sistema de videomonitoramento nas praças públicas de Santa Maria é eficiente e cumpre uma função estratégica, se sua aplicação garante a segurança do espaço, então o caso dos bustos furtados é tratado como um tipo de ação subjetiva que escapa à agência do dispositivo. Nos modelos urbanos contemporâneos, orientados para a segurança pública e sustentados pelo acionamento sociotécnico, problemas sociais complexos são percebidos como “patologias de um corpo social doente”, que fogem à ordem e aos procedimentos reguladores (BRANCO, 2019, p. 14). Desse modo, intervenções que acionariam outros dispositivos, como o disciplinar, são adotadas para sustentar o dispositivo de segurança.

Na expressão do dispositivo (FOUCAULT, 2008, 2017a), também é notável o **agenciamento sobre as ações subjetivas** em todas as dimensões do objeto. Nesse recorte, identificamos agenciamentos tanto sobre os indivíduos quanto sobre o próprio CIOSP/SM e as forças de segurança. Se consideramos o agenciamento um tipo de orientação “que pode fazer algo ou produzir um efeito” (MAIA, 2010, p. 169), ou ainda como aquilo que o objeto “faz fazer” (LEMOS, 2020), percebemos nos discursos diversas sequências que expressam aspectos semelhantes na segurança pública em Santa Maria. Estão definidos pelo CIOSP/SM, por exemplo, modos de acionamento das forças policiais pelos cidadãos através de aplicativos de mensagem como o WhatsApp ([E02]S03), aplicativos para registro de ocorrências ([E01]S25 e [E03]S08) e para comunicação e monitoramento de vítimas de violência

doméstica ([E01]S24). As tecnologias de segurança pública e os sistemas sociotécnicos aplicados atravessam a experiência do espaço, do território e da cultura. Câmeras, sensores, alarmes e aplicativos fazem parte do modo de vida contemporâneo nas cidades e, por meio desses elementos, as práticas subjetivas são moduladas.

As sequências [E03]S40 e [E03]S43, inseridas anteriormente, expressam um direcionamento ativo do objeto no sentido de controlar e organizar os espaços urbanos e os comportamentos coletivos, mas também o agenciamento de sujeitos em sentido inverso. O agenciamento não acontece em sentido único e tampouco tem reflexo passivo. Isso se ilustra, em particular, quando os entrevistados afirmam que indivíduos com potencial transgressor "sabem" e "refletem" sobre o espaço vigiado e decidem não agir em função da presença material das forças de segurança por meio das câmeras que substituem a presença policial. Isso representa também um tipo de orientação, de agenciamento, que só pode ocorrer no entrelaçamento entre dispositivo e sujeito.

Em relação ao CIOSP/SM, há expressão de agenciamentos do dispositivo nas práticas e procedimentos adotados pelas forças policiais para a segurança pública. Há um tipo de adaptação de práticas de acordo com a capacidade dos sistemas adotados para monitoramento, comunicação e operação; há limitações da operação policial de acordo com as funcionalidades materiais; e há papéis relacionados à institucionalidade e atribuição de funções: [E02]S08: *“Nós somos operadores, então nós, digamos, nos limitamos ao trabalho na bancada. [...]”*. O agenciamento das forças policiais é expressado pelo que a associação entre dispositivo e operador permite fazer. Se retomamos Lemos (2020), não é o que o operador faz com o sistema ou o que o sistema faz o operador fazer, mas é o que a associação operador-sistema permite que seja feito enquanto prática de segurança pública.

Nos discursos ainda é possível apontar sequências que mencionam protagonismo ou ações pessoais dos entrevistados na segurança pública. Colocar-se como agente que participa da aplicação da segurança é característica comum entre os três entrevistados: [E01]S03: *“E eu fui convidado pelo governo a vir coordenar o projeto CIOSP.”*, [E02]S01: *“Sou pedra fundamental do CIOSP.”* e [E03]S41: *“As últimas lotéricas que roubaram nós pegamos em vinte e quatro horas. Conseguimos. Nós, eu digo “nós” porque eu participo, entendeu? A Vigillare entrega o produto e a gente participa.[...] Todo mundo quer ajudar de uma forma ou de outra a coisa acontecer.”* Há ação política, identificação com o projeto e movimentos de protagonismo na materialização da segurança pública. Ao mesmo tempo que isso indica um movimento individual de participação no projeto do CIOSP/SM e desejo de algum tipo de reconhecimento pessoal pela legitimidade do projeto, também pode indicar um modo de ação

que é orientado ao dispositivo, um agenciamento do dispositivo em relação aos sujeitos - inclusive àqueles que representam e falam a partir das dimensões do próprio objeto-dispositivo. Há relações de força e acionamentos mútuos entre sujeitos, elementos e entre as diferentes dimensões do objeto. Se o agenciamento só se expressa pela associação (LATOURE, 1994b), no CIOSP/SM o entrelaçamento característico aciona constantemente a caracterização de um dispositivo.

Outro pilar do dispositivo de segurança é a **centralidade sociotécnica** que o modelo de segurança pública materializado no CIOSP/SM incorpora. As estratégias de segurança urbana contemporâneas identificadas empiricamente respondem a características do que Firmino chama de uma “cidade neoliberal e inteligente” (FIRMINO, 2017, p. 24), que representa a centralidade sociotécnica nos projetos dedicados à gestão dos espaços coletivos. Esse cenário é reflexo do modo moderno de relação com a tecnologia, que deposita no acionamento sociotécnico a demanda por eficiência, qualidade de vida e, nesse caso, segurança.

Feenberg (2015, 2010) identifica uma relação instrumental com a tecnologia nas sociedades modernas, que a aciona como simples ferramenta para a ação humana. Como apresentamos no capítulo 2, as discussões sobre tecnociências (ECHEVERRÍA, 2003) e sobre os estudos sociais de ciência e tecnologia (LATOURE, 1994b, 2012) levantam questões mais complexas sobre essas aplicações e expectativas instrumentais. Segundo essas perspectivas, é preciso levar em conta o contexto de projeção, desenvolvimento e comercialização dessas tecnologias, além dos interesses - econômicos, científicos e políticos - que as atravessam.

A visão instrumental expressa um papel solucionista, no qual a aplicação de tecnologias em contextos sociais teria o propósito de resolver problemas - ou eliminar seus sinais. Branco (2019, p. 14) avalia o cenário contemporâneo no qual presume-se que problemas urbanos, como a segurança, possam ser mensurados e resolvidos pela tecnologia, enquanto “tensões culturais, sociais e políticas que constituem as próprias relações nas cidades” são desconsideradas. Ainda segundo a autora, isso enaltece a tecnologia “como a ferramenta mais adequada para solucionar qualquer questão social” (BRANCO, 2019, p. 14). Nos discursos que formam o objeto, esse aspecto é significativo e contribui para reforçar a expressão do dispositivo de segurança. A eficiência dos sistemas e do modelo de segurança aplicado em Santa Maria são atribuídas à tecnologia empregada, o que, por consequência, também garante a materialização da segurança, já que ambos os conceitos são indissociáveis na instauração discursiva do CIOSP/SM. Cabe ainda mencionar a relevância deste aspecto

para a instauração deste dispositivo em específico e do fenômeno que ele representa; um fenômeno essencialmente sociotécnico.

A centralidade sociotécnica do dispositivo ilustrado através do CIOSP/SM, dá espaço para a discussão sobre o **caráter neoliberal** do modelo de segurança. Há um protagonismo das tecnologias privadas transferidas e aplicadas para o setor público, além da atuação de empresas privadas de modo tão ou mais ativo que as próprias forças policiais do Estado e Município. Em Santa Maria, a empresa contratada exerce funções essenciais para a segurança pública oferecida pelo Município, como a oferta e manutenção de câmeras, monitores, armazenamento, cabos, redes, aplicativos e softwares. Além disso, oferece treinamento aos operadores e consultoria aos tomadores de decisão, alcançando e circulando com liberdade entre as dimensões institucional, operacional e material. A empresa atua sobre o que se projeta, o que se espera, o que se compreende e o que se aplica enquanto segurança pública em Santa Maria.

Existe, portanto, o desenho de um cenário onde a atuação da gestão privada se sobressai em relação à gestão pública da segurança e os próprios atores reconhecem seu papel de protagonismo. Na entrevista com o representante da empresa contratada, ele se coloca como sujeito das ações de segurança pública executadas pelo CIOSP/SM. O modelo oferece protagonismo aos atores de interesse privado e estes reconhecem o papel que lhes cabe, ocupando os espaços disponíveis e estabelecendo-se como agentes da segurança pública em Santa Maria. Quando apontamos uma diminuição do poder do Estado nos aspectos formativos dos discursos sobre o objeto, inferimos que o modo de segurança sociotécnico contemporâneo expressa a agência de um dispositivo que tem características neoliberais, que confere mais eficiência e mais abrangência às ações de caráter privado enquanto limita a confiança na eficiência da gestão pública dessas estratégias.

O ponto central para o desenho do dispositivo de segurança pública nesse cenário, evidenciado pela formação discursiva do objeto CIOSP/SM, é que **esse dispositivo, direcionado a um modelo econômico e a interesses privados, estabelece e orienta ações de segurança pública**. Isso demanda movimento ativo de reflexão sobre as implicações de cenário onde grandes volumes de investimento público são direcionados para empresas privadas de tecnologia, confiando na efetividade de sistemas sociotécnicos de segurança. No entanto, a empiria no contexto analisado e exemplos de outros cenários mostram que tais sistemas apresentam lacunas, controvérsias e até mesmo incoerências. Em Santa Maria, o investimento público de quase R\$ 6 milhões anuais não impediu o furto de obras de arte consideradas patrimônio histórico da cidade, mesmo em um perímetro fortemente coberto

pelo sistema de videomonitoramento que, segundo documento que instaura o CIOSP/SM, é o coração do sistema de segurança da cidade. Embora as câmeras tenham capturado o momento dos furtos e registrado imagens dos autores, nenhum deles havia sido responsabilizado, bem como nenhuma das peças furtadas havia sido recuperada no momento da finalização desta dissertação, em dezembro de 2023.

As imagens dos furtos circularam pelas redes sociais e portais de notícias, rendendo comentários dos cidadãos que ora questionavam o sistema de segurança, ora expressavam uma tendência à responsabilização individual dos autores dos atos. O registro das imagens nas áreas onde as obras foram furtadas não impediu nem solucionou o ataque ao patrimônio cultural da cidade. Seria coerente, então, apostar na garantia da segurança supostamente atribuída à integração das forças e à modernização de sistemas como o de videomonitoramento, que o modelo de segurança adotado institui? Na prática, o que se pode inferir é que os altos investimentos em tecnologia não significam diretamente a garantia de efetividade na segurança, tampouco eliminação de ações indesejadas ou consideradas inadequadas. Apesar disso, a função estratégica do CIOSP/SM, a eficiência a ele atribuída, o controle sobre os acontecimentos e agenciamentos, a centralidade sociotécnica e o caráter neoliberal do modelo de segurança configuram, sim, a expressão de um dispositivo de segurança que é centralmente sociotécnico e neoliberal.

Essas características colocam em destaque uma força econômica que se pauta pelo mercado da segurança com base no desenvolvimento, comercialização e aplicação de tecnologias. O dispositivo de segurança pública, então, estabelece ou alimenta a demanda de ações do setor público que dependem do acionamento sociotécnico e evidenciam questões de uma economia política da segurança pública. Quando Foucault (2008, p. 15) questiona se “poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral do poder está se tornando da ordem da segurança?” é possível também questionar se existe espaço para um mecanismo específico de poder que mira a segurança pública, baseado na aquisição de tecnologia que alimenta um modelo de poder econômico neoliberal, no agenciamento de comportamentos e acontecimentos, com função estratégica e centralidade sociotécnica que visam eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o cenário urbano contemporâneo, altamente dependente das tecnologias de comunicação e informação para a concretização de projetos de cidades inteligentes, sustentáveis e seguras. As estratégias adotadas na busca de mais fluidez, mais produtividade e mais qualidade de vida expressam ideais modernos de racionalização, que buscam a aplicação dos melhores métodos e práticas, dos procedimentos mais adequados e eficientes. O exemplo da cidade Neom, na Arábia Saudita, ilustra um desenho da centralidade tecnológica evidente nos projetos urbanos “inteligentes” e “futuristas”, mas práticas desse tipo também se materializam no cotidiano comum ocidental, em câmeras de vigilância nos espaços públicos, em controladores de tráfego e leitores de placas de veículos e no uso de aplicativos para o acionamento de ocorrências policiais, por exemplo.

No contexto específico da segurança pública no Brasil, a centralidade sociotécnica se destaca respaldada pela institucionalidade de leis, decretos e planos nacionais de ação pública e política; discursos que estabelecem e regulam um tipo de modelo, que se replica pelas cidades do país. Esses discursos oficiais orientam a contratação e instalação de sistemas sociotécnicos como pilares desses projetos, enfatizando o papel da tecnologia na materialização da segurança pública. Isso não se limita apenas a grandes capitais, estendendo-se também a pequenas cidades, mesmo quando os índices de criminalidade podem não justificar investimentos volumosos de recursos públicos em sistemas de videomonitoramento.

No segundo capítulo do texto abordamos a relação entre técnica, tecnologia, e as perspectivas das tecnociências e da construção social da tecnologia, que são importantes para a compreensão do objeto e para a construção da reflexão sobre o cenário observado. A centralidade das tecnologias e a busca por eficiência por meio de métodos e processos são atravessadas pelo modelo econômico que orienta os interesses sociais e a produção científica e tecnológica. Além disso, é necessário levar em conta os contextos de projeção, desenvolvimento, implementação e uso dessas tecnologias que, segundo a perspectiva adotada, são afetadas e afetam subjetividades pelo seu modo de uso.

No terceiro capítulo relacionamos esses modos de interação com a tecnologia aplicada em contextos urbanos, correspondendo a modelos que buscam eficiência e inteligência. Essa aplicação se estende especificamente às estratégias de segurança, com modelos de vigilância, videomonitoramento e reconhecimento facial, por exemplo, sendo empregados para promover maior segurança nas cidades. Isso também revela um modelo de segurança pública com

características neoliberais, sustentado pela centralidade do acionamento sociotécnico para materialização da segurança, incorporando atravessamentos de mercado e de interesses que orientam a lógica de produção da tecnologia.

Além disso, é importante perceber que as tecnologias de segurança estabelecem modos de relação e experimentação dos espaços urbanos, trazendo à tona a questão das subjetividades na interação coletiva sociotecnicamente mediada. Essa dinâmica de interação é observada ao acionarmos o conceito de dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008), que é, nesta pesquisa, relacionado à aplicação da segurança pública. A aplicação das tecnologias de segurança através de modelos institucionalizados transcende o aspecto puramente técnico, permeando os aspectos sociais, culturais e subjetivos da vida urbana contemporânea.

Nesta pesquisa observamos especificamente o contexto de Santa Maria/RS, onde investigamos as expectativas e crenças associadas ao modelo de segurança sociotécnica pela materialidade empírica dos discursos que estabelecem o objeto. Na cidade está instaurado um Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), que materializa as orientações a nível federal e estadual sobre a integração das forças de segurança e a modernização das rotinas e processos. O CIOSP é o objeto sobre o qual a pesquisa se desenvolve, buscando responder à pergunta “como o modelo de segurança pública brasileiro, sustentado pelo acionamento sociotécnico, expressa institucional, operacional e materialmente a agência de um dispositivo de segurança pública?” e ao objetivo de realizar uma cartografia do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública em Santa Maria/RS, explorando suas dimensões institucional, operacional e material.

Os objetivos específicos demandaram, a) identificar aspectos da estruturação institucional, operacional e material do objeto por meio da investigação cartográfica; b) mapear discursos de atores relacionados ao objeto nas diferentes dimensões, a fim de compreender as significações e aspectos discursivos a ele atribuídos; e c) apontar aspectos do objeto que evidenciem a agência de um dispositivo de segurança pública. Por meio da metodologia desenhada, baseada na cartografia, entendemos a essencialidade dos discursos para a formação do objeto. A construção do conhecimento, vista como uma associação entre a pesquisadora e o objeto, considera a pesquisa como um processo de interação, que envolve mais do que leitura de informações. Esse enfoque, em linha com a perspectiva de Foucault (2000), reconhece que os discursos desempenham um papel fundamental na formação do objeto estudado, justificando assim o desenho da cartografia para a investigação dos discursos relacionados ao CIOSP.

A aproximação com o objeto revelou três dimensões essenciais para a exploração sobre o CIOSP: instrumental, operacional e material. A definição dessas dimensões orientou a coleta dos conjuntos discursivos que utilizamos como material de pesquisa. Em virtude de sua natureza e das subjetividades envolvidas, cada discurso revela particularidades singulares, contribuindo para a compreensão completa do objeto e de seu impacto nas dinâmicas de segurança pública. A análise dos conjuntos discursivos, desenhada pela cartografia e com inspiração foucaultiana, revelou aspectos da construção discursiva do objeto que permitem aproximar o CIOSP do conceito de dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008, 2017a).

Os conjuntos discursivos que compõem o escopo da pesquisa foram analisados individualmente, de modo a preservar as particularidades de cada um. O Termo de Referência do Edital nº111/2018 é o documento que define as condições técnicas e necessidades dos sistemas eletrônicos para segurança a serem contratados pelo município. Nele, os discursos expressam os propósitos da instalação dos sistemas, desejos de integração e modernização e expectativas quanto à materialização da segurança pública por meio do projeto CIOSP/SM. Nas entrevistas, buscamos reconhecer as percepções dos sujeitos envolvidos com o projeto, de modo a considerar as subjetividades que afetam e são afetadas por ele. O desenho das entrevistas buscou alcançar as três dimensões do objeto (institucional, operacional e material) e chamamos de entrevista 01, entrevista 02 e entrevista 03, respectivamente.

Como aspectos formativos do objeto é possível identificar com recorrência e destaque uma forte orientação à eficiência e a centralidade atribuída aos elementos sociotécnicos, presente em todos os discursos. Ainda há, em níveis diferentes em cada uma das entrevistas, referências a um tipo de propósito, função ou demanda que a instauração do Centro deve suprir, como o combate à criminalidade, o aumento da segurança e a otimização das ações policiais e dos recursos aplicados. A associação entre as forças de segurança por meio dos sistemas sociotécnicos integrados, que são pilares do modelo de segurança que o CIOSP/SM materializa, também recebe destaque nos enunciados, representando uma atualização ou adaptação nas práticas de segurança. Alinhado a isso, aparece um tipo de modulação de práticas, que orienta ações de agentes policiais e dos cidadãos em interação com os sistemas, além da tomada de decisão política e do desenho de estratégias de segurança, atravessando as diferentes dimensões do objeto. É possível também perceber aspectos que se estendem ao controle de comportamentos em níveis mais subjetivos e complexos, como na adoção de práticas de controle, monitoramento e vigilância, entendidas como sinônimo de segurança.

Os conjuntos discursivos ainda expressam evidentes aspectos orientados a um modelo de segurança neoliberal, que aciona atores de interesse privado com protagonismo nas práticas

de segurança pública. No caso do CIOSP/SM, as principais ações de segurança a nível municipal dependem da atuação da empresa contratada para prestação dos serviços, desde oferta de software e hardware, até orientação de uso, transmissão de conhecimento e atendimento de ocorrências em algumas situações. Além disso, há uma preocupação que aparece nos discursos sobre otimização na aplicação de recursos que se reflete numa diminuição da atuação do Estado e transferência de demandas para o setor privado. Para além da atuação material e operacional, a empresa contratada atua também na dimensão institucional, prestando consultorias e acompanhamento estratégico nas tomadas de decisão. Nesse caso, a aplicação da segurança está sujeita a interpretações e desejos de atores privados, com interesse econômico e político.

Por fim, esses aspectos são relacionados e observados sob a luz do conceito de dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008), desvelando um objeto que expressa características de dispositivo ou de mecanismo orientado a um tipo de poder econômico. A caracterização discursiva do CIOSP/SM, pelo Termo de Referência e pelas entrevistas, evidencia a existência de uma função estratégica delegada ao projeto de segurança; da expectativa de eficiência oferecida pelos sistemas sociotécnicos; e de ações de controle sobre os acontecimentos, orientando possibilidades de ação. Além disso, é possível identificar certo agenciamento de subjetividades, que são atravessadas pelas práticas tomadas para segurança; um caráter de centralidade sociotécnica, que delega a segurança pública à tecnologia aplicada; e, principalmente, o caráter neoliberal do projeto de segurança que se materializa no CIOSP/SM.

Vale ressaltar a notável coesão e afinidade entre os discursos, apesar de compreenderem dimensões distintas de exploração do objeto. Isso pode ser apontado como reflexo de certo alinhamento nas afetações em relação ao dispositivo, bem como da escolha dos entrevistados e discursos analisados. No cenário e contexto investigados, o objeto representa um projeto recente e o momento da investigação compreende também um momento de estabelecimento, validação e consolidação da legitimidade do projeto. Além disso, a definição das dimensões material, operacional e institucional também orienta o tipo de discurso a ser observado, como um movimento esperado do recorte que a pesquisa demanda. Em geral, as três dimensões entrelaçam-se, atravessam-se e acionam-se mutuamente ao longo dos discursos, evidenciando o emaranhado que caracteriza o dispositivo.

O CIOSP/SM é tomado, então, como expressão de um dispositivo de segurança que se direciona especificamente às práticas de segurança pública, atravessadas discursivamente por

aspectos que o formam e que se sustentam através do dispositivo. Se o CIOSP/SM materializa orientações a nível federal e estadual de um fenômeno identificado como modelo de segurança pública, então esse dispositivo pode estender-se também a outros cenários e contextos. A centralidade dos elementos sociotécnicos e a orientação institucionalizada de adoção e integração entre sistemas desse tipo permite considerar que o dispositivo é essencialmente sociotécnico, dando ênfase a esse tipo de associação que caracteriza o modelo de segurança pública. Desse modo, considerando o cenário específico que observamos, é possível desenhar um **dispositivo sociotécnico de segurança pública**. Esse dispositivo, atravessado por aspectos neoliberais, exerce agência em relação às dimensões que o compõem, como a orientação de investimentos e demandas, por exemplo. Na empiria, o dispositivo se expressa através das lacunas e controvérsias, como no caso do furto das obras de arte nas praças de Santa Maria, apesar dos investimentos substanciais em tecnologias de videomonitoramento para segurança.

Cabe também reconhecer as limitações deste estudo, que se estabelece em contexto e recorte temporal específicos, bem como alcança aspectos definidos do dispositivo a partir de conjuntos discursivos também limitados. A investigação se dá através de discursos produzidos a partir da própria agência do dispositivo, enunciados por agentes diretamente relacionados à tomada de decisões administrativas, à operação dos sistemas e à garantia e manutenção das estruturas materiais que instauram o CIOSP/SM. Nesse sentido, o objeto é investigado a partir dele próprio, por meio de discursos produzidos a partir dele e que diretamente o constituem, enunciados por sujeitos que parecem se posicionar como porta-vozes do objeto, como protagonistas. Há um teor de validação, reforço e legitimação do poder, que se mantém como vantagem, pelo bem comum e pela verdade, nunca como coerção.

A construção apresentada nesta pesquisa é referente ao contexto e ao método através do qual se estabelece; a partir de outras perspectivas, é possível que percepções distintas fossem evidenciadas. Mais uma vez a escolha das dimensões da investigação reflete definições que orientam os resultados e considerações aqui tecidas. Esta pesquisa não alcança e não se propõe a esgotar as dimensões do dispositivo, os discursos sobre ele ou as cartografias possíveis, mas propõe desvelar aspectos e características desse modelo de segurança que materializa a expressão de um dispositivo sociotécnico dentro do recorte estabelecido. Em outros recortes temporais, a partir de outros contextos ou considerando outras dimensões, é possível que os discursos indicassem outros aspectos, como dissidências e resistências. Em aprofundamentos futuros é possível considerar a formação do objeto por

outros conjuntos discursivos, incluir outros contextos de análise ou ainda avançar pelas estruturas do dispositivo e do tipo de poder que o sustenta.

REFERÊNCIAS

AIBAR, Eduardo. La vida social de las máquinas: orígenes, desarrollo y perspectivas actuales en la sociología de la tecnología. **Reis**, p. 141-170, 1996. Disponível em: https://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_076_09.pdf Acesso em 8 mai.2022.

ARAGÃO, Francisca Alana Araújo; BENEVIDES, Pablo Severiano. Governamentalidade algorítmica e Big data: o uso da correlação de dados como critério de tomada de decisão. **Anais do VI Simpósio Internacional LAVITS. Salvador, 2019.**

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BJIKER, Wiebe. How is Technology Made? That is the Question! **Cambridge Journal of Economics**, vol. 34, n. 1, p. 63-76, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24232021> Acesso em 6 jul 2022.

BJIKER, Wiebe; LAW, John. **Shaping technology/building society:** Studies in sociotechnical change. MIT press, 1994.

BJIKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor. **The Social constructions of Technological Systems:** new directions in the Sociology and History of Technology. MIT Press. 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> Acesso em 14 mai. 2022.

BRANCO, Priscilla Alves Teixeira. Smart Cities como dispositivos biopolíticos. **Anais do VI Simpósio Internacional LAVITS: "Assimetrias e (In)Visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça**, p. 26-28, 2019.

BRASIL. **Decreto** nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. 2021 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10822.htm Acesso em 6 setembro 2022.

BRASIL. **Lei** nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Palácio do Planalto 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm Acesso em 4 outubro 2023

BRASIL. **Lei** nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Brasília: Palácio do Planalto, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm Acesso em 6 setembro 2022.

BRIDLE, James. **A nova idade das trevas:** a tecnologia e o fim do futuro. Todavia, 2019.

BRUNO, Fernanda. A brief cartography of smart cameras: proactive surveillance and control. In: **Geographic Information Systems: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications**. IGI Global, p. 66-80, 2013.

BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. Boitempo Editorial, 2019.

BUNGE, Mario. **Filosofía de la tecnología y otros ensayos**. Lima: Fondo Editorial de la UIGV, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Estado, tecnologias de segurança e normatividade neoliberal. In: BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. Boitempo Editorial, 2019.

CECHINEL, Andre et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446> Acesso em 16 mai. 2022.

CHANDLER, Robert Curry. **Dumb Cities: Spatial Media, Urban Communication, and the Right to the Smart City**. Tese (Doutorado). University of Pittsburgh, 2020.

COMPARITECH, Surveillance camera statistics: which cities have the most CCTV cameras?. 2022. Disponível em: <https://www.comparitech.com/vpn-privacy/the-worlds-most-surveilled-cities/> Acesso em 22 jun. 2022.

CUNHA, Maria Alexandra et al. **Smart cities: transformação digital de cidades**. FGV - PGP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18386> Acesso em 4 set. 2022.

CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **Scientiae Studia**, v. 2, p. 493-518, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/n3cCz6JTQch58cvbmKJjRnN/?lang=pt> Acesso em 6 mai. 2022

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. "Temos a certeza da eficácia do Ciosp e da Guarda Municipal. Se houve erros, vamos punir os culpados", afirma representante da prefeitura sobre furtos dos bustos históricos. 2023. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/_temos_a_certeza_da_eficacia_do_ciosp_e_da_guarda_municipal_se_houve_erros_vamos_punir_os_culpados__afirma_representante_da_prefeitura_sobre_furtos_dos_bustos_historicos.505286

DONEDA, Danilo; ALMEIDA, Virgílio. O que é a governança de algoritmos. In: BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. Boitempo Editorial, 2019.

DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138920/134268/> Acesso em 4 mai. 2022.

DUSEK, Val et al. **Philosophy of technology: An introduction**. Oxford: Blackwell, 2006.

ECHEVERRÍA, Javier. **La revolución tecnocientífica**. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2003.

FEENBERG, Andrew. **Tecnologia, modernidade e democracia**. Inovatec Press, 2015.

_____. Precisamos de uma teoria crítica da tecnologia? (resposta a Tyler Veak). In NEDER, Ricardo (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Editora UnB, p. 194-199, 2013.

_____. O que é a filosofia da tecnologia. **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**, v. 3, p. 39-51, 2010.

FERREIRA, Carolina Cutrupi et al. A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile. **Revista Direito GV**, v. 16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/m4CQGqSCSpsyrjgbDCBP5sS/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 18 ago. 2022.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 15, n. 1, p. 23-35, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/134313> Acesso em 23 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 6ª edição. 2000

_____. **Segurança. Território e População: Curso no Collège de France: 1977-1978**. 2008.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. 6ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017a.

_____. Sobre a geografia. In: **Microfísica do poder**. 6ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017b.

GALLEGO, Agustín González. El hombre y los límites de la técnica. El dominio de Homo faber sobre Homo sapiens. **Ludus Vitalis**, v. 10, n. 18, p. 111-126, 2019. Disponível em: <https://www.centrolombardo.edu.mx/wp-content/uploads/formidable/126/580-1182-1-SM.pdf> Acesso em 4 jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro, volume único. Editora 34, 1995.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. Foucault e a questão do dispositivo, da governamentalidade e da subjetivação: mapeando noções. **Margens**, v. 6, n. 7, p. 105-122, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2815>. Acesso em: 17 jun. 2022.

HACKING, Ian et al. **The taming of chance**. Cambridge University Press, 1990.

HOTTOIS, Gilbert. Technoscience: From the Origin of the Word to Its Current Uses. In: LOEVE, Sacha; GUCHET, Xavier; VINCENT, Bernadette. **French Philosophy of Technology: classical readings and contemporary approaches**. New York: Springer, p. 121-138, 2018.

HUI, Yuk. **The question concerning technology in China: An essay in cosmotechnics**. Urbanomic, 2016.

INTERCEPT. Dinheiro gasto por ano com reconhecimento facial na Bahia custearia um hospital por 32 anos e 1,5 mil ambulâncias. 2023a. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/07/31/reconhecimento-facial-na-bahia-custearia-um-hospital-e-mil-ambulancias-com-uti/>

JUSTI, Tamara Greshner. Centro integrado de operações de segurança pública. **Revista da Escola Superior da Polícia Civil**, v. 1, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/espc/edicao-1-artigo-09#sdfootnote1sym> Acesso em 18 ago. 2022.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & sociedade**, v. 19, p. 15-22, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8rWQrJSBTg7w8zTV47svGTq/abstract/?lang=pt> Acesso em 23 mai. 2022.

KITCHIN, Rob. Conceptualising smart cities. **Urban Research & Practice**, v. 15, n. 1, p. 155-159, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17535069.2022.2031143> Acesso em 28 abr. 2022

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

_____. Uma sociologia sem objeto? Observações sobre a interobjetividade. **Revista-Valise**, v. 5, n. 10, p. 165-188, 2015.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Unesp, 2000.

_____. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994a.

_____. On technical mediation. **Common knowledge**, v. 3, n. 2, 1994b. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/54-TECHNIQUES-GB.pdf>

LAW, John. **After method**: Mess in social science research. Routledge, 2004.

LEMOS, André. Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. **Galáxia** (São Paulo), v. 43, p. 54-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/DvNQBjKxf4hBZf3cQHBL5FL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 6 jun 2022.

LEMOS, André; BITENCOURT, Elias. Sete pontos para compreender o neomaterialismo. **Galáxia** (São Paulo), 2021.

LENZI, Letícia. Lewis Mumford: uma voz de resistência à civilização tecnocrática. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 6, n. 12, p. 25-36, 2015.

LIMA, Gabriel Domingues de; OLIVEIRA, Natan Flores de; SILVA COSTA, Simone Teles da. Gestão da segurança pública no Brasil: a utilização da tecnologia a favor da sociedade. **Revista GeTeC**, v. 10, n. 25, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2361> Acesso em 12 jul 2022.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al.. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356> Acesso em 18 ago. 2022

MAIA, Antonio Cavalcanti. O agenciamento Foucault/Deleuze. **Lugar Comum/Rede Uninômade Brasil**, v. 23, p. 167-184, 2010. Disponível em: https://uninomade.net/wp-content/files_mf/1108101211350%20Agenciamento%20Foucaul-Deleuze%20-%20Alexandre%20do%20Nascimento%20.pdf Acesso em: 02 ago. 2022.

MARTINS, Hermínio. Dilemas da república tecnológica. **Análise Social**, p. 959-979, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41012434> Acesso em 23 jun. 2022.

_____. Tecnologia, modernidade e política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. v. 40, n. 41, p. 279-322. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mLQ9NdbDqcLQynVJTh7DVbw/?lang=pt> Acesso em 22 jun. 2022.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MIRANDA, Zil. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/129/126> Acesso em 18 jul. 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

_____. **To save everything, click here**: The Folly of Technological Solutionism. PublicAffairs, 2013.

MUMFORD, Lewis. **The Myth of the Machine**: technics and human development. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1966

NEOM, 2023. Disponível em: <https://www.neom.com/en-us/about>

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. Editora Rua do Sabão, 2021.

OLIVEIRA, Eva Aparecida. A técnica, a techné e a tecnologia. **Itinerarius reflectionis**, v. 4, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20417> Acesso em 9 mai 2022.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, p. 45-59, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf> Acesso em 29 abr. 2021.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**, v. 13, p. 22-42, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kPSsvXYKp6k8xYZVTVCNdYz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 27 mai. 2022.

RENNÓ, Raquel et al. Ciudades inteligentes en Latinoamérica, el ciudadano vigilado. In: RÍOS, C.; PÉREZ ESQUIVEL, A.; LACAZE, L.; ALBUQUERQUE, L. (Comps.). **Nuevos paradigmas de vigilancia**. Buenos Aires: Simpósio LAvits, p. 213-218, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto** nº 54.426, de 20 de dezembro de 2018. Cria os Centros Integrados de Operações e Emergências - CIOPE, e centraliza no telefone 190 as chamadas de emergência no Estado. Palácio Piratini: Porto Alegre. 2018

ROSÁRIO, Nísia Martins do, COCA, Adriana Pierre. A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 41, 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5481 Acesso em 21 mai 2022.

ROSÁRIO, Nísia Martins do, CORUJA, Paula, SEGABINAZZI, Tiago. Um panorama da cartografia no Brasil: uma investigação a partir das teses e dissertações da Comunicação entre 2010 e 2017. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, p. 69-88, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/TpCcybW6b5MMYJyNzjczHr/abstract/?lang=pt> Acesso em 21 mai 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351> Acesso em 4 mai 2022.

SANTAELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcísio. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **MATRIZES**, v. 9, n. 1, p. 167-185, 2015. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/100679/99413/175783> Acesso em 4 jun. 2022.

SANTA MARIA. CIOSP, 2022a. Disponível em: <https://ciosp.santamaria.rs.gov.br/site/sobre.php> Acesso em 10 de setembro de 2023.

SANTA MARIA. **Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 111/2018.** Secretaria de Município de Finanças: Santa Maria. 2018

SANTA MARIA. **Lei nº 6.378, de 20 de agosto de 2019.** Casa Civil: Santa Maria. 2019

SANTA MARIA. Termo de Referência para ampliação e renovação tecnológica para o sistema de segurança e monitoramento eletrônico urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria. Secretaria de Município de Mobilidade Urbana: Santa Maria. 2019.

SANTA MARIA. Em seis meses, Guarda Municipal torna atendimentos 60% mais rápidos com sistema informatizado. 2022b Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/25363-em-seis-meses--guarda-municipal-torna-atendimentos-60-mais-rapidos-com-sistema-informatizado> Acesso em 20 de agosto de 2022.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Indicadores de criminalidade. 2023. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 153-172, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dfHssfC47pSqrtW5Fgzwb9f/?lang=pt> Acesso em 16 out. 2021.

SILVA LIMA, Francisco Dulcillande da et al. Tecnologia Das Câmeras De Videomonitoramento Na Segurança Pública. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/396> Acesso em 12 de agosto de 2022.

TABORDA, Jeferson Camargo; BERNARDES, Anita Guazzelli. Governamentalização da cidade: uma cartografia dos afetos, medo e esperança. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 32, p. 132-141, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5691> Acesso em 21 jun 2022.

VARGAS, Milton. Técnica, tecnologia e ciência. **Revista Educação & Tecnologia**, n. 6, 2003. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1084> Acesso em 4 mai. 2022

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIGILLARE, 2023. <https://vigillare.com.br/>
WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, p. 16-22, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sg6tCv5VrHKSGWTYp9bTymz>. Acesso em 16 dez. 2022.

WOOLGAR, Steve, LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA E01

APÊNDICE B - ENTREVISTA E02

APÊNDICE C - ENTREVISTA E03

APÊNDICE D - PLANILHA DE ANÁLISE DOS CONJUNTOS DISCURSIVOS

ANEXOS**ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO URBANO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**